



Habitação e modernização:

Cidade Nova e maneiras de viver em Natal no início do século XX

RICARDO JOSÉ VILAR DA COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: NATUREZA, RELAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS E PRODUÇÃO
DOS ESPAÇOS

Habitação e modernização:

Cidade Nova e maneiras de viver em Natal no início do século XX

RICARDO JOSÉ VILAR DA COSTA

NATAL, AGOSTO DE 2008.

RICARDO JOSÉ VILAR DA COSTA

Habitação e modernização:

Cidade Nova e maneiras de viver em Natal no início do século XX

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa “Natureza, Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços”, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana.

NATAL, AGOSTO DE 2008.

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).
NNBSE-CCHLA.

Costa, Ricardo José Vilar da.

Habitação e modernização : Cidade Nova e maneiras de viver em Natal
no início do século XX / Ricardo José Vilar da Costa. - Natal, RN, 2008
145 f.

Orientador: Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Área de Concentração: História e Espaços. Linha de Pesquisa I: Natureza, Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços.

1. Primeira República – Natal (RN) – Dissertação. 2. Habitação em Natal - RN – Dissertação. 3. Cidade Nova – Bairro (Natal-RN) – Dissertação. 4. História – Dissertação. I. Viana, Helder do Nascimento. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 94(813.2).07

RICARDO JOSÉ VILAR DA COSTA

Habitação e modernização:

Cidade Nova e maneiras de viver em Natal no início do século XX

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana
(Orientador)

Prof. Dr. Carlos José Ferreira dos Santos
(Examinador externo)

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha
(Examinador interno)

Prof. Dr. Almir de Carvalho Bueno
(Examinador Suplente)

Natal, _____ de agosto de 2008.

Agradecimentos

Os breves agradecimentos aqui expostos em poucas palavras são simples vislumbres da gratidão que devo a quem colaborou comigo ao longo do mestrado ou aqueles a quem devo meu respeito e carinho desde jornadas anteriores.

Agradeço às contribuições que recebi durante a Qualificação e noutros momentos por parte da professora Edja Trigueiro, do Departamento de Arquitetura, cujo olhar aguçado e crítico ajudaram nas escolhas que tomei nesse trabalho. Agradeço também ao professor Rubenilson Teixeira, desse mesmo Departamento, pelo olhar amplo sobre a sociedade e sobre o estado que procurou incutir na pesquisa ao longo de alguns encontros.

Agradeço também aos professores das disciplinas que cursei no mestrado, sobre as quais relembro bons momentos onde percebi conexões com meu projeto de pesquisa e, também, pelas conversas sempre solícitas e enriquecedoras: à professora Fátima Martins, que ousou caminhar nas plagas da modernização do século XIX e XX em sua disciplina no primeiro semestre; ao professor Raimundo Arrais e sua percepção ora sensível, ora mordaz sobre o mundo; ao professor Durval Muniz, uma pessoa afável e inteligente, como as suas exposições em Natal ou em Recife foram; e ao professor Helder Viana, que desde a graduação inspira e aponta caminhos audaciosos e um olhar crítico em seus alunos. Agradeço também à Cétura, competente, simpática e prestativa secretária do PPGH, que ajudou em diversos momentos.

Agradeço às minhas irmãs pelo apoio incondicional em todos os momentos. À Roberta, companhia sempre disposta a ajudar e sempre dedicada aos que a rodeiam e à Renata (Bob), por todo seu carinho e apoio em ocasiões paulistanas, de quem não cessa a saudade. Agradeço ao meu pai, apoio inquestionável para qualquer momento e acolhimento em qualquer lugar, inclusive, nas minhas empreitadas em terras pernambucanas

Agradeço imensamente à minha mãe, Anna Katharina, cuja energia de vida sempre me anima e cuja jovialidade é sempre resplandecente. Também agradeço por sua simplicidade e honradez, exemplos sem os quais este trabalho jamais seria possível.

Agradeço ao meu cunhado e amigo Sérgio Prado, o Camelo, pelas vezes que me abrigou na capital paulistana, pelos momentos descontraídos e por sua atenção em relação à minha família.

Agradeço à Yuma Ferreira, pela leitura cuidadosa de versões prévias dos capítulos desse trabalho, cuja atenção certamente é reflexo de sua grande amizade. Agradeço também à minha colega Márcia (Marinho), por conversas sobre o desenvolvimento das pesquisas de mestrado e pelos momentos de alegria que, mesmo sem querer, ela acaba propiciando.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, pelos bons momentos vespertinos, pelos bate-papos e outras histórias.

Agradeço ao meu grande amigo piauiense, Elson Rabelo, que demonstra a amplitude de seu caráter e de sua inteligência através de gestos simples e pelo convívio aqui em Natal, que o fizeram um “tirolês” querido e autêntico.

Ao meu admirável amigo Felipe Tavares, pela alegria que é a sua amizade, pelo bom humor e inteligência, por todos os momentos regados a futebol, quitutes e conversas agradabilíssimas. Pela grande e melodiosa amizade!

Ao meu amigo André Mendes, pelas caminhadas e jornadas desse mestrado, pelas vezes que foi incentivo e por toda a convivência agradável que tem sido desde os estudos para o ingresso no curso. Um formidável camarada!

Agradeço ainda ao professor Raimundo Nonato, sempre um mestre surpreendente, desde as aulas na graduação. E, também, pela pessoa generosa e atenciosa como todos seus amigos e alunos.

À minha querida Alba Isabelle, por sua dedicação inestimável em todo esse tempo, por sua atenção e seu cuidado carinhosos, por seu afeto imprescindível em momentos tranquilos ou complicados, a quem eu devo minha gratidão, inclusive, nos momentos finais desse trabalho. Sua compreensão e ajuda foram fundamentais e me trouxeram paz.

Por fim, agradeço novamente ao orientador e amigo Helder do Nascimento Viana, pela sua grande colaboração nos últimos meses de mestrado, pela sua orientação inteligente e exigente, e pelas alternativas que me ajudou a encontrar. Pela total dedicação nos momentos decisivos. Pelas conversas acadêmicas, bibliográficas e pela grande pessoa, de maneira mais ampla, que ele é.

RESUMO

Analisa a presença de novos padrões de moradia em Natal, detectados na construção da região da Cidade Nova, nos primeiros anos do século XX. Associa a presença desses novos padrões habitacionais ao momento histórico vivido pela capital, marcado pela modernização urbana e pela mudança nos modos de vida. Mapeia as vozes que, consolidadas nos grupos republicanos desde 1889, pronunciavam a superação da cidade antiga – do século XIX – e afirmavam um novo modelo de cidade. Utiliza como fontes principais crônicas urbanas produzidas por intelectuais locais e por periódicos, destacadamente *A República*. Trabalha com crônicas que incluem desde enunciados sobre o passado “colonial” até as preocupações sobre a atuação do Estado na ordenação do espaço público. Identifica nas crônicas as motivações políticas e os elementos inerentes ao próprio capitalismo que favoreceram para as mudanças ocorridas no espaço urbano. Demonstra que a gradual ocupação da Cidade Nova, com um padrão inovador na arquitetura das casas e na organização do espaço público, representou importante mutação na cidade, que passou a dispor de uma área estritamente residencial e destinada a abrigar as famílias de maior poder econômico. Identifica, a partir dos vários discursos, maneiras de viver que se afirmaram na transição do século desde o início do século XX e atingiram seu auge a partir da década de 1920, sendo estas representativas do apego ao refinamento e à ordenação no âmbito da vida privada de suas elites urbanas.

Palavras-chave: Primeira-República em Natal; Habitação; Cidade Nova; História social.

ABSTRACT

Analyses the presence of new standards of habitation detected in the construction of the region called *Cidade Nova*, in the first's years of the XX century. Associates the presence of these new patterns with the historical moment lived by the capital, marked by the urban modernization and by the changes of local life. Map voices that, introduced by the republican groups since 1889, pronounced the overcome of the old city – of the XIX century – asseverated a new model of town. Make use, as fundamental fonts of research, of the urban chronicles produced by the local intellectuals and the newspapers, like *A República*. Dialog with chronics that includes since propositions about the “colonial” past until the preoccupations about the acting of the State on how to order the public space. Identifies on those texts the political motivations and the elements whose where inherent to capitalism that accelerated the changes occurred in the urban space. Demonstrates the gradual occupation of *Cidade Nova* as an important modification happened in the city from that time on. That neighborhood adopted a new model on how to construct the houses of their citizens and helped to promote the urban life as a whole. From now on, Natal has a space meant for the home of their richest families. Recognizes, from many ways, many discourses, manners of living that was legitimized by the changing of the XIX to the XX century and has his highest point in the 1920's. And it was representative of the strong attachment about the habits of refinery and order in the essence of the private life of the local urban elites.

Keywords: First Republic in Natal; Habitation; Cidade Nova; Social History.

Lista de ilustrações

Foto 1	Panorama da Cidade Alta.....	31
Foto 2	Panorama da Cidade Alta.....	32
Foto 3	Palacete do Coronel Aureliano Medeiros.....	40
Foto 4	Mansão construída pelo Coronel Avelino Alves Freire.....	41
Foto 5	Mapa do Plano Polidrelli.....	45
Foto 6	Residência do Gov. Alberto Maranhão.....	47
Foto 7	Estátua de Pedro Velho.....	62
Foto 8	Praça Pio X.....	72
Foto 9	Luz elétrica (foto de Manoel Dantas).....	74
Foto 10	Monte Petrópolis.....	77
Foto 11	Ilustração de Erasmo Xavier “Natal trabalhando”.....	84
Foto 12	Plano Polidrelli e vista aérea de Petrópolis.....	98
Foto 13	Junqueira Aires, com bonde passando.....	106
Foto 14	Monte Petrópolis e vista da Praia de Areia Preta.....	109
Foto 15	Monte Petrópolis.....	112
Foto 16	Sala no Juvino Barreto.....	121
Foto 17	Sala de jantar no Juvino Barreto.....	122
Foto 18	Av. João Pessoa, no começo da Cidade Nova.....	129
Foto 19	Sala de visitas na Escola Doméstica.....	133

*E como ficou chato ser moderno.
Agora serei eterno.
Eterno, mas até quando? (...)*

Carlos Drummond de Andrade

Sumário

Introdução.....	13
CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO DA CIDADE REPUBLICANA.....	25
1.1. IMAGENS SOBRE A CIDADE DE ONTEM.....	25
1.1.a. Apatia potiguar e seus cronistas.....	25
1.1.b. Viver na cidade “de ontem”.....	29
1.2. PLANOS PARA UMA CIDADE (NOVA).....	42
1.2.a. A construção da cidade do futuro.....	43
1.2.b. Sonhos de progresso.....	49
1.2.c. O Plano Palumbo.....	56
1.2.d. A cidade como símbolo da República.....	60
CAPÍTULO 2 - A CIDADE NOVA: CAPITALISMO E MODERNIDADE.....	64
2.1. ACORDA A CAPITAL SONOLENTA.....	67
2.1.a. A iluminação elétrica e o bonde: Natal e o capitalismo.....	68
2.1.b. Em busca do espaço saudável.....	75
2.2. CASA, NOVO BAIRRO E REGULAMENTAÇÕES PÚBLICAS.....	80
2.2.a. A diversão na capital da elegância singular.....	83
2.2.b. A ocupação da Cidade Nova e o mercado imobiliário.....	90
2.2.c. Construindo novos bairros e novas identidades urbanas.....	99
CAPÍTULO 3 - MANEIRAS DE VIVER E SOCIABILIDADE NA CIDADE NOVA....	103
3.1. UMA VIDA APRAZÍVEL.....	106
3.2. TÃO LONGE, TÃO PERTO: A CASA E O ESPAÇO PÚBLICO.....	113
3.3. CENAS DOMÉSTICAS.....	118
3.4. O BAIRRO E A FAMÍLIA.....	124
3.5. DISCRETOS OBJETOS, CHARMOSA BURGUESIA.....	130
Considerações Finais.....	137
Fontes e Bibliografia.....	142

INTRODUÇÃO

O início desse trabalho remete à minha monografia de graduação em História no ano de 2006, quando se acentuaram algumas das minhas inquietações no que se refere ao tempo e às transformações que ocorriam em Natal.

De um lado, foi um momento em que descobri, assim como outros colegas ainda da graduação, temáticas interessantes, estudadas por diversos historiadores de partes longínquas do mundo. Entendíamos um pouco mais a história do século XX a partir de leituras relativas à vida privada, ao surgimento dos mercados de consumo, ao aparecimento de manifestações culturais e contraculturais diversas ao longo do referido período, entre outros assuntos. E, ao fazer leituras sobre história local, percebia que os autores referenciados eram geralmente representantes tradicionais de uma história reescrita e legitimada tantas e tantas vezes, que prezavam pela construção de histórias políticas marcadas por sucessões bem rígidas de tempos e espaços.

Nesse mesmo momento, em minhas caminhadas pela cidade, tal qual sugere Michel de Certeau num livro que seria descoberto posteriormente, via as mutações impelidas por diversos setores da sociedade nos bairros de Tirol e Petrópolis. Casas antigas obrigadas a ceder seu lugar a construções de grandes prédios residenciais, “invasão” de escritórios e consultórios médicos de luxo, proliferação de problemas relacionados ao trânsito, ao aquecimento do bairro, ao mesmo tempo em que escasseava a quantidade de árvores nos canteiros do bairro, dentre outros fatores. Porém, mais do que um sentimento nostálgico, apesar de alguma indignação fortemente marcada por minhas experiências pessoais de vida, começara a perceber a cidade e, de forma inicial, as mudanças em curso no espaço urbano.

Antes de acreditar ser capaz de impedir o processo de legitimação de grupos economicamente muito fortes que atuam na cidade em que resido, percebi que eram temas que passavam de formas diversas e recorrentes diante de mim, que construía

novas relações entre as pessoas e toda uma materialidade fomentada por empreiteiras, companhias, escritórios de diversos tipos. Além disso, pensava em qual seria o lugar da habitação no bairro, uma vez que este se transformava, pulsava. Um terceiro aspecto fundamental para as decisões da pesquisa já estava sendo posto à medida que me dava conta de que a história do bairro, da região, não acontecia somente por causa das decisões dos gabinetes de prefeitos e de governadores, levando-me a aprofundar o questionamento de por que, afinal, a história da minha cidade era narrada geralmente do ponto de vista político ou de culturas “típicas”, ou, por que a política vista na história local era fundamentalmente a sucessão de mandatos, sem que isso estivesse relacionado aos demais temas que pululavam na vida urbana, assim como eu via ocorrer com Tirol e Petrópolis? Alguns daqueles temas “interessantes” que eu estudava em relação à Europa, Rio de Janeiro e outros locais afora também aconteciam ali, bem diante do meu dia-a-dia e de toda a população.

Esta pesquisa nasce como uma tentativa tímida de aliar uma História local às temáticas quase inéditas nesse específico âmbito acadêmico.

Naquele momento, surgiram as primeiras indagações em torno da habitação, mais especificamente, da criação do bairro da Cidade Nova, local que abrigou as residências mais aquinhoadas da cidade. O objetivo daquele trabalho, que era já o de caracterizar o bairro recém criado e a sociedade na qual este se inseria, desembocou em projeto e, agora, nesse trabalho de mestrado. Em certa medida, representa uma tentativa de compreender questões pouco resolvidas pelo trabalho monográfico e, também, o investimento no que poderia haver de mais “ousado” naquela e nessa pesquisa. Busca aprofundar questões que concernem à moradia, à vida privada, sem perder de vista que estas mantêm relações profundas com seu tempo, sendo impossível, portanto, partir para um estudo que as separe completamente, pois estão numa rede que as une.

Aqui, preservamos um recorte temporal que se constitui à margem das cronologias políticas, como as sucessões dos mandatos governamentais. A construção de nossos “marcos” diz respeito aos problemas da própria pesquisa. Dessa forma, apesar de utilizar os limites temporais tradicionais enquanto contornos, eles se encontram também aliados ao nosso tema. Uma vez que procuramos compreender a habitação que se instituiu então em Natal como símbolo do progresso e da modernidade da cidade, nosso balizamento é construído a partir do que se refere às moradias: crônicas, anúncios em jornal, construção das habitações, fotografias, etc. Evidentemente, dialogamos

constantemente com as datas mais oficiais, como frequentemente será percebido através da menção a determinados períodos ou a própria Primeira República. Dentro desse recorte, outras datas apresentam-se como importantes na demarcação temporal dessa pesquisa, como os planos Polidrelli (1901) e o Plano Palumbo (1929), que são referenciais importantes para se pensar o espaço público republicano em Natal, tanto em seu aspecto da realização urbana, como no que continham de sonho, de desejos para o futuro. Dessa forma, podemos fazer uso de fontes um pouco além das margens cronológicas da Primeira República no decorrer do texto, como quando citamos, por exemplo, a formação de um mercado de terras. A compra e venda de lotes e casas na Cidade Nova certamente se acentuou no início da década de 1940, mas, nesse trabalho, percebemos a gênese desse processo. Desde a década de 1920, determinada prática nesse sentido e nesse bairro nos revelou essa “tendência” na região. Enfim, que os recortes cronológicos sejam construídos solidamente pelos próprios interesses da pesquisa, que dialoga sempre com outras demarcações.

Por sua vez, isso não descaracterizaria o nosso estudo como referente, fundamentalmente, ao período dos primeiros anos da República no estado, em nosso caso, na cidade de Natal (1889-1930).

Optamos por nos deter sobre a questão da habitação, o que não implicou, nesse trabalho, em analisar a vida privada de forma isolada da esfera pública. Apenas uma questão de enfoque as separa, ou melhor, estabelece uma transição entre elas. As interferências de uma na outra são perceptíveis. São jogos em que se selecionava o que do espaço público entrava na casa. Naquele momento, reformulava-se não apenas o espaço público, com a implantação de novos serviços urbanos, novos locais de convívio que representavam, por sua vez, uma nova sociabilidade. Mas, também, cuidados por parte do estado e modas estéticas que influenciavam a construção de uma habitação que passava a ser cada vez mais voltada para, no seu convívio, as famílias desfrutarem da sensação de bem-estar e dos prazeres que a região em que viviam as proporcionava, ou as convidava a difundir, a praticar.

A cidade, portanto, é compreendida como elemento fundamental para que se entenda de que maneira se constituíram ou, simplesmente, de que forma reverberavam, nas casas e na sociedade, os anseios das classes mais favorecidas, dos intelectuais, bem como as regulamentações do estado.

A multiplicidade de olhares, de visões, que constituem o urbano é outro elemento que orienta esse trabalho. A cidade não é apenas o terreno, o chão no qual se desenrola o cotidiano. Não é o mero sustentáculo das ações humanas na sociedade. Mas, sim, uma constante tensão entre indivíduos, entre grupos que, cada um a sua maneira, vêm e vivem uma cidade específica. É, em última análise, constituída por fragmentos. Não é uma peça única, sobre a qual um só discurso poderia ser caracterizador e sobre a qual um discurso totalizante seria possível. Mostraremos faces da cidade, à medida que adentramos por seus muros. São tensões que surgem aos pedaços, vividos de modo específico por cada indivíduo ou grupo social.¹ A cidade está sempre em movimento, como um cenário. Encontra-se em meio a deslocamentos “que se compensam e se combinam”². Disso se extrai uma polissemia do termo. Ela é escrita e toma formas diferentes no tempo, que foge à intencionalidade primeira dos que a concebem.³ A cidade, encarada como algo não inerte, jamais poderá ser vista como algo reificado no tempo, como algo que não se move.

Nessa pesquisa, consideramos uma possível contribuição feita aos estudos locais no âmbito da História, ainda muito pouco explorados. Propostas de análise sobre a questão da moradia e da vida privada, em Natal, são discussões recentes. Mas, além do âmbito acadêmico da História, alguns estudos da Arquitetura vêm sendo desenvolvidos e merecem destaque, inclusive, por terem sido contribuições vindas do contato com outra área do conhecimento.⁴

Os estudos sobre Natal no início do século XX não contemplavam, até pouco tempo, a vida privada no início do século. A tarefa, por vezes, não é mesmo das mais simples. A escassez de fontes referentes às possibilidades de se caracterizar os ambiente e vivências mais íntimas em Natal tornou esse trabalho mais desafiador. Ao mesmo tempo em que se tratava de adentrar em campo diferente e, por sua vez, incerto em alguma medida, a tarefa de descobrir aspectos e olhares diferentes sobre os mesmos objetos de outras pesquisas nos motivou.

Por veredas diversas pode-se buscar uma discussão que enfoque a moradia ou as relações desta com o espaço público. Nesse trabalho, mantemos contato próximo com

¹ MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. p.34.

² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. p. 174.

³ DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru, SP: Edusc., 2004. p.218.

⁴ As pesquisas da arquiteta Edja Bezerra Faria Trigueiro, bem como alguns trabalhos realizados sob sua orientação, têm focado a configuração espacial dos bairros de Tirol e Petrópolis, bem como as relações de formas e usos dos ambientes construídos na região dos citados bairros.

periódicos, mais especificamente com “A República”, um jornal notadamente da elite político-social da cidade e órgão oficial do partido republicano em Natal. Neste, encontramos textos referentes ao ordenamento e asseio público por parte do estado e de particulares.

Em relação às casas, sobretudo no que se refere ao final da década de 1910 em diante, esse periódico foi o meio pelo qual se anunciavam vendas de casas e terrenos. Através também desse tipo de informação buscamos estabelecer um quadro geral de novas residências no bairro analisado (Cidade Nova) em Natal. A utilização de fotografias, como as da Coleção Bruno Bougard e cujo trabalho de digitalização fora realizado pelo Departamento de História em anos anteriores nos foi de extrema importância. Além delas, a Coleção “Natal ontem e hoje”, que intercala fotografias tiradas de locais iguais em tempos diferentes, também foram muito úteis para essa pesquisa.

Colocando as mudanças históricas em primeiro plano, uma linha tênue separava a vida doméstica da vida pública. “Tênue” por ser sempre passível de negociação e ao mesmo tempo, da opção dos proprietários das residências. Espaços de proteção da casa em relação à rua, uma inimizade que ainda existia no período objeto de nossa pesquisa.

Pretendemos analisar os aspectos da existência privada e da moradia, sem deixar de estabelecer suas relações com a vida pública, com o social, tendo em vista que as mudanças de caráter mais global relacionam-se com a vida na sua forma mais particular, não somente do ponto de vista social, mas também físico. A casa, que também estava cada vez mais relacionada às redes de infra-estrutura que alteraram seu funcionamento e que modificaram seus usos, é provavelmente um dos maiores exemplos disso, durante o século XX.⁵

O termo “modernidade” aparecerá de modo recorrente nesse trabalho. Sua centralidade nos é importante para mantermos em vista as mudanças operadas na cidade. Do ponto de vista urbano, havia uma remodelação em curso. E, através dessas alterações materiais na urbe, surge uma acepção mais imediata do termo: idéia de ruptura. Nesse caso, a passagem de um tipo de vida urbano mais identificado com a colônia, para uma cidade que se organizava de maneira cada vez mais complexa, que

⁵ CORREIA, Telma de Barros. *A Construção do habitat moderno no Brasil (1870-1950)*, p. 121.

era local onde conviveriam diversos elementos de uma vida moderna pós-Revolução Industrial.

Os padrões de vivência na cidade se pautavam à luz da modernidade européia, ligada a uma sociabilidade típica da Belle Époque, período no qual o refinamento da vida citadina se aliava a inovações cada vez mais rápidas que ocorriam no campo da técnica. A eletricidade, os deslocamentos mais velozes por meio de bondes e trens, a preocupação com o asseio individual, entre outros elementos, nos ajudam a compreender tal período de mudanças ágeis, capazes até mesmo de provocar sentimentos confusos nas pessoas ⁶.

Além disso, se somava a essas alterações cotidianas materiais e mentais, a noção, típica desde o século XIX, de que a humanidade caminhava num progresso contínuo, numa teleologia histórica, na qual não cabia a idéia de descontinuidades. Nesse sentido, inclusive, é retomada a noção de modernidade, que aparecia como um fenômeno que acelerava de forma nunca antes percebida o cotidiano das pessoas, provocando certo impacto e deslumbramento na vida das pessoas. ⁷

No que concerne ao campo das cidades, remodelar e formar era preciso. As intervenções partiam das elites, do Estado e da municipalidade, cujo papel dentro desse processo envolve a aceitação da idéia de desenvolvimento técnico como elemento sempre favorável, bem como a relação deste com a necessidade de “progresso” acima citada. A melhoria da técnica era exigida, quase como inerente à civilidade do homem que, dentro dessa ótica, se via como moderno. ⁸

Dessa maneira, podem-se pensar a vida urbana, as mudanças estruturais no modo de habitar (que dizem respeito aos modos de vida e às construções), sobretudo porque a vida dos indivíduos está relacionada diretamente com o espaço público, com as modificações mais gerais pelas quais passam as sociedades. Assim, de dentro de suas casas burguesas, as famílias espreitavam e, seletivamente, participavam das alterações “modernizantes” que ocorriam na cidade. Vida pública e vida privada se relacionam,

⁶ Uma passagem que ilustra essa idéia, é a famosa chegada do trem à estação, exibição cinematográfica que causou alvoroço, tamanha a dificuldade que a platéia teve em separar a ilusão do cinema da realidade à qual estavam acostumadas. Ver: SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: _____ (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 517.

⁷ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*.

⁸ CAPEL, Horácio. *Prólogo*. In: FERREIRA, Ângela Lúcia; DANTAS, George (Orgs.). *Surge et ambula: A construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*.

sendo esse um dos aspectos que unem essas esferas. Os modos de vida do início do século XX cruzavam os muros e jardins e, nesse sentido, se relacionavam com a vida privada das pessoas. O que está “dentro” das casas nos leva a pensar a sociedade como um todo. Uma compreensão histórica que, portanto, presta atenção às escalas, considera a noção de ator social.⁹

⁹ DOSSE, François. História e Ciências Sociais. Bauru, SP: Edusc., 2004. p. 219.

FONTES E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Desenvolvemos pesquisa com fontes primárias de modo essencial para a constituição desse trabalho. Muitas informações originais foram encontradas em periódicos. Boa parte destes, graças aos exemplares digitalizados (cd-rom) pelo Departamento de História (UFRN), encontram-se disponíveis, inclusive, aos alunos que lidam com temas relacionados. Mais especificamente, dentro do recorte temporal que compreende a Primeira República, tomamos o jornal “*A República*” como principal fonte sobre o período.

Ao lado deste referido jornal, que é uma de nossas nascentes de informações trabalhadas, as *Falas e Relatórios de governadores de estado*, coletados desde o site da universidade de Chicago, no ano de 2004, período em que era aluno da graduação, permanece como outra matriz importante, uma vez que contém dados oficiais ou informações de natureza distinta daquelas dos periódicos e oferecem balanços que contém informações anuais sobre cada ano de governo.

Ainda tratando de documentação escrita, tivemos contato com outros textos da época. Crônicas como as de Câmara Cascudo e Mário de Andrade fazem parte deste arcabouço. Também trabalhamos com reminiscências, como as do livro de Lauro Pinto em *Natal que eu vi* ou Júlio César de Andrade, em *Comerciantes e firmas da Ribeira*. Da mesma maneira para as já referidas obras de Policarpo Feitosa e Lindolfo Câmara, analisadas no livro de Veríssimo de Melo.

Para além dos registros escritos pelos homens, da época em questão ou não, utilizamos sempre como mais uma possibilidade de obter informações relevantes aos processos urbanos, as próprias residências, que deixaram marcas e nos falam através de modos diferentes de olhar. Sua concepção, sua disposição espacial, sua localização, estilo, entre outros fatores, sempre nos movem a idéias e temas que paralelamente são pensados como parte do mesmo objeto de reflexão. Nesse sentido, tomamos as fotografias como fontes primordiais que nos revelam olhares interessantes sobre a vida na cidade.

Algumas fotografias de época, cujos autores por vezes não são conhecidos, trabalhadas a partir do cruzamento de dados de outras fontes, serão utilizadas aqui. Estas colaboram para um levantamento que ultrapassa a mera visualização. Da mesma

forma, mapas e ilustrações, pensados como fontes, nos fornecem informações, nesse caso, sobretudo a respeito do espaço público. À medida em que estes sejam convenientes, serão incorporados ao longo do texto.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho encontra-se dividido em três capítulos, os quais se referem a olhares e dimensões diferentes da história da cidade nas primeiras décadas do século XX. Suas articulações buscam estabelecer uma organização desses diferentes componentes da sociedade daquele momento.

Do ponto de vista de uma acentuação das mudanças que se acelerariam no século XX, procuramos dar voz àqueles que identificavam a cidade do século XIX com o “atraso”. Suas interpretações sobre a vida cidadina davam-se através da elaboração descritiva de Natal como cidade que ainda não havia despertado para o progresso material.

Nesse momento de virada de século, procuramos demonstrar de que maneira diversos cronistas locais proferiam suas opiniões e contra que tipo de elementos eles se posicionavam. Acusando os habitantes de co-responsáveis pela “pasmaceira” da vida local, o olhar crítico desses autores, entre os quais Antônio de Melo e Souza (Policarpo Feitosa), Eloy de Souza, Lindolpho Câmara e o próprio olhar do folclorista Câmara Cascudo e suas impressões sobre a cidade de ontem, marcariam, pelos seus textos, a existência de uma vida urbana extremamente limitada dos pontos de vista, sobretudo, cultural e material. Era um espaço urbano onde, além da “falta de graça”, os moradores eram “espremidos” entre Ribeira e Cidade Alta, os dois principais bairros até então.¹⁰

Em se tratando de olhares construídos sobre a cidade do passado, as reminiscências nos foram importantes para ajudar a compor um pouco mais dessa cena potiguar sobre a qual escrevia em seus textos Lauro Pinto e, também, Júlio César de Andrade, em décadas posteriores à própria República. A utilização dessas crônicas foi

¹⁰ A criação de um ordenamento urbano a partir do início do século XX retirou Natal dos limites que a “asfixiavam” entre Cidade Alta e a Ribeira. Ver SANTOS, Pedro Antônio de Lima. *Cidade Nova, 1901: um espaço de representação do novo poder republicano em Natal*. Comunicação apresentada na Jornada Internacional sobre Representações sociais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1998-a.

fundamental para tecer uma trama mais entrecruzada de informações, que geralmente nos levavam à vida pacata e modesta da capital, mas também às paisagens de uma vida farta em muitos aspectos. Do ponto de vista social, encontramos uma Natal marcada pela abundância de árvores e frutos, cena bucólica apresentada como complemento da vida distinta dos “patriarcas” urbanos e de suas residências de grandes proporções e amplos salões presentes até o início do século XX como referenciais de moradia de elite.

Esse caminho que procuramos estabelecer visa a entender de que forma seriam articuladas as soluções para a cidade, surgidas logo no primeiro ano do século XX. Do ponto de vista oficial, nessa data lançou-se o Plano Polidrelli, que previa a criação de uma região denominada por Cidade Nova. Entre 1901 e 1904 consolidou-se a criação dessa área nova da cidade que buscou inserir referenciais tanto urbanos quanto de habitação, mais compreendidos à época como “modernos”.

Eram alternativas ao “atraso colonial” receado pelas elites urbanas que, ao longo de um processo lento, ocupariam a Cidade Nova e se afeiçoariam a um estilo de vida que, assim como dito acima, considerava-se mais “moderno”. Esse primeiro momento de uma grande mudança já apresenta uma série de projetos de cidade de um futuro mais “movimentado” e mais marcado por novas sensibilidades urbanas.

O papel do governo republicano é apresentado aqui como fundamental na afirmação de dois fatores básicos. De um lado, legitimava-se o próprio grupo político enquanto símbolo de vida nova e identificada com uma série de melhoramentos urbanos que seria implementados ao longo da existência do regime. Além disso, discursos como os do regime republicano, encabeçado pela figura quase mítica do oligarca Pedro Velho fomentavam a inserção da cidade e da vida de seus habitantes numa esfera de modernidade, sobretudo trazendo, para as elites, os padrões de habitação, saúde e higiene desejados. Mas é claro que esses desejos urbanos não foram realizados somente pela via governamental e oficial. As transformações da “cidade dorminhoqueira” se deram através das mudanças graduais em diversos âmbitos da cidade.

No segundo capítulo desse trabalho, intitulado *A Cidade Nova: capitalismo e modernidade*, identificamos as mudanças típicas de uma modernização urbana e as suas relações com o projeto de desenvolver a nova região, que passaria, aos poucos, a se consolidar como área tipicamente habitacional das elites.

Nesse sentido, demonstramos as relações entre a inserção de ritmos e referenciais capitalistas na Natal das primeiras décadas do século republicano que se iniciara. Foram mudanças no espaço público que visavam, inclusive, retirar a cidade do estreitamento que sofria entre os bairros que existiam como local de comércio e de órgãos públicos, integrar a teia urbana num estilo de vida “moderno” e, ao mesmo tempo, foi elemento sem o qual não se poderia pensar uma vida “à européia” como o refinamento do bem viver na Cidade Nova pretendia ser.

Atuaram juntos o Governo Estadual e a Intendência Municipal nas tentativas de regulamentar o espaço público e as construções comerciais e habitacionais, que deveriam atender a preceitos científicos daquela época, como a higiene e os saberes médicos pressupunham. Foi a tentativa de retirar os “elementos insalubres” da cidade moderna que não mais poderia ser “sonolenta” e afundada na pasmaceira.

As novas práticas estavam relacionadas com essa busca por uma urbe modernizada e “civilizada”, cultura mais desenvolvida essa que permitia o surgimento de novas práticas. Somente numa área assim, a da nova cidade, é que se poderiam desenvolver, plenamente, as sociabilidades urbanas.

Dois momentos são considerados como importantes no sentido de tornar o espaço natalense mais afeiçoado ao movimento e não mais a uma cidade estática. O segundo governo de Alberto Maranhão e a década de 1920. O primeiro representa para muitos que estudaram o período a ascensão de uma vida marcada pela modernidade, pela iluminação, pelos novos transportes, dos quais o bonde é sempre um símbolo recorrente. Já na década de 1920, percebemos que os melhoramentos da vida urbana eram acompanhados dos investimentos cada vez maiores no cenário das habitações. As preocupações com uma “boa moradia” ganhavam mais a atenção não apenas do Estado, mas de outros setores.

Era também a construção de uma “civildade higienizada”¹¹. Como contraponto a esse paradigma modernizante, analisaremos um pouco a cidade do século XIX, cujas características “atrasadas” e “coloniais” eram constantemente utilizadas por aqueles responsáveis pela criação de um ambiente urbano “moderno”, o que nos mostra o papel

PECHMAN, Robert Moses *O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20*. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert Moses. Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno

pedagógico e excludente do discurso modernizante.¹² Buscamos dialogar nossas fontes com essas referências mais gerais.

A idéia de ordenamento, eficiência e embelezamento estava diluída por todo o espaço da cidade. Dessa maneira, entendemos que, desde a década de 1910 e, sobretudo a partir dos anos 1920, houve o crescimento da ocupação nos bairros de Tirol e de Petrópolis, nos permitindo até mesmo entrever uma ascensão da comercialização de terras na região. Essas alterações que ocorriam de forma simultânea e incessante eram afirmadas através dos comportamentos, das práticas e dos desejos dos habitantes da Cidade Nova.

No terceiro capítulo, encontramos a “casa moderna”, conforme afirmavam os jornais da época. As residências são um elemento material capazes de nos fornecer informações de acordo com nossas questões propostas. Aqui discutiremos o uso de algumas funções presentes na moradia moderna, como a pressuposta funcionalidade que seria característica das proposições para o lar burguês, antípoda do “desordenamento”, da “promiscuidade”.¹ Era um momento em que a preocupação com o ambiente privado e com os investimentos da casa cresciam, apontando para mudanças que ocorriam no mundo das elites. Na moradia eclética, esta forma de habitação muito bem sucedida na Natal das primeiras décadas republicanas, que atendia às demandas de higiene e conforto, uma maior divisão de cômodos respondia pela necessidade de individualidade por parte de seus moradores.

Por último, ao final do trabalho, apresentaremos nossas considerações, uma bibliografia de referência e nossas fontes de pesquisa.

¹² Sobre a criação de estereótipos, identidades sociais e exclusão, ao passo em que ocorrem as modificações urbanas materiais, ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. Outras referências a essa obra aparecerão ao longo do trabalho.

Capítulo 1

A construção da cidade republicana

No início do século XX, momento em que surgia o projeto da Cidade Nova, uma série de discursos procurava caracterizar as imperfeições da antiga cidade e de sua vida social. De alguma forma, esses discursos ajudaram a estabelecer um fosso entre a cidade do passado e a cidade que se desejava construir. Neles havia uma crítica a muitos aspectos que a cidade carregava desde os tempos imemoriais.

1.1. IMAGENS SOBRE A CIDADE DE ONTEM

1.1.a. Apatia potiguar e seus cronistas

De acordo com uma crônica escrita no século XIX, os que nasciam em Natal por volta de 1870 só poderiam ser pescadores, roceiros ou soldados de Polícia. Essas poucas atividades limitavam a vida de qualquer ser humano que habitasse por essas terras. Além da atividade relacionada ao mar ou a roça, e ainda à vigilância nos cargos policiais, restava uma escassa possibilidade de trabalhar no pobre comércio local. Além de tais constatações em relação àquele período, lembremos que água encanada não havia, bem como não existiam esgotos ou iluminação noturna, a não ser pelos poucos lampiões que teimavam em queimar o azeite da mamona.¹

“Natal: cidade? Não há tal”. Eis o trocadilho comum que se fazia em relação à cidade potiguar oitocentista. Quando se tornou objeto de interesse do então professor Veríssimo de Melo, a obra “Memórias e devaneios”, de Lyndolpho Câmara², corroborava, então, com a idéia de que o século XIX em Natal foi marcado por uma letargia, por um ritmo de vida quase

¹ MELO, Veríssimo de. *Natal há 100 anos passados*. Natal, Sebo Vermelho, 2007. pp. 11 e 12.

² O capítulo intitulado “Natal do meu tempo” é parte do livro “Memórias e devaneios” que foi editado no Rio de Janeiro, em 1938.

colonial. O cronista ainda afirmava que não havia mendicância em Natal. Era levemente irônico ao ponderar que nas raras ocasiões em que isso acontecia, devia-se ao fato de não haver ninguém que pudesse oferecer dinheiro, tamanha a lentidão e atraso econômico de todos.

A cidade que era constituída pela Cidade Alta e Cidade Baixa (ou Ribeira) possuía poucos prédios públicos em seu meio. Apenas dispunha de algumas edificações públicas principais, a Casa dos Governadores, a Casa de Câmara, a Cadeia e o Erário. E, ainda num tempo em que prevaleceria um maior fervor religioso³, entre os natalenses existiam a Igreja Matriz, a de Santo Antônio, a do Rosário e a do Bom Jesus. Todas elas situadas num dos dois bairros em que se limitava a área urbana.

Em termos comerciais, existiam dois mercados situados um em cada bairro. O primeiro, no bairro da Ribeira, funcionava, segundo Lyndolpho Câmara, debaixo de uma “velha Tabajubeira”. Já o da Cidade Alta, situava-se na Rua Nova, debaixo de “frondosas gameleiras”. O que parece haver em comum debaixo dessas duas árvores é que elas assistiam de local privilegiado a uma monótona vida comercial, cujos aspectos sociais não findavam por aí. A população da “pacata” cidade até 1900 era de 16.036 habitantes.⁴ Ou, para utilizar a expressão do 33º Presidente de Província⁵, em 1872, que disse de forma concisa tratar-se Natal de uma “Vila insignificante e atrasadíssima do interior”. A expressão nos parece forte, entretanto, não era a única capaz de nos causar certo espanto.

Antônio de Mello e Souza foi deputado, senador e governador do estado por duas vezes. Seu primeiro mandato se deu nos anos de 1907 e 1908 e, o segundo, entre os anos de 1920 a 1924. Além de sua carreira política, tinha a literatura como um de seus afazeres mais profícuos, tendo escrito diversos livros. Dentre vários deles estavam “Flor do sertão” (1928), “Gizinha” (1930), “Alma bravia” (1934), “Encontros no caminho” (1936), “Os moluscos” (1938), tendo ainda publicado outros trabalhos na década de 1940. Foi também redator do jornal *A República* e sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Assumia o pseudônimo de Polycarpo Feitosa em seus trabalhos literários e seus textos apontam mais uma vez para algumas características que teria a vida cidadina natalense do século XIX. Em artigo denominado “Vida potiguar”, publicado em 1899, Feitosa apresentava

³ Sobre a idéia de “secularização”, ver TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *A agonia do velho Natal face ao novo*. In: DANTAS, George. DANTAS, Ana Caroline. FERREIRA, Ângela Lúcia. *Surge et ambula*. Natal, EDUFRN, 2006.

⁴ Relatório do IBGE, 1939, p. 26 apud TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *A agonia do velho Natal face ao novo*. In: Id. *Surge et ambula*.

⁵ Henrique Pereira de Lucena foi o 33º Presidente de Província do estado.

uma visão permeada de certas doses de ironia e de aguçado olhar sobre o cotidiano urbano, apontando detalhes do comportamento de seus moradores.

“Dividida em dois bairros de ruas impossíveis”, escrevia Polycarpo, cuja precariedade ele enxergava em vários âmbitos da vida local. “Sem calçamento ou grosseiramente calçadas de pedra bruta, sem edifícios, sem jardins, com pequeno comércio e nenhuma indústria”⁶. No mesmo artigo, ele apontou suas impressões sobre o retraimento que grassaria entre os moradores. Natal seria uma vila dominada por um estilo pacato, com muito mais feições de cidade interiorana do que de “capital marítima”.

Percebia na cultura local problemas além daqueles referentes às ruas mal acabadas. Numa análise dos hábitos dos seus habitantes, o literato comentava sobre a “falta de coragem para mais trabalho além daquele que lhe é absolutamente indispensável para subsistir”, sendo apenas o trabalho na política um desejo típico de quem residia em Natal, que ainda viveria a esperar quase que lhe caíssem do céu os “melhoramentos de qualquer espécie, os benefícios, o progresso”. Na verdade, esperariam que lhe caíssem “do alto do céu ou do alto do governo”. As vicissitudes que, de acordo com Mello e Souza eram o reflexo dos “atrasos” dos costumes e da cultura local, estariam relacionadas também com uma rara e modesta atividade comercial. Do contrário, eram os cargos públicos que salvavam a vida de seus moradores.

O tema da vida social era recorrente nos cronistas da Natal do século XIX. O futuro governador do estado dizia, em 1899, que “solidariedade inquebrantável e irresistível de todos e de um por todos, essa vida social nós não a temos”. Destacou que apenas a teríamos quando do ponto de vista político, e “essa mesma essencialmente condicional e mudável”. Além de traços do clientelismo político republicano, mantinha o juízo de vida “sem graça” que predominaria na cidade, condenando a falta de associações de diversos tipos que pudessem movimentar a existência e a vida coletiva. Essas afirmações dos cronistas devem ser inseridas dentro do pensamento que considerava a cidade do século XIX ainda marcada por fortes traços que eram identificados com um mundo de características quase coloniais. O enfado da vida pública seria algo geral, que abrangia tanto a coletividade quanto a vida individual. Nesse sentido, é que o autor afirmava que “entre nós” não existiria “espírito de associação para fim algum, seja científico ou literário, moral ou religioso, filantrópico ou de mútua beneficência”. Esse caráter obtuso do viver em Natal seria, para infelicidade do autor,

⁶ FEITOSA, Polycarpo. *Vida potiguar*. Natal, Sebo Vermelho. p.12.

“incompatível com o altruísmo”, com os grandes exemplos de vida social que ele encontrava em sociedades diferentes da nossa⁷.

Os critérios de julgamento sobre a vida “sem graça” variavam bastante. A falta de “sentimentos altruístas” e os demais “atrasos” apontavam a “pasmaceira” que seria habitar a cidade. Outras esferas da sociedade passavam por situações parecidas. Da mesma forma que o cotidiano era regido pela estagnação, do ponto de vista da política ou da economia, os que compunham a cidade deveriam passar a ter mais atenção à sua situação, caso desejassem assumir um lugar de destaque no estado, tendo em vista a falta de atuação e de força política dos líderes locais.

Uma das metáforas mais fortes que se construiu sobre Natal no século XIX foi a de que ela seria um “corpo sem cérebro”. Os motivos eram, sobretudo, econômicos, uma vez que a cidade jamais teria assegurado o seu papel de principal centro do Estado, pois ainda disputava a hegemonia com outras localidades do interior e mesmo com as áreas próximas à capital administrativa. Somente no século XX Natal se consolidou como principal centro comercial do estado. Antes disso, competia com outras localidades pela posição de destaque na economia da província, pela função de “cérebro”⁸ nesse organismo que era formado pelas articulações comerciais e pela gerência do estado.

Durante grande parte do Império, a disputa se dava entre a capital, que dispunha basicamente dos já citados centros comerciais, isolados, na Ribeira e na Cidade Alta, e também alguns pequenos outros entrepostos comerciais. As atividades econômicas e de comércio pelo Rio Potengi eram essenciais para a capital da província se manter conectada aos fluxos de comércio que vinham do interior do estado. Do ponto de vista político, a cidade, tamanho o seu “atraso”, correu mesmo o risco de perder a função de capital, sendo ameaçada por Guarapes e Felipe Camarão⁹. O estado não dispunha de recursos para grandes obras públicas. O século XIX foi importante para a construção e a manutenção de aterros que ligavam as duas margens do Rio Potengi.

Essa tentativa de definir Natal como via principal do comércio no estado vinha sendo almejada desde o primeiro quartel do século XIX. As disputas comerciais com outras regiões

⁷ Escreveu Polycarpo Feitosa: “essa ação tão proveitosa e fecunda que caracteriza o norte-americano, o norte rio-grandense, feitas pouquíssimas exceções, não conhece”, apontando para uma inspiração vinda do norte da América, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social, conforme via o autor, a respeito dessa sociedade.

⁸ RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Potengi: fluxos do Rio Salgado no século XIX*. Sebo Vermelho, 2003. p. 27.

⁹ Ibid.

do estado apontavam para a necessidade de se constituir uma cidade mais forte economicamente. Destacadamente entre 1830 e 1870, tentou-se estabelecer Natal como “artéria principal”¹⁰ do tráfego mercantil. Mas, foi somente no final do século XIX que algumas novidades começaram a apontar transformações. Elementos que representavam o progresso econômico e cultural começavam, pouco a pouco, a aparecer no cenário do estado e, principalmente, da cidade.

A inauguração da ferrovia na última década do século XIX poderia injetar energia nova (e mercadorias) na vida comercial, ao passo que as atividades ligadas à compra e venda de produtos passou a se intensificar na direção da Ribeira. Este local viu surgir elementos mais dinâmicos, notadamente o comércio como atividade urbana mais próspera. Isso será fundamental no século XX. No século seguinte, a cidade assumiu de uma vez por todas o papel de pólo econômico. Nessa virada, em 1900, além da Estação Ferroviária da Ribeira (1894), Natal também já dispunha do Mercado Público da Cidade Alta (1892), do porto da Ribeira, bem como já possuía o teatro, na Ribeira, cuja construção iniciara-se em 1898.¹¹

Além de passar a ser “centro” do estado nos anos vindouros, para o cenário natalense, um “novo mundo” de alguns progressos urbanos poderia então começar a se.

1.1.b. Viver na cidade “de ontem”

“O amontoado do casario plantado à vontade dentro de alinhamentos invisíveis deu bem cedo o plano disparatado de uma cidade em curvas, oblíquas e ângulos agudos”. Assim, o jovem jornalista Luís da Câmara Cascudo se referia à cidade num artigo em que comparava o novo plano com a cidade antiga de Natal, aquela predominantemente do século XIX. A afirmação do famigerado autor natalense foi escrita em 1929, num momento bem posterior a execução do plano de Polidrelli. Entretanto, o olhar do cronista se relaciona com o daqueles, alguns dos quais inclusive foram seus contemporâneos, da Natal do século XIX. Cascudo via nascer a cidade que se dizia pronta para o futuro, se pensarmos que os anos vindouros eram

¹⁰ RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Potengi: fluxos do Rio Salgado no século XIX*. Segundo o autor, os documentos da época defendem a cidade como “cabeça” desse corpo.

¹¹ OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização de Natal 1889-1913*. Natal: EDUFRRN, 2000. p. 56.

motivadores das transformações pelas quais passava a cidade, visando ordená-la e adaptá-la aos moldes das grandes cidades brasileiras e ocidentais.

O amontoamento do casario é uma imagem bastante significativa quando se pensa a moradia no século XIX. A marca dos espaços urbanos não era o da geometria, não eram as “retas traçadas afoitamente”, que repercutiam a “atitude moderna”¹². A habitação oitocentista brasileira era um local da coletividade. É lugar de pouca separação entre as pessoas e entre os cômodos que as abrigam. A reunião da família ou até mesmo de várias famílias num mesmo ambiente era um dos traços daquela moradia, onde as noções de separação e de individualização ainda não eram muito vistas.

Câmara Cascudo, ao se referir à cidade mais uma vez, reporta-se à uma separação entre a cidade do passado e a cidade de sua época, sobretudo a dos anos 1920. Ao contrário da cidade do século XX, a do século XIX, a do passado “letárgico” de Natal, era dominada pela profusão de linhas curvas, era repleta de irregularidades, de assimetrias. Esta era, nas palavras dele, “irregular, atrabiliário, incorrigível em todo, parte tradicional, parte iniciadora da cidade centenária, arco cujas extremidades tocavam as Rocas e o Baldo”. A este espaço “antigo”, se oporia o Plano Polidrelli, que instituiu a Cidade Nova.

Mas sua visão sobre a cidade do passado estava atrelada com outras visões, algumas das quais já mencionadas no início deste capítulo. Era sobre essa cidade “do passado” que Cascudo afirma o caráter difuso de suas linhas e suas formas. Era a cidade do passado, era a cidade irascível dos tempos coloniais. Perigos que precisavam ser controlados. Esses tempos melancólicos e de uma cidade misturada e sem graça estavam no olhar dos cronistas, incluindo-se Câmara Cascudo.

Imagens do bairro da Cidade Alta apresentam-nos paisagens da indisciplina que incomodava e favorecia um tipo de vida letárgico, uma vez que se identificava com os tempos coloniais. Essa Natal “de ontem”, de um período anterior à proclamação da República, não era o modelo de cidade que seria buscado nas décadas iniciais do século XX. A oposição era clara, sob esse aspecto, entre esses modos de vida.

Em área central da cidade, nos arredores da Praça André de Albuquerque, havia construções estabelecidas de forma confusa, ou seja, não simétrica ou desordenada. Incômodo que a República procuraria resolver. Contudo, o cenário da cidade do final do século XIX é ainda o de terra batida, sem sinal de técnica empregada no solo urbano.

¹² ARRAIS, Raimundo (Organização e estudo introdutório). Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20. Natal, RN: EDUFRN - Editora da UFRN, 2005.p. 141.

As árvores quase não são encontradas na imagem. Os procedimentos da arte e da ciência não existiam na “vila”, cidade de Natal que “não há tal”, a que se referiam os cronistas e críticos do aspecto cultural e físico da cidade. Não havia refinamento, mas sim predominava um ambiente com pouca interferência do Estado, do comércio ou de seus moradores. Atrás do prédio sede do Palácio do Governo, casas que seriam símbolos de um tempo a ser superado. Seu amontoamento e sua extrema proximidade em relação à habitação vizinha não seriam desejados no século XX.



Foto 1 - Panorama da Cidade Alta. Fotografia de Bruno Bougard.
Ao fundo da imagem, o Palácio do Governo. 1904.

O fotógrafo alemão Bruno Bougard, em seu álbum “Vistas da cidade de Natal”, que consta no acervo da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, registrou imagetivamente uma característica daquele tempo em que os comércios eram sem graça, em que as árvores abrigavam a monotonia do Erário público, onde prevalecia a inconsistência e a inércia dos habitantes, que, quando muito, adentravam em algum cargo público. Ainda as ruas coloniais propunham os caminhos sinuosos que os moradores pouco animados e educados percorriam nas crônicas de Polycarpo Feitosa.

Era o tempo de uma arquitetura quase que estritamente colonial. A Cidade Alta fotografada por Bougard era um dos limites que ainda deixavam a cidade “asfixiada”¹³, do lado mais alto da área urbana.

Henrique Castriciano, irmão de Eloy de Souza, ao fazer referência sobre o século XIX natalense, comentava que o que havia na cidade “decentemente construído era insignificante”. Corroborando as idéias dos cronistas e levando-as para o plano do chão que os habitantes pisavam em seu cotidiano encerrado nos dois bairros, dizia que “havia grande número de palhoças” e “estendiam-se muitos metros de terreno desocupado, predispondo os moradores de uma ou outra parte ao retraimento”.¹⁴



Foto 2 - Panorama da Cidade Alta. Fotografia de Bougard. 1904

Um espaço público natalense restrito, que não dispunha de condições de moradia características de um local considerado desenvolvido. A afirmação da cidade como capital era recente. Trata-se de uma cidade pequena, que ainda não tinha passado pelas grandes modificações urbanas, pelo “progresso”. Notada pelos seus observadores como “tacanha”, poderia dispor de vida social muito marcada pela personalidade, uma vez que, dentro de uma cidade de proporções modestas, as relações pessoais geralmente eram intermediadas pelo

¹³ CASCUDO, Câmara apud SANTOS, Pedro de lima. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. Natal: EDUFRRN, 2001.

¹⁴ Henrique Castriciano. *Lourival e seu tempo II. A República*, 04/07/1907.

compadrio, pela cordialidade ¹⁵. Mas, para espanto de certos autores, na Natal do final do século XIX, o que se via às ruas eram caminantes ensimesmados, carregando uma incompreendida “cara de circunstância”, onde a circunspeção predominava nos espaços públicos. Em sua crônica, Polycarpo Feitosa afirmava que o transeunte à rua carregava consigo um

misto de superioridade própria aliada ao desprezo ou pouco caso do próximo. Vejam vossas mercês ali aquele sujeito que passa, teso como um poste ambulante, olhando carrancudo ou desprezador para os outros. Pensam que é alguém? Acham que dentro daquela *proa* vai um grande saber ou um brilhante talento, um elevado poder ou, ao menos, a representação de um gordo cofre repleto do vil dinheiro?

Não é ninguém, meus amigos: um empregado qualquer, com obrigação das dez às três e cento e cinquenta ou duzentos mil réis de ordenado mensal¹⁶

Feitosa protestava contra uma espécie de pretensão da maioria das pessoas à rua, ao mesmo tempo em que considerava a cidade desprovida de meios materiais dignos de tal orgulho, cujo parco desenvolvimento sequer permitiria o garbo por parte de qualquer um. O sujeito que ele via à rua era reflexo do próprio problema mais amplo da cultura local, bem como da cidade e de seu sono secular, a que se referia Eloy de Souza.

A problemática “urbanidade” local era tratada com cores fortes nas crônicas de Polycarpo Feitosa. Chegando a momentos de uma ironia aguda, ele comentava sobre os gestos em locais públicos que, somados à sisudez de quem os realizava, provocavam aborrecimento no escritor. Reclamava que o “bom dia” proferido por alguns em nada era espontâneo, natural ou verdadeiro, chegando a parecer muito mais um “vá para o diabo que o carregue” ou “semelhante amabilidade”, zombava o cronista¹⁷. Ele ainda ressaltava que tal comportamento arredo verificado por ele no espaço público, não era igual nos espaços domésticos. Sua crítica se dirigia muito mais a um “atraso” local em relação aos costumes de uma “civildade”, onde os comportamentos e posturas em lugares públicos refletiam um conhecimento e educação por parte de homens e de mulheres, bem como um apreço pela cultura, pela delicadeza nos modos.

¹⁵ Sobre maneiras de ver a questão da “pequena cidade”, ver: SILVA, Joseli Maria. *Cultura e territorialidades urbanas*: Uma abordagem da pequena cidade. Revista de História Regional. Vol. 05, nº 02.

¹⁶ FEITOSA, Polycarpo. *Vida potiguar*. p.22.

¹⁷ Ibid. p.23.

Mais evidente se torna a crítica a essa Natal “de ontem” quando o elogio do autor mostra a afabilidade do natalense em relação aos que o visitavam em suas residências. Eram muitos “pois não” ou “às suas ordens”, sempre que requisitado em sua casa, “e convidando para jantar com a máxima facilidade”. Nos ambientes mais restritos, dizia o autor, o sujeito esquecia “dos apertos em que poderá colocar”, pois às vezes só tem “a costumeira carne seca com feijão dos dias ordinários”.¹⁸ Esse era um período em que Natal tinha “ricos e pobres relacionados e compadres, abancavam, nas doces horas de plenilúnio, nas cadeiras espalhadas nas calçadas irregulares”. Os espaços do passado urbano eram “de uma só classe social”, pois a própria indefinição de determinados locais e funções na cidade estimulavam o contato mais próximo entre diversas camadas da sociedade.¹⁹

Aliás, Polycarpo Feitosa não era o único a reclamar da vida social. Eloy de Souza chamava à seu modo a atenção para a morosidade da vida urbana. Ele também reclamava da falta de cordialidade nas relações pessoais. Segundo sua opinião, eram as crianças que ainda conferiam um pouco de “alegria breve” à cidade. A vida pública era algo preocupante, considerando o limitado convívio social e a própria concepção de vida pública, ainda muito restrita.

Continuando as insatisfações em relação à convivência nos lugares públicos do século XIX, o autor de *Costumes Locais* também criticava a postura dos rapazes da cidade com relação às moças à rua. Era condenável, segundo ele, a indelicadeza praticada por aqueles que, ao passar por uma moça na rua, não retiravam seus chapéus quando a cumprimentava.²⁰

Os cronistas, sobretudo no caso de Eloy de Souza e Polycarpo Feitosa, revelam um olhar que varia entre, de um lado, o apego ao bucólico, da natureza intocada, uma paisagem “natural” ou, de outro, certo fascínio pelo “moderno”²¹, pelas inovações do final do século XIX e início do século XX que aportarão na cidade com o advento do movimento republicano.

Mas os problemas apontados, nas crônicas citadinas ou nos órgãos da imprensa, sobre as questões referentes à cidade oitocentista, não paravam no campo do comportamento. Ainda fazendo referências ao livro *Costumes Locais*, seu autor e ex-diretor da imprensa oficial do

¹⁸ FEITOSA, Polycarpo. *Vida potiguar*. p.12.

¹⁹ CASCUDO, Luís da Câmara apud SANTOS, Pedro de Lima. *Luís da Câmara Cascudo e a Questão Urbana em Natal*. Natal, RN: EDUFRRN - Editora da UFRN, 2006. p, 74. A feição de cidade colonial é analisada por Pedro de Lima como uma das principais características da cidade do XIX, ao que se oporia o projeto de Pedro Velho para a Cidade Nova.

²⁰ SOUZA, Eloy de. *Costumes locais* Verbo; Sebo Vermelho, 1999. [1. ed.: 1909].p. 44.

²¹ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. p. 230.

estado apresentava outros problemas urbanos. Locais públicos pouco ofereciam de atrativo visual aos habitantes da cidade. Conforme comentamos anteriormente, a natureza não estava sendo plenamente utilizada pela técnica, pela ciência, de tal forma que, segundo escreveu, essas pareciam ter sido mal empregadas, mal construídas, reforçando apenas a “apatia da cidade”. A morosidade urbana e cultural da cidade do século XIX permanecia sob seu olhar atento. Criticava também a nossa “moleza tropical”²². A letargia natalense ainda preocupava.

Nesse contexto do final do século XIX, no que concerne ao espaço público, ainda que algumas ações do estado com relação ao cuidado com a higiene pública apontassem para alguma ordenação desse espaço, muitos dos problemas da cidade continuaram.

Alguns discursos, além dos literatos, defendiam melhorias nas condições de vida coletiva. Somente em 1896, algumas atividades começavam a não ser mais condizentes com as áreas urbanas. Mesmo numa cidade que estava restrita basicamente a Ribeira e Cidade Alta, a “remoção do Matadouro” das áreas centrais era uma das propostas mais radicais apontadas pela Inspetoria de Higiene, que procurava assim, realizar o “arrasamento da represa do Baldo, foco perene de miasmática”, uma crença do século XIX de que vapores que emanassem do solo pútrido seriam responsáveis por doenças.²³ Esse primeiro “Plano Sanitarista” para Natal propunha o saneamento da área urbana através também do “aumento do aqueduto que desvia águas pluviais acumuladas na campina da Ribeira para o Rio Potengi”. Entretanto, as propostas não puderam ser colocadas em prática devido aos poucos recursos de que dispunha tal Inspetoria. Além disso, suas atribuições resumiam-se, basicamente, às tentativas de conter doenças que poderiam proliferar-se.²⁴

As ruas da cidade estavam marcadas pela sujeira, situação que preocupava os órgãos públicos dos primeiros anos do século XX. Os jornais apresentavam denúncias de que aquela cidade era oriunda de um século do mau cheiro e da feiúra dos seus lugares públicos. A relação entre as doenças e o estado em que se encontrava a cidade era feita pelos saberes médicos que cada vez mais se especializavam e ganhavam notoriedade, bem como eram expostas nas colunas diárias dos jornais locais. Em 1903, numa sessão intitulada “limpeza pública”, os problemas da cidade se relacionavam com as questões da higiene. A relação de

²² SOUZA, Eloy. *Costumes locais*.

²³ Sobre as referências à teoria dos miasmas, LIMA, Pedro de. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. FERREIRA, Ângela Lúcia. *Topografias Médicas. Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM*. Disponível online no site PPGAU da UFRN.

No. 52, 2003

²⁴ OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal, 1889/1913*. Natal, de cidade a cidade. Natal, RN: EDUFRN - Editora da UFRN, 1999. p. 53.

causa e efeito vinha desde o século anterior e teria sido responsável pela “imundície das ruas e o desasseio” denunciados no artigo. Era a sujeira também “a causa de muitas doenças epidêmicas”.²⁵

E os espaços típicos de uma sociedade colonial eram o cenário onde se acumulavam dejetos. Eram dejetos de uma cidade que precisava ser limpa, segundo a ótica de alguns. A pasmeira da vida urbana convivia com “o lixo acumulado em diversos becos”²⁶. Os caminhos tortuosos da cidade antiga eram associados não apenas ao descuido, mas a infestação pelas doenças.

Dessa forma a idéia de ausência de civilidade, de uma boa vida social, impedia que Natal se desenvolvesse. Os seus espaços públicos refletiam o grau de desenvolvimento e civilidade. Aliás, sua área urbana, com problemas a serem superados, precisava de mudanças. Para o sociólogo Richard Sennet, “a geografia de uma cidade é a institucionalização da civilidade”.²⁷ E tal afirmação demonstra que a topografia urbana se relaciona com concepções culturais bastante específicas e capazes de conferir maior ou menor noção de “desenvolvimento”. No caso da Natal dorminhoca dos cronistas, o anseio de alguns setores era por uma maior possibilidade de partilhar do refinamento presente em outros locais, como o de que os moços das cidades tirassem o chapéu ao cumprimentar as senhoras e donzelas à rua, ou que essas ruas fossem mais limpas, ao contrário do que se apresentava ao final do século XIX.

Uma região de pouca mobilidade, essa era a Natal no século XIX. A “apatia” urbana de uma cidade quase colonial também era percebida através das dificuldades de locomoção entres os bairros existentes, pois, para deslocar-se dentro da área urbana, o habitante de Natal até o final do século poderia utilizar somente “burros e cavalos de uso particular”. Nas curtas distâncias entre Ribeira e Cidade Alta, andar a pé seria a terceira opção. Apesar de tal situação, há relatos de tentativas de melhorar a condição dos transportes na capital. Teria sido em 1884, segundo uma proposta de João Avelino de Vasconcelos acatada pelo Presidente da Província, o primeiro plano de se instalar trilhos urbanos na cidade, cujos bondes, a serem instalados, deveriam ser movidos à tração animal ou a vapor.²⁸

²⁵ A GAZETA DO COMÉRCIO, Natal, n. 204, 11 jul., 1903.

²⁶ Ibid.

²⁷ SENNETT, Richard. *O fim da cultura pública*. In: _____. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. p. 324.

²⁸ OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal, 1889/1913*. p. 28.

Em 1890, foi criada uma “Empresa de Carros de Aluguel”, cujo proprietário era Antônio de Barros. O percurso era entre a Cidade Baixa e Cidade Alta. Dispunha de uma cocheira, um local próprio para guardar carruagens ou outros veículos, que ficava “na esquina da atual Praça Augusto Severo com a Avenida Duque de Caxias”. Afirma Giovanna Paiva que a vida desse negócio foi muito breve, tendo se encerrado no ano seguinte, prevalecendo na cidade as carroças puxadas por cavalos, ou ainda as que eram puxadas por tração de outros animais, que, por vezes, eles próprios, serviam como principal meio de locomoção.²⁹

Além dessas tentativas que não foram bem sucedidas, ainda no ano de 1891, um decreto concedeu ao “Sr. Ângelo Roselli, por trinta anos, o direito de estabelecer uma ou várias linhas de bonde em Natal e nos subúrbios da cidade”.³⁰ Esse meio de transporte público ainda passaria por momentos bastante difíceis dentro da história de Natal. Cascudo lembrava, em seu livro sobre a história da cidade, das primeiras experiências com o bonde, no que tinha de seu aspecto que evocava mais desprazer. Até mesmo dos primeiros bondes puxados à tração animal a recordação era de incivildades do passado: “estalo de chicote, a parelha do reforço esperando a ladeira da Junqueira Aires, a marcha vagarosa, as pilhérias dos espirituosos, as reclamações”.³¹

Em termos da habitação, somente as casas dos indivíduos mais abastados tiveram alguma evolução na virada do século. Algumas delas foram construídas dentro de técnicas arquitetônicas modernas, mas, ao mesmo tempo guardavam profundas relações com o mundo oitocentista.

Lauro Pinto, como ele próprio se denominava “um fidalgo dos tempos antigos da cidade”, que viveu ainda nas ruas “de seu burgo inviolado do bairro de Petrópolis”, escreveu em seu livro de memórias sobre algumas dessas residências construídas na Cidade Alta e na Ribeira na virada do século.³² O memorialista chamou essas residências de “casas patriarcais” e as descreveu como algo que pertencia a um tempo longínquo daquele que escrevia. Segundo ele, eram nelas que morariam alguns dos antigos negociantes da cidade, ou senhores de terra do interior, cujo papel nas áreas urbanas tinha destaque. Essas casas ganham relevo quando pensamos que elas podem nos falar sobre um momento de transição, um período em que se processavam na cidade muitas alterações. São, de um lado, resquício, pela origem de seus proprietários ou pela época em que foram construídas. E, de outro, são uma

²⁹ OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal, 1889/1913*. p.29.

³⁰ *Ibid.* p.29.

³¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 309.

³² NEGREIROS, Sanderson. In: PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. Apresentação.

espécie de “ponte” para os tempos de uma Natal mais moderna, tendo em vista que seus proprietários compunham as elites urbanas que, mesmo enriquecidas por causa de atividades agrícolas no interior do estado, passavam a constituir-se enquanto classe tipicamente urbana, durante a República.

Eram essas casas de um tempo em que “a cidade ainda era apenas uma criança à sombra dos coqueiros e no sopé dos morros”³³, residências de uma proximidade com um mundo natural nostálgico, mas ao mesmo tempo marcado pela pouca presença da civilidade entre os habitantes e raros símbolos tipicamente urbanos. A não ser de forma discreta, pouca mudança interferia na estagnação cultural do século XIX.

Nos idos do último quartel desse século, foram inauguradas as obras que ligavam Natal à Nova Cruz por trem. O ambiente no qual se deu a solenidade de lançamento de tal realização, era justamente o “palacete da assembléia”. Os escassos momentos de reunião pública eram marcados pela presença das famílias, mas a eles também compareciam “engenheiros da companhia e pessoas distintas da capital”. Somando-se à presença dos tipos ilustres da cidade, ainda ressaltava-se que tudo havia corrido tranquilamente, “em cordial satisfação”.³⁴ Era a velha cordialidade que no século XX seria considerada ainda mais “provinciana”.

E, ainda num gesto simbólico, “uma colher de pedreiro com inscrição comemorativa” foi oferecida às autoridades locais pela empresa que seria responsável pelas obras. Tal fato nos é bastante peculiar, uma vez que a colher de pedreiro como símbolo da grande obra, pode ser pensada como sinônimo da moradia do século XIX e até mesmo dos primeiros edifícios e monumentos públicos do século XX. Através dos mestres de obra que as casas populares da Cidade Alta retratadas por Bougard eram construídas, no crescimento “aleatório” da cidade “colonial”.

Era dentro desse cenário que se apresentavam as casas patriarcais. Entretanto, eram elas os tipos de moradia mais destacados de então. Grandes residências, cujas proporções das construções saltavam ao olhar do observador e estavam relacionadas ao poder financeiro do proprietário. Geralmente eram posse de ricos comerciantes que, vindos do interior do estado e por obra da economia algodoeira, dispunham de posição social elevada.

³³ CIGARRA, 1928.

³⁴ Rodrigues, Wagner do Nascimento. Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820-1920) / Wagner do Nascimento Rodrigues. - Natal, RN, 2006. 180 f. p. 194.

Na cidade oitocentista, os símbolos de riqueza eram exibidos nas grandes casas ou palacetes. Residências onde os gigantescos terrenos permitiam a presença da enorme construção e, também, de muitas e diversas árvores. Era o tempo do mundo mais “natural” dentro do espaço urbano. Assim como outras velhas capitais, Lauro Pinto percebia a habitação urbana como elemento típico dos tempos remotos da cidade, tempos que remetiam à beleza do mundo urbano ainda marcado por algumas características rurais. Natal, escrevia ele, “já possui seus palacetes, ‘chalés’, chácaras e mansões edificadas em sua maioria em fins de século passado e nos primeiros anos do presente”.³⁵

Essas casas estavam presentes na Cidade Alta ou na Ribeira, os bairros que definiam a área urbana até então. O próprio sobrado onde se situava o Governo do Estado por 33 anos era representativo desse padrão de moradia. Alugado pelo governo no ano de 1869, o prédio pertencia a um rico comerciante e havia sido construído também pelo dono, Domingos Henrique de Oliveira.³⁶

O coronel Aureliano Medeiros era um rico proprietário da cidade. Dele era o palacete construído em 1910, que dispunha de “inúmeras fruteiras, garagem e cavalaria”. Também tinha “quartos imensos. Havia até dentro do prédio uma capela”. Posteriormente, o prédio teve finalidades diversas, sendo vendido depois de algum tempo pelo coronel. Atualmente é de propriedade do estado.

³⁵ PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. p.71.

³⁶ *Ibid.* p.75.

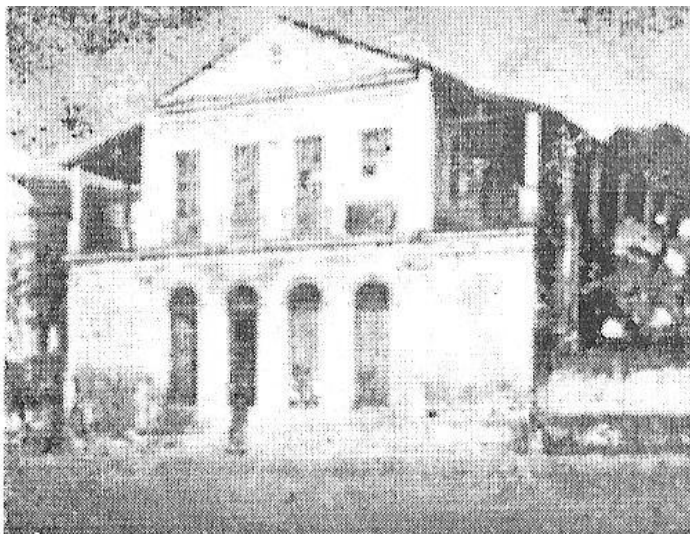


Foto 3 - Do coronel Aureliano Medeiros era o palacete construído em 1910. Dispunha de “inúmeras fruteiras, garagem e cavalaria”. Fonte: PINTO, Lauro. *Natal que eu*

Uma residência que pertenceu a Câmara Cascudo, a quem a habitação popular foi objeto de análise em 1924, enquadrar-se-ia também dentro do tipo de casa patriarcal. A residência em questão foi construída no final de 1900, por um “industrial, que nele passou a residir”. Era Afonso Saraiva de Albuquerque Maranhão. O palacete exibia formas grandiloqüentes e situava-se na Avenida Junqueira Aires, uma avenida que ligava a Ribeira à Cidade Alta, como até hoje permanece.³⁷ Além de ligar os dois bairros, esse tipo de moradia é, metaforicamente, a ligação entre o mundo do século XIX e as mudanças que entraram em curso com a República. As elites do final do século anterior se adaptariam aos modos de vida propagados no século seguinte, inclusive, ao mudar suas residências de um local como antigos bairros comerciais para o bairro mais afastado da Cidade Nova, tal qual aconteceu com a própria família de Cascudo.

Lauro Pinto também comentou sobre um prédio já demolido, situado no bairro da Ribeira. Lá, os padrões dessa vida patriarcal eram também assoberbados. A “mansão construída pelo Coronel Avelino Alves Freire, antigo comerciante e proprietário”, em 1898, representava o contato quase direto com o meio natural. O poder dos patriarcas estava assentado sobre uma cidade ainda pouco transformada sob certos pontos de vista, mais

³⁷ PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. p.74.

especificamente o do planejamento dos espaços domésticos e de moradia. Essa imensa casa tinha enormes “salas e muitos aposentos e cercada de um vasto sítio com muitas fruteiras”.³⁸

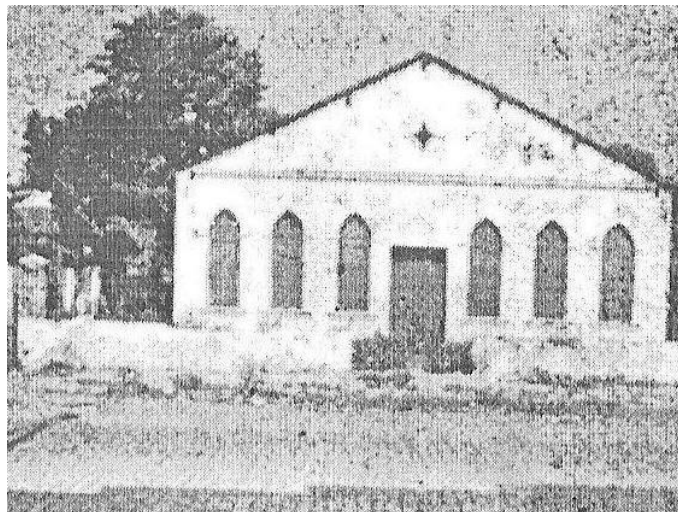


Foto 4 - Mansão construída pelo Coronel Avelino Alves Freire. Pinto, Lauro. *Natal que eu vi*.

É interessante ressaltar também que nessas casas dos ricos moradores, muitas vezes parte do material empregado em suas construções era importado. Foi o caso desta última, onde “quase todo o material era importado”. A República e suas elites acentuariam ainda mais a entrada de elementos estrangeiros para o ambiente da moradia. Desde os novos tipos de habitação, até os valores e gostos, que cada vez mais seriam proclamados na nova cidade do século XX.

Contrapondo-se a riqueza das poucas casas de comerciantes e coronéis, que compunham uma parte da elite do século XIX, ainda predominaria na cidade aquela “vergonha” da apatia urbana. Apesar da ostentação de alguns palacetes urbanos, no final de século permanecia a constatação de que o Rio Grande do Norte e Natal estavam em visível atraso. Ainda no lançamento das obras de ligação entre Natal e Nova Cruz, dizia-se “confessamos uma verdade triste e vergonhosa”. O problema era do povo e dos seus governantes. E Natal era “uma das mais atrasadas províncias, cuja capital está aquém de tudo que entre nós tal nome tem.”

Poderíamos pensar que, por tratar de um comentário inserido em jornal de uma cidade do interior do estado e em razão do passado de disputas comerciais, conforme mostra Wagner

³⁸ PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. p.78.

do Nascimento em seu estudo, a afirmação teria menor validade. Mas o que vemos é que se trata de mais uma constatação, somada à de outros cronistas que, inclusive, habitavam na cidade. Esse texto do jornal ainda ia além, completava seu comentário retomando a falta de graça da vida de Natal, “a falta de vida e engrandecimento, que quase faz apagar a nossa pobre terra do mappá do Brazil, só provem de nós mesmos. Para sairmos desse estado de inação”.³⁹ E seguia ao fazer referência aquela instância que outro autor considerava ponto positivo, a vida doméstica.

Era necessário manter a salvo o lar, diante da rudeza dos hábitos e modos de vida cotidianos. A perda dos valores nos recantos mais íntimos da existência já era um alarme lançado à época e a vida pública sem graça era a responsável por tal ameaça. Era a melhoria dos espaços um dos elementos capazes de mudar a qualidade de vida das próprias famílias. O passado colonial, que ficasse no passado, como algo apenas simbólico da superação e das novas tradições que a república legitimaria. O espaço público do século XIX “nos tem estragado e matado os sentimentos íntimos de amor do próprio lar”.⁴⁰

Mas, para o autor das reminiscências, Lauro Pinto, os casarões e chalés do passado tinham deixado também “apenas a saudade daquelas edificações tão bonitas”.⁴¹

1.2. PLANOS PARA UMA CIDADE (NOVA)

Conforme vimos, todas as observações feitas por governantes e intelectuais em relação à cidade “de ontem” não estavam limitadas aos seus aspectos arquitetônicos e urbanísticos, mas como uma crítica mais ampla a sociedade local. Neste aspecto, diversos projetos foram lançados como forma de redimir os traços da antiga cidade e construir um novo espaço urbano e uma nova sociedade.

No processo de construção de uma cidade, tal qual desejavam cronistas locais e tal qual ocorreu de fato com Natal na passagem do século XIX para o XX, a criação de locais específicos do espaço urbano tornam mais evidentes a ligação entre a história urbana e os

³⁹ RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820-1920)*. Natal, RN, 2006. 180 f. p. 190 (anexo).

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. p.71.

diversos grupos envolvidos numa trama de interesses. Tal elemento não é desprovido de ambições e simbologias que impregnam de forma pujante todas as esferas da vida.⁴²

1.2.a. A construção da cidade do futuro

Em outros trabalhos que discorrem sobre as mutações urbanas postas em curso ao longo da história republicana de Natal, o papel desempenhado pelo grupo familiar e político dos Albuquerque Maranhão preponderava no cenário político local. Articulado em torno de grandes questões urbanas que veremos ao longo deste trabalho, a partir de 1901, passou-se a pensar para Natal um novo projeto de habitação, que extrapolava os limites das residências que seriam construídas, mas tinham relações com todo o conjunto da cidade e uma ampla gama de aspectos que são pensados de acordo com uma nova maneira de viver. Em termos de planejamento, pensamos sobre alguns aspectos do projeto que nos ajudam a compreender as mudanças em curso.

O ano de 1901 marca o momento em que Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, governou o estado pela primeira vez. O segundo governo foi, para o partido republicano, o grande símbolo da mudança e o grande ícone de destemor político, símbolo de grande articulação e poder no estado. Já no primeiro governo, Alberto Maranhão (1901-1904) estabeleceu o que seria um futuro programa urbanístico para a cidade. O Plano Polidrelli, como foi denominado, visava criar um novo bairro, que retiraria a cidade da já referida estagnação do século XIX. Associado à força política dos Albuquerque Maranhão, a Intendência Municipal,

com o presidente Joaquim Manoel Teixeira de Moura, (...) atirou-se no escuro do trabalho. Pela Resolução de n. 55 (de 30 de dezembro de 1901) criou o terceiro bairro da cidade, denominando-o de Cidade Nova. Jeremias Pinheiro da Câmara demarcou e fez o alinhamento das avenidas projetadas. Recebeu 400\$000...⁴³

A oficialização do plano por parte dos poderes estaduais e municipais, que almejavam, do ponto de vista urbano (através do que foi o terceiro bairro da cidade), criar na Cidade Nova

⁴² SANTOS, Pedro de lima. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*.

⁴³ CASCUDO, Câmara. Apud. LIMA, Pedro de. Luiz da Câmara Cascudo e a questão urbana em Natal. P.73

uma área diferenciada tanto da Cidade Alta, quanto da Ribeira, com suas atividades públicas e comerciais, e instituir um local tipicamente residencial destinado a uma parcela mais aquinhoadada da população.

A função de elaborar o plano, a partir de 1904, ficou a cargo do agrimensor italiano Antônio Polidrelli, que definiu a área denominada Cidade Nova, sendo constituída pelos bairros de Tirol e Petrópolis com uma área total de 164, 85 hectares. Quando do seu surgimento, o plano possuía “seis ruas transversais e duas praças: Pedro Velho (pracinha, como a conhecemos) e Municipal (Pio X)”.⁴⁴

O terceiro artigo da sua primeira resolução, citada acima, determinava que tivessem um ano de prazo os “concessionários dos terrenos aforados” para delimitar suas posses com “muros ou cercas, sendo-lhes concedidos três anos para a respectiva edificação”. Havia também toda uma preocupação, já nas primeiras definições do plano, em relação a distância entre as habitações, bem como com as medições das ruas e das esquinas. “Todas as esquinas e praças, avenidas e ruas serão em curva de dois metros de raio” e cada construção erigida na Cidade Nova deveria ter também certas regras próprias para sua construção, como o distanciamento em relação ao prédio vizinho, de “pelo menos cinco metros” uns dos outros.⁴⁵

Conforme já dissemos, lançado em 1901, mas ampliado pelo italiano Antônio Polidrelli em 1904, o Plano da Cidade Nova prezava por um enxadrezamento do bairro, ou seja, as avenidas largas e as ruas teriam o desenho de um tabuleiro de xadrez, com distâncias iguais em cada um de seus pontos constituintes. Esse desenho de bairro presumia certa homogeneidade para os que lá habitariam. A própria idéia do enxadrezamento não sugere uma hierarquização para o espaço interno do bairro, mas, ao contrário, apontava para a criação de um espaço no qual as famílias tivessem padrão de vida bastante próximo do ponto de vista econômico e social. Era o local propício para a distinção desse bairro diante dos até então existentes.

Este plano urbanístico representou não apenas a criação de um novo bairro para habitação, mas foi, em seu cerne, a criação, conforme o próprio nome sugeriu, de uma Cidade Nova. Assim, como ironizou Polycarpo Feitosa, o plano vinha mais uma vez “caindo do alto do governo”, enquanto uma medida posta em prática a partir das articulações estaduais e municipais. Contudo, a existência dele reflete aspirações do próprio tempo, da sociedade como um todo. A necessidade de sair de uma vida associada ao século XIX, nos seus aspectos

⁴⁴ CASCUDO, Câmara apud LIMA, Pedro de. *Luiz da Câmara Cascudo e a questão urbana em Natal*. P. 73.

⁴⁵ SOUZA, Itamar de apud LIMA, Pedro de. *Ibid.* p.73.

ainda quase coloniais, ia além da iniciativa política. Eram as próprias articulações da sociedade capitalista e da ascensão de paradigmas novos que abrangiam da moradia ao ideal de saúde, conforme veremos mais à frente.



Foto 5 - Mapa do Plano Polidrelli.

Fonte: MIRANDA, João Maurício de. Evolução urbana de Natal em 400 anos.

Em termos de padrões urbanísticos, o projeto de Pedro Velho e Alberto Maranhão, bem como da Intendência Municipal, ampliadas por Polidrelli, nortearam o crescimento da cidade. Um novo “estágio” iniciara-se com o uso da técnica, a fim de retirar a cidade e seus moradores daquela vida cômoda, marcada pelas relações pessoais tacanhas, segundo os relatos e as crônicas sobre a Natal oitocentista. Além de uma virada temporal entre séculos, no sentido de sair da “pasmaceira”, diversos grupos colocariam em vigor seus planos de mudança e de inserção no paradigma do mundo moderno e progressista, segundo constavam nos modelos de sociedade à época.

A racionalidade urbana começaria a despontar como alternativa ao domínio do espaço natural, marcado pela vegetação que crescia nas áreas urbanas e pela carência de serviços e modos de vida “atrasados”.

O predomínio político dos Albuquerque Maranhão teve a seu dispor condições favoráveis no que concerne ao desenvolvimento de uma modernização, tendo em vista que era o grupo político que dominava o cenário local de forma quase única, sem contestações contra si. Conforme afirma Giovanna Paiva, foi no período republicano que a oligarquia em questão passou a estabelecer “um controle ilimitado sobre o estado e, particularmente, sobre Natal.”⁴⁶

Nos primeiros anos do século XX, quando os terrenos eram pouco valorizados naquela região, a região era sinônimo de afastamento dos principais bairros da cidade. Representava uma “auto-segregação” de suas elites no seio da vida urbana em transformação. Luís da Câmara Cascudo mostrou que a iniciativa de estabelecer o bairro significava tal desejo. Ele afirmou que “ninguém queria terrenos por ali”. Mas certamente a mentalidade de se afastar dos locais centrais permeava o pensamento das elites locais.

Além disso, desejos e ações do Estado, bem como dos primeiros ocupantes da região, denotavam o status de habitar em lugares mais afastados. A Cidade Nova, “ficava tão longe da cidade que a travessia era feita a cavalo”⁴⁷. Foi para lá que se transferiu uma parte das elites que outrora habitavam em “casas patriarcais”. O próprio Câmara Cascudo havia selecionado o bairro como local para morar. Sobre o Tirol, “morei de 1914 a 1933”, tendo presenciado uma época em que alguns sítios exibiam nomes sugestivos quanto ao seu afastamento e distinção. Além da “Pedro Velho”, Cascudo referiu-se à “Vila Solidão”.⁴⁸ Locais onde se desenvolveriam os hábitos da boa moradia natalense. Câmara Cascudo também escreveu no jornal *A República* um artigo intitulado “O novo plano da cidade”, onde lembrava que, mesmo em 1929, “inda vive quem assistiu a construção da primeira residência em Tirol, das primeiras casas em Petrópolis (nomes dos sítios do governador Alberto Maranhão)”.⁴⁹ Operava-se uma mudança significativa desde o início do século XX e as vilas e sítios eram uma das primeiras formas de ocupação.

⁴⁶ OLIVEIRA, Giovanna Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal, 1889/1913*. p.98.

⁴⁷ CASCUDO apud SANTOS, Pedro de Lima. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano* p. 80.

⁴⁸ CASCUDO apud LIMA, Pedro de. p. 82. Faremos mais considerações sobre as maneiras de viver na Cidade Nova no terceiro capítulo deste trabalho.

⁴⁹ CASCUDO, Luís da Câmara apud ARRAIS, Raimundo (org.). *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. p. 140.



Foto 6 - Residência do Gov. Alberto Maranhão nas primeiras décadas do século XX. Depois, sede do Aero Clube. *Fonte:* Natal-CD, com “imagens de ontem.”.

A ação política do estado e do município foi, sem dúvida, um dos agentes de força capaz de imprimir sua marca na idéia de dotar a cidade de elementos “modernos”, sobretudo na capital. Esses grupos tiveram um espaço relativamente amplo de atuação política capaz de elaborar uma legitimação do poder, por muitas vezes associada às mudanças em curso. A criação do bairro se inseriu na mesma lógica que buscava modificar as características rurais que marcavam a capital. O momento da criação da Cidade Nova, coincidia com algumas alterações nos espaços da cidade, no que diz respeito à implementação de obra de infraestrutura e no estabelecimento de ruas mais largas.

Em seu estudo “Natal, de cidade a cidade”, Giovanna Paiva ressalta que desde a sua afirmação como centro político e administrativo do estado, Natal não poderia “manter as características de cidade colonial”. As mudanças urbanas impostas por diversos setores discutidos neste capítulo, evidenciavam que era fundamental seguir a “tendência de modernização que vinha se manifestando em cidades da Europa e em capitais de outros estados brasileiros”.⁵⁰ No sentido de alterar os espaços, “foram empreendidas intervenções públicas que, no entanto, aconteceram de forma lenta e descontínua”.⁵¹ Estas

⁵⁰ Diversos estudos mostram o crescimento de áreas urbanas no mesmo período no Brasil. São processos que apresentam, de um lado, muitas semelhanças, como os processos de embelezamento e de exclusão social, tal qual afirma Giovanna Paiva nessa passagem e, de outro lado, mostram alterações bastante específicas, como as

Não trouxeram a solução para os problemas advindos do processo de crescimento da cidade, mas intensificaram seu crescimento, ao mesmo tempo em que demonstraram uma preocupação com o embelezamento visível na transformação das fachadas e na composição de ambientes que contribuíram para a construção de uma imagem da elite local adequada aos padrões da Belle Époque européia.

Em Natal, o plano, desde 1901, apresenta para a realização da Cidade Nova algumas tendências que a aproximavam do futuro capitalista e progressista ao passo que a afastava das vielas e caminhos obtusos do mundo quase colonial do século XIX, segundo apontavam alguns escritores e registros, sobre desejos e medidas de remodelação urbana.

Alguns princípios foram estabelecidos para essa nova cidade: ela deveria servir para instituir um novo padrão de vivência da população, diferente do anterior, não deveria possuir as antigas imperfeições e incorporar as novas referências de uma vivência moderna. Para isto deveria ser guiada pelos princípios da ciência, sobretudo da engenharia e da medicina. Esse sentido essencialmente coletivo da vida pública passava por um momento de deslumbramento com a ciência e com o progresso, dentro de uma lógica linear de evolução⁵². Esse paradigma abraçou a tecnologia que possibilitou, dentre inúmeras outras coisas, a modernização urbana, pensada e posta em prática desde o século XIX nas capitais européias.⁵³ Tais processos modernizadores significaram embelezamento e ordenamento, de um lado, e exclusão e marginalização social, de outro.⁵⁴ No entanto, por outro lado, a apreensão com a construção de uma nova vida urbana não era apenas um problema para governantes e urbanistas, diversos intelectuais manifestaram posições sobre o destino da vida urbana em Natal.

maneiras pela qual as elites, em cada caso, afirmaram-se no regime republicano e enquanto novas camadas urbanas.

⁵¹ OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal, 1889/1913*. p. 98.

⁵² Richard Sennett afirma que, na primeira metade do século XX o homem ainda tinha sua identidade formada a partir da vida coletiva. Durante o século XX, sobretudo a partir da segunda metade, a vida privada do indivíduo veio a prevalecer sobre a vida social e pública.

⁵³ Sobre esse tema, ver o capítulo 3.

⁵⁴ A respeito do deslumbramento ocidental pelo progresso, ver o ensaio de Marshall Berman sobre o *Fausto de Goethe*, em: *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*.

1.2.b. Sonhos de progresso

“Natal, capital mundial”, essa é uma das frases que mais chamam a atenção na palestra que o jornalista Manoel Dantas proferiu em 1909, intitulada “Natal daqui a cinquenta anos”. Pensando como seria a cidade no ano de 1959, apresentava tanto as ambições e ações na cidade por parte daqueles que a construía quanto as associavam às formas de representação literária.⁵⁵

Externava sonhos de progresso, numa obra que era marcada pela idéia da “inexorabilidade do desenvolvimento da ciência e da tecnologia e trabalho”.⁵⁶ Era um desejo urbano e tecnológico exposto através da literatura, bastante influenciada pela ficção científica do francês Julio Verne. Trata-se de alegorias de progresso e de tecnologia, bem como de um extremo desenvolvimento urbano. Dantas projetava uma cidade símbolo do capitalismo mundial, posicionando-se em relação aos rumos e à inserção da urbe na dinâmica do progresso e na teia das relações de produção e de consumo do século XX.

Em sua palestra, que esboçava a cidade do futuro, previa áreas definidas dentro da cidade, no que se referia ao comércio, ao poder e à habitação. A Ribeira se consagrava como o bairro do comércio, um dos fatores que levaria a economia local ao status de “capital mundial”. “É o bairro do alto comércio, da bolsa, dos grandes estabelecimentos bancários”. Também sentia a presença do mundo do consumo quando escreveu que “os mostradores dos bazares imensos ostentam, numa exibição fantástica, as mais variadas mercadorias, destinadas a despertar a cobiça ou prover as necessidades de gente que passa por ali num vai-e-vem contínuo”. Eram sonhos de um lugar de movimento. Ao mesmo tempo em que era organizado, era repleto de atrativos para a vida cotidiana. Na fala do jornalista e educador Manoel Dantas, os moradores haviam deixado seu retraimento para viverem num espaço em que os serviços e a possibilidade de compra adentrariam com força e, nesse lugar, o deslocamento era essencial. Na cidade desta peça literária, que evocava o progresso, haveria prédios enormes, “que, à noite, a eletricidade ilumina de cores caprichosas”, lugares em que se exibiam, “de minuto em minuto, as notícias de última hora que vão chegando de todas as

⁵⁵ A fala desse jornalista foi publicada posteriormente, inclusive, em livro sobre as origens urbanas de Natal, de Pedro de Lima.

⁵⁶ SANTOS, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Cooperativa Cultural Universitária; Sebo Vermelho, 2000. p. 17.

partes do mundo pelo telégrafo sem fio e as linhas especiais”.⁵⁷ Espaço urbano cosmopolita o da ficção, do plano estabelecido por Manoel Dantas. Os contatos entre Natal e o resto do mundo se intensificariam.

Na utopia de cidade em questão, a Cidade Nova era caracterizada como um espaço residencial marcado pelo refinamento e pela civilidade. Além disso, uma ampla região que se projetara sobre áreas antes desocupadas. Era um ideal que se consolidaria em função de modificações no conjunto da sociedade, pois o autor referia-se às mudanças na cidade como um todo. Juiz e diretor de Instrução Pública do estado, ele enxergava o crescimento da cidade cujo lugar central era ocupado pelos republicanos.

A Cidade Nova, cujo plano de criação remetia 1901, era referida na obra de Manoel Dantas insinuando os desejos sociais das elites daquela época e se inserindo no pensamento utópico do autor. Naquele local, “as avenidas largas, onde a riqueza impressiona pelo luxo e o bom gosto das construções. Ao centro desse bairro, a Praça Pedro Velho – o cérebro para onde convergem as manifestações da vida urbana”. De um lado o espaço do comércio que ficara com a Ribeira e, de forma bem distinta, pensava-se o bairro para moradias das classes de maior poder econômico, distantes do centro do comércio.

O presente da República e as fantasias de futuro estavam misturados na apresentação de Dantas e no que ele concernia como a cidade do amanhã. Enaltecia a força da liderança do patrono Pedro Velho, pois era na Cidade Nova que se localiza a praça com o nome do chefe dos Albuquerque Maranhão. Em tom apoteótico disse Manoel Dantas: “É denominada (a praça) por uma estátua colossal do Gênio, subjungando com uma mão firme a hidra do mal e apontando com a outra para uma placa de cristal onde o Destino escreve esta legenda: - Façam o progresso que eu mantenho a ordem”.

Era um cenário de harmonia dentro dos paradigmas capitalistas e urbanos que o século XX apresentava, de cidades em crescimento econômico e desenvolvimento de novas tecnologias e sociabilidades. Tratava-se de um projeto futurista ambicioso para as próximas décadas da cidade. Nele, Natal aparecia completamente inserida no capitalismo mundial, ao mesmo tempo em que harmonizava a natureza com o progresso.⁵⁸ Conforme assinalou Pedro

⁵⁷ SANTOS, Pedro de Lima. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. p.71.

⁵⁸ *Ibid.*, p.17.

de Lima, pode-se perceber também nessa obra a influência de idéias pioneiras que eram oriundas do Manifesto Futurista italiano de Marinetti ⁵⁹

[...] bem informado das novidades artísticas, técnicas e culturais existentes nos países adiantados, na Europa e nos Estados Unidos da América, como se sente à vontade para supor novos desdobramentos e novos aperfeiçoamentos tecnológicos. Só a leitura constante e atualizada da literatura artística, científica e tecnológica permitiria tal ousadia. ⁶⁰

Manoel Dantas previa uma época regida pela tecnologia e pelo profundo grau de civilização atingido por sua cidade. A esfera em que se vivia parecia mesmo embebida de certeza no progresso. Ele se insere entre os entusiastas locais pelo futuro e, sobretudo, pelo crescimento capitalista. Sua noção de cidade baseava-se na funcionalidade, na beleza e na tecnologia.

Uma cidade organizada, bem como se buscava para as diversas instâncias da vida, seja no espaço público ou no privado. Também anseios para uma cidade que deveria sair de seu passado do “sono de três séculos” sobre o qual se referiu Eloy de Souza e, de outro lado, embebida e repleta de visões de progresso, sonhos de futuro, tal qual a cidade prevista por Manoel Dantas, que de certa maneira, já o era.

A preocupação desses intelectuais, entretanto, às vezes recaía sobre as unidades constitutivas das cidades, como os edifícios e as residências. O jovem Luís da Câmara Cascudo, ainda quando jornalista de *A República* expressou interesse sobre a moradia dos operários. Em 1924, ele, também sócio honorário do Centro Operário Natalense (C.O.N.), apresentou uma proposta para a realização da “Casa do Operário”. Instituição baseada, em grande parte, nos modelos de moradia coletiva proletária que haviam emergido no século XIX na Europa, entre os propagadores do socialismo utópico. ⁶¹

A defesa cascudiana se insere dentro da lógica do seu tempo e a moradia popular era questão de debates entre as elites brasileiras. Aquela moradia que seria “a mais bela afirmação

⁵⁹ SANTOS, Pedro de Lima. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*, p. 19.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 16.

⁶¹ ARRAIS, Raimundo (Org. e Estudo introdutório). *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. Introdução.

do amor pela classe, pelo desinteresse, pela coletividade”⁶² era bastante distinta do tipo de habitação das camadas burguesas do século XX e, ao mesmo tempo, diferentes das “casas patriarcais” do século XIX.

Dentro dessas habitações, as separações entre cômodos ou a hierarquização interna dos espaços não era objeto de grandes preocupações. A morada do século XIX é o lugar da “promiscuidade”, como pensavam as elites brasileiras. Esses ambientes refletiam ainda o estilo de vida do qual desejavam se afastar os bairros nobres.

Para o autor natalense, a Casa era a um só tempo o “hospital, o asilo, a mesa para o convalescente”. A idéia da moradia como lar, com todas as suas definições de sentimento e de pertencimento, de laços afetivos certamente foi observada por ele. Mas, além disso, a Casa já era sinônimo de algo capaz de restituir a saúde, principalmente quando ela era organizada e possuía asseio e, sobretudo, quando era limpa. A casa deveria ser um local de saúde. Das preocupações das elites do final do século XIX e do início do século XX, os cuidados com a casa e com o corpo, muito relacionados com a boa circulação de ar e com a entrada de luz, era uma das principais recomendações às camadas menos favorecidas da sociedade.

O modelo fourierista de moradia propunha o espaço habitacional unitário e foi modelo inspirador, tal qual evidenciou Cascudo em sua fala, para solucionar a questão da moradia das “massas”, das populações de trabalhadores pobres das cidades. A proposta de Fourier foi lançada para resolver os conflitos e modos de vida medonhos tal qual ele enxergava nas cidades. Era uma solução contra a aglomeração, contra a ausência de diferenciação entre as famílias ou grupos que juntos conviviam. O tipo utópico lançado pelo filósofo e economista francês do século XIX previa habitações para até 3.500 operários.⁶³ Sem mencionar a capacidade do falanstério a ser construído, Cascudo comentava que a tentativa de erguer uma Casa do Operário em Natal seria resultado do esforço dessa classe, e que o dinheiro que se “gasta no botequim” e que servia para conservar a malandragem fosse amealhado para a concussão de tal obra.

A fórmula inspirada no modelo europeu ainda reflete um anseio que pensa a casa, mesmo que popular, como uma máquina de morar capaz de representar a residência dos grupos, ou seja, que pudesse denotar algum grau de ligação entre o homem e o espaço em que vivia. Mas, acima de tudo, as idéias de falanstérios representavam uma associação direta entre

⁶² ARRAIS, Raimundo (Org. e Estudo introdutório). Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20. p.90.

⁶³ As propostas de habitação societária remetem ao pensamento utópico do século XIX, mais especificamente ao pensamento de Charles Fourier. Ver: História da Vida Privada, vol. 4. p. 366.

a idéia de capital e trabalho. A casa societária era a urbanidade do operário, era a sua sociabilidade com os poucos ganhos que o capitalismo trouxe para ele. Solução funcional que mantinha pobres à margem.⁶⁴

Na concepção de Cascudo, “a casa que será patrimônio do operário terá os seus alojamentos divididos”, o que conferia a essa idéia certo ar positivo. A divisão, pois, representava uma necessidade. Era preciso tirar os pobres das áreas promíscuas, onde prevalecia a convivência entre famílias em cômodos únicos.

Em geral, a proposta da C.O.N. era possibilitar, através da instituição comunitária, que o pobre tivesse um vislumbre do que ao rico era permitido através da sua criadagem particular. Então, “o funileiro, o sapateiro, o ferreiro, o marceneiro, o trabalhador de rua, o carregador dos armazéns”⁶⁵ estavam sob o olhar do jornalista, camada social bem distinta, letrada e culta, sobretudo quando pensamos na “linhagem” de pessoas ricas à qual, especificamente, pertencia Cascudo. Curioso notarmos que no século XIX, o francês Emile Zola, também jornalista e escritor, conhecido por sua crítica à opressão, posicionou-se de forma contrária aos falanstérios. Apesar de a vida em grupo possuir aspectos positivos e os ideais fourieristas terem qualidades, o autor de *Germinal* dizia que “não é possível cortar todas as vidas pelo mesmo molde”.⁶⁶

O jornalista pretendia salvaguardar a vida do operário e sua “classe”. Aparentemente, conquanto permanecesse operário. No mesmo artigo, de 1924, escreveu que “A Casa do operário é a expressão certa de que o seu viver está conservado, fixado em ajudas certas, em apoios seguros, em alianças absolutas”. Aqui ele faz referências também às contribuições que solicitava. Ainda nesse sentido, condenava aqueles que gastavam seus níqueis no botequim ou aqueles que davam esmolos “para o sossego do vício inerte”. A ajuda aos operários habitantes dessa Casa deveria acontecer de forma a restaurar à moeda, ao níquel, sua “íntima estrutura, em sua finalidade de metal honesto e pouco pecaminoso”, numa associação que fez entre pobreza e pecado.

A habitação do operário seria o local de guarida e também o lugar de formação do caráter. Para o jornalista, esse espaço operário seria capaz de manter os bons hábitos. Mesmo que escrevendo nos anos 1920, o modelo de habitação ao qual Cascudo, em seu tempo, fazia

⁶⁴ PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada. V. 4 - Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.369.

⁶⁵ CASCUDO, Câmara. *A Casa do Operário Natalense*. In: ARRAIS, Raimundo (Org. e Estudo introdutório). *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. p. 90.

⁶⁶ PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada. V. 4 - Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, vol. 4. p.374.

elogios quando tivesse uma boa estrutura e manutenção, era objeto de preocupação desde o início da república. A casa dos pobres recebia atenção dos intelectuais, dos profissionais liberais e do Estado.

Assim, a casa seria para o operário, semelhante a um livro que “recreia e o exemplo que ensina, em alianças absolutas”.⁶⁷ Cascudo, envolto em literatura, pensou a Casa do operário a partir de uma noção muito particular, a do livro. Mas sempre associando ao caráter formador do lar, tal qual a grande preocupação dos setores da sociedade citados no parágrafo acima.

A cidade do final do século XIX era concebida através da ausência de refinamento e de modos culturais que seriam característicos dos locais mais desenvolvidos. Fotografias do início daquele século, que mostram os dois bairros principais da cidade de então, nos permitem apreender, através da lente, traços dessa cidade marcada pela “mistura” colonial, pelo desordenamento que seria uma de suas características. A preocupação de Câmara Cascudo nos anos 1920 certamente tinha em mente a Natal das casas coladas umas às outras e, além disso, a falta de organização nas construções.

Uma ação do ponto de vista urbano procurava retirar do bairro da Cidade Nova os ocupantes e as construções que não condiziam com formas desejadas para aquela área. O crescimento de Tirol e Petrópolis não deveria estar relacionado com a presença de casas desordenadas, construídas muito próximas umas às outras, sem afastamento frontal e lateral em relação ao lote ou também sem asseio. Nos primeiros anos do século XX, o valor das terras ainda era baixo, permitindo ao Estado e aos primeiros proprietários que investiram na área tomar algumas medidas eficazes no intuito de promover a separação da região em relação às demais partes de Natal. Eram terras “que não tinham nenhum valor”. Eram moradias muito simples e humildes, as “raras choupanas que coincidiam com o traçado (do plano) iam sendo desapropriadas ou vendidas, preço baixo porquê não havia valor para aquelas terras e gentes”.⁶⁸ Para os mais aquinhoados da cidade, aquele lugar não poderia estar relacionado à presença de elementos insalubres ou não condizentes com os padrões de moradia burguesa vigentes. Eram terras e gentes que, do ponto de vista dos interesses das elites republicanas, não tinham tanto valor. Segundo o pensamento destas camadas, não teriam lugar no progresso.

⁶⁷ CASCUDO, Câmara. *A Casa do Operário Natalense*. In: ARRAIS, Raimundo (Org. e Estudo introdutório). *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. p. 90.

⁶⁸ CASCUDO, Luís da Câmara apud SANTOS, Pedro de. *Luís da Câmara Cascudo e a Questão Urbana em Natal*. p. 80.

Em seu livro sobre a questão urbana em Natal, o arquiteto Pedro de Lima nos mostra outras ações e desejos do Estado nos primeiros anos do século XX, no que se refere ao espaço que seria privilégio das “boas moradias”. Em 1905, no jornal *A República*, comentava-se que quase todas as habitações que existiam na região da Cidade Nova já haviam sido removidas, “uma vez que eram cabanas em desordem, e foram substituídas por uma série de largas avenidas e ruas, cujo aspecto já é bastante agradável”⁶⁹. Promovia-se a “superação” da desordem pela visão agradável. Os enunciados do periódico e as ações postas em prática evidenciavam também a transformação do espaço público em obras da racionalidade em oposição à desorganização.⁷⁰

Em Tirol e Petrópolis, havia “registro de que perto de 300 residências e ranchos foram indenizados e removidos somente no trajeto dessas ruas”. Um processo de “limpeza” da área que teria acontecido à medida que se afirmavam outras camadas urbanas, interessadas na expansão dos bairros residenciais.⁷¹ Dessa forma, praças e avenidas deviam ter feições que suscitavam a ordem e o progresso republicano. A ordem conferida pelos oligarcas Albuquerque Maranhão era acompanhada pelo desejo de progresso em relação ao qual grande parte da sociedade se dispunha a buscar.

Em relação à construção da cidade do futuro, era necessário cuidar dos espaços públicos da cidade. Na Praça Pedro Velho, questionava-se a presença de moradores “indevidos”, uma vez que essa era um dos grandes símbolos da nova cidade. Segundo apresenta o arquiteto já citado e também o estudo de Giovanna Paiva de Oliveira, a Intendência Municipal havia mandado retirar casas do entorno de tal praça. Não se sabia “porque motivo ainda enfeiam o centro daquela praça”, com sua presença que desagradava às ambições de uma cidade embelezada e ordenada.⁷²

Embelezar e ordenar a cidade e reconfigurar o espaço das moradias ainda seria um dos temas de uma nova tentativa de conformar a cidade de acordo com as concepções urbanas dos anos 1920.

⁶⁹ Ver em LIMA, Pedro de. Luís da Câmara Cascudo e a Questão Urbana em Natal. p. 80 ou, também, em OLIVEIRA, Giovanna Paiva de. Natal, de cidade a cidade.

⁷⁰ Podemos dizer que esse caráter modernizador era uma aproximação em relação às demais capitais do ocidente, também tendo o próprio plano e o bairro um estatuto de monumento, segundo, por outro lado, apontavam as ambições republicanas. Ver LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*, p. 113.

⁷¹ OLIVEIRA, Giovanna Paiva de. Natal, de cidade a cidade apud LIMA, Pedro de. Luís da Câmara Cascudo e a Questão Urbana em Natal. p. 80

⁷² SANTOS, Pedro de Lima. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. p.80. Ver também OLIVEIRA, Giovanna Paiva de. *De cidade a cidade*.

1.2.c. O Plano Palumbo

De acordo com a resolução n. 304 de 6 de abril de 1929, confiei ao arquiteto Giácomo Palumbo a elaboração de um plano geral de sistematização da cidade nas condições do contrato lavrado em 22 de abril de 1922⁷³

Em 1929, um novo plano urbanístico é apresentado, no qual se aprofundavam as idéias para o bairro da Cidade Nova, principalmente no sentido de sua afirmação como um bairro tipicamente residencial das elites. Para lá, desde seu lançamento por Pedro Velho e atendendo aos padrões dos traçados distintos do enxadrezamento do Plano Polidrelli, boa parcela dos grupos mais prestigiados se dirigiu.

No final década de 1920, então, uma ampliação da cidade era apresentada pelo atual prefeito Omar O'Grady, que pretendia ordenar outros bairros, levando sua atenção, também para as periferias, como o bairro das Rocas, por exemplo. A fim de promover um crescimento homogêneo para Natal nos anos seguintes, o novo projeto trazia para a Cidade Nova, a reafirmação dos desejos de consolidação deste local como área das habitações e onde a vida dos moradores seria mais refinada.⁷⁴

O prefeito afirmou que se tratava de uma ampliação que aproveitaria as linhas demarcadas por Polidrelli, promovendo, a partir dos moldes do plano de 1901-1904⁷⁵, o crescimento da cidade desde o lançamento do plano por Palumbo.

“Uma necessidade inadiável”, este programa levaria a cidade a ter de volta o ordenamento necessário à capital. Mas, antes de ser um plano de sistematização amplo de cidade, as propostas do prefeito que foram levadas adiante pelo arquiteto, visavam a objetivos simples e pragmáticos. Tratavam-se “apenas de um delineamento”, do traçado de metas e “normas dentro das quais a cidade deverá estender-se”.

A proposta estava desde já colocada em prática, uma vez que a orientação dependia das ações que se desenrolavam no plano do cotidiano também. Nesse sentido, dependia da

⁷³ "Era este plano, de meu pensar, de uma necessidade inadiável", afirmou o prefeito Omar O'Grady em 1929. Ver MIRANDA, João Maurício de. *Evolução urbana de Natal em 400 anos*. p. 117.

⁷⁴ *Ibid.* p. 117.

⁷⁵ “A resolução nº 55, de 30 de dezembro de 1901, que criava o terceiro bairro da cidade, a Cidade Nova”. Ver Falas e relatórios dos Governadores de estado. Sobre essa resolução, ver MIRANDA, João Maurício de. *op cit.* p. 114. Também, ver COSTA, Madislaine. *Quando a modernidade vinha de bonde*, p. 103.

soma de iniciativas, sendo que administradas pelo poder público. “A sua execução já está sendo iniciada ao passo que o plano vai sendo elaborado, e poderá ser concluído dentro de dez, vinte, cinquenta ou mais anos dependendo da associação destes três fatores: recursos, persistência e continuidade de ação administrativa”.⁷⁶

Mas não se negava o poder do mercado ou daqueles que empreendiam localmente. O prefeito, apesar de enxergar o papel do Estado como preponderante sobre as demais iniciativas, mencionava outros fatores como fomentadores do desenvolvimento urbano, “considerando-se tudo de um ponto de vista comercial, de modo que a necessidade geral prefira sempre ao interesse privado.” Os interesses públicos seriam os fundamentos da ordem e do asseio das ruas e das casas.

Era necessário, segundo o propagado plano, manter ações freqüentes em relação à cidade, no intuito de promover sua modernização. “Com o despertar de uma fase de progresso na nossa cidade e tendo em vista a irregularidade e já insuficiência do nosso atual sistema de arruamentos”⁷⁷, escreveu o prefeito, a solução para o crescimento futuro deveria começar desde logo. E, como escreveu em seu plano, o próprio Palumbo corroborou, ao dizer que “o serviço de pavimentação das ruas deve ser continuado incessantemente”.⁷⁸

Na cidade que tinha então 35 mil habitantes⁷⁹, a ampliação do bairro da Cidade Nova respeitava o antigo plano, tomando-o como base, e pretendia que a cidade de uma forma geral tivesse feições novas, o que ajudaria a tirá-la de vez do cenário do “atraso” narrado pelos cronistas. O Plano Palumbo, “(...) representa mais ou menos o aproveitamento do velho plano da cidade com as modificações imprescindíveis...”. Um dos elementos que notadamente confeririam um ar mais moderno e elegante à cidade era o posicionamento das construções em relação às ruas. As praças e avenidas da nova urbe, assim como os desejos de Manoel Dantas, deveriam ter seus espaços racionalizados. Então, a “retificação dos alinhamentos dos prédios” seria outro objeto de atenção pelo Estado. Este, por sua vez, promovia constantemente nas cidades dominadas por grupos familiares e políticos os “interesses civilizatórios e europeizantes de uma burguesia fundada na estrutura oligárquica de poder e de relações sociais e a busca por caminhos outros que refletissem uma modernidade”.⁸⁰

⁷⁶ MIRANDA, João Maurício de. *Evolução urbana de Natal em 400 anos*. p. 117.

⁷⁷ *Ibid.* p. 117.

⁷⁸ A República, 1929. Perspectivas sobre a cidade apud LIMA, Pedro de. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*, p. 62.

⁷⁹ *Ibid.* p. 68.

⁸⁰ FERREIRA, Ângela Lúcia. *Surge et ambula*, p. 201.

A própria figura do arquiteto tinha significados importantes dentro da busca pela modernização constante. Giacomo Palumbo, arquiteto que fez seus estudos na Europa, passando pela *École de Beaux-Arts* parisiense⁸¹, era também uma representação da modernidade que estava chegando junto com os desejos das elites urbanas, que tentavam, desde o início do século XX, escrever novas crônicas cidadinas. Então, preferivelmente, que fossem marcadas pela atmosfera do progresso e da boa civilização. A presença do ecletismo é visto na obra de Palumbo como “coerente forma de modernização no Brasil”.⁸²

Segundo a arquiteta Ângela Lúcia Ferreira, que analisa o tema da produção e inserção do pensamento e obra de Palumbo no cenário brasileiro e local, o “Master Plan”, do ponto de vista da modernização, teria ligação inevitável também com a ascensão do republicanismo. Na sua visão, foi “o arremate de todo o processo de reformas urbanas desencadeado por O’Grady desde 1924, no período de dominação política da oligarquia do algodão da região do Seridó, circunscrevendo todas as realizações em prol da modernização da cidade”.⁸³

Embora desde o século XIX o estado já tratasse de avaliar determinados padrões de construção, relativos ao ordenamento das casas, às suas fachadas e ao alinhamento em relação à rua⁸⁴, no período republicano, o aumento dos cuidados por parte do poder público se deu de modo mais sistemático, de modo que as intervenções ocorriam em conjunto com orientações cada vez mais praticadas, no que se refere ao asseio e à salubridade. Utilizando algumas palavras de Câmara Cascudo, “porquê uma cidade é um organismo vivo que cresce sob a influência múltipla de elementos”. Ele mesmo elencava vetores do processo de mudança: “o fator econômico, a idéia pessoal dos dirigentes, a moda arquitetural, etc.”.⁸⁵

No final dos anos 1920, o governador louvava o momento pelo qual passaria a cidade, onde não se via residência erigida sem um aval oficial. A constante preocupação com a higiene das construções é muito significativa em todo o período, momento no qual a suposta exatidão científica conferia grande credibilidade ao pensamento social. Anualmente registrando fatos importantes do governo, os relatórios fazem referência também às habitações. Nas “Falas e relatórios dos Governadores de estado”, de 1929, falava-se do

⁸¹ Para mais informações sobre a vida e a formação da cidade, ver DANTAS, George. DANTAS, Ana Caroline. FERREIRA, Ângela Lúcia. *Ecletismo e modernidade em Giacomo Palumbo*. In: Surge et ambula. p. 200.

⁸² Ibid. p. 201.

⁸³ Ibid. p. 209.

⁸⁴ Sobre as posturas municipais vigentes no século XIX, que são exemplos da atuação do Estado na organização do espaço público, ver TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. A evolução da casa potiguar no século XIX: algumas considerações a partir do contexto nacional. *Caderno de História*, Natal, v.3, 1996, n.1.

⁸⁵ O novo plano da cidade. In: ARRAIS, Raimundo (org.). “Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20”. p. 146.

“incontestável progresso realizado nesse particular”⁸⁶ e relacionava a importância dessa ação pública junto às iniciativas de particulares.

O proclamado zelo do governo do estado pelas residências aponta para a relação que se estabelecia entre empreendimentos particulares e a mediação do poder estatal, no sentido de manter um determinado padrão no que diz respeito aos prédios inseridos na capital. Nesse sentido, as 54 plantas⁸⁷ que teriam sido aprovadas durante o governo de Juvenal Lamartine (1929) estariam dentro de parâmetros propostos pela esfera pública, conforme se referia o comentário.

Na visão de Câmara Cascudo, que publicou dois artigos nos jornais em 1929⁸⁸, o “aspecto total” do plano “apresentará uma harmonia da nossa cidade tradicional com sua paisagem corrigida pela inteligência”. Buscava uma aproximação entre as mudanças dos anos 20 com um ar nostálgico pelo passado.⁸⁹

Nos artigos, Cascudo afirmava as melhorias que o plano apresentava tanto para a área comercial da Ribeira, quanto para o conjunto da área que seria, pouco a pouco, tocada pela ação da Intendência e de todos aqueles que deveriam trabalhar em favor dos melhoramentos urbanos. Cascudo afirmou que “uma forte atitude de realização pede naturalmente a colaboração das solidariedades coletivas”.⁹⁰ As ações do urbanismo em Natal, almejando inserir a capital definitivamente no mundo moderno, passavam pela ação do Estado, mas sem a colaboração de todos, conforme veiculava-se nos jornais à época, tal mudança seria inviável. Ao menos, o discurso que visava a construção de uma cidade do amanhã sempre mais afinada com a esfera de inovações e, também, de uma cultura urbana das sociabilidades, passava pela mudança dos espaços urbanos por sua população.

⁸⁶ Falas e relatórios dos Governadores de estado. 1929.

⁸⁷ Ibid. 1929.

⁸⁸ Os artigos “O novo plano da cidade. A cidade.” e “O novo plano da cidade. A Ribeira e o Master Plan” podem ser lidos integralmente em ARRAIS, Raimundo (org.). *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*.

⁸⁹ ARRAIS, Raimundo (org.). *O nascimento do cronista e o nascimento da cidade de Natal*. In: _____. *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*.

⁹⁰ Ibid.

1.2.d. A cidade como símbolo da República

Legar para a posteridade símbolos de caráter honorífico foi importante ação republicana, sobretudo quando pensamos as suas ações do ponto de vista da afirmação social. Além de criar um legado de tradição e poder de uma camada que antes não dispunha dele, a materialização de símbolos desde o final do século XIX foi fundamental dentro da lógica do partido que governaria Natal por várias décadas.

Representações de homens notáveis, heróis e deuses comumente eram feitas em hermas ou bustos. São esculturas nas quais o rosto é destacado a fim de eternizar os feitos míticos e lendários de tais personagens. Esse modelo foi sobejamente utilizado com o fim de rememorar às populações citadinas os feitos de seus governantes, sobretudo quando se pensa na criação de símbolos de grandes feitos do passado. Estes emblemas atestariam a obra realizada em prol da coletividade sempre colocada em primeiro lugar, a despeito de possíveis interesses pessoais. E os heróis não deixam seus interesses pessoais sobrepor-se ao dever. Nesse caso, teriam atendido ao dever cívico e patriótico republicano os grandes homens destacados nos bronzes.

Havia uma grande afinidade entre a criação de ícones cívicos e patrióticos e a afirmação do grupo republicano em sua busca por separar sua imagem de tudo aquilo que se relacionava com o século anterior, com um período “colonial”. Da criação de planos urbanos para a cidade, passamos pelos nomes atribuídos às ruas e a construção de marcos de diversos tipos, como as mencionadas esculturas atestam.

Em primeiro lugar, destacamos a (oni)presença de referências dos republicanos àquele que, na opinião deles, era o símbolo de uma grande força política e capacidade de liderança. Entretanto, além de tudo isso, a figura em questão, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, primeiro líder republicano em Natal, teve sua imagem construída de forma quase mitológica, uma representação elaborada por parte daqueles à sua volta, que o alçavam não à chefia do estado, mas a uma verdadeira vocação mítica para alavancar o progresso no estado. Aquela cidade que “adormecia” ou que fora “letárgica” no século XIX, deveria perceber a presença do republicanismo como condutor que levaria a cidade ao amanhã da modernização, do progresso.

O tipo de líder masculino encarnado em Pedro Velho era a representação ideal considerada pelos seus colegas de partido. A estátua calada representava o gênio que seria o líder da oligarquia dos Albuquerque Maranhão no estado e, sobretudo, na capital.

Aquela que era uma “civilização em esboço” via seus vultos ocuparem as ruas e os ideais dos tempos que poderiam surgir.⁹¹ Colega de partido em 1901, Castriciano escreveu algumas vezes sobre Pedro Velho no jornal oficial da imprensa republicana e diário oficial do estado, o jornal *A República*.

Para Castriciano, o líder era um dos maiores expoentes de todo o país. Este era “servido por qualidades superiores de inteligência e de vontade, a par de uma variada cultura científica e literária das mais apreciáveis aptidões de comando”. Palavras elogiosas do educador, jornalista e escritor.

Erguer um monumento em escala pública não adentrava somente no plano do ferro ou do bronze, conforme podemos perceber. Esses objetos de ornamentação remontam aos grandes feitos da humanidade, numa associação feita desde os bustos da Roma Imperial.⁹²

Em 1901, a força dos republicanos era exaltada pelas palavras do redator de *A República*. Apropriando da espacialidade onde era inserido, o busto deveria remeter às idéias de poder. A imagem de Pedro Velho é impávida, não demonstra medo. Assim era a República e ela deveria, segundo as palavras de Castriciano, converter-se em “força invencível, grande, indômita, invejável, indestrutível, que é o nosso partido”.⁹³ A figura política de Pedro Velho era ainda mais louvada pelo poeta. O tom é quase bíblico e a idéia projetada do chefe é quase sagrada: “E na santa altitude em que te vemos amando o povo e desdenhando o crime, sim! Permite que nós te proclamemos: Pedro, impoluto, nobre, sublime...”⁹⁴.

⁹¹ CASTRICIANO, Henrique. Lourival e seu tempo. *A Republica*, Natal, 3 jul. 1907.

⁹² CARVALHO, Vânia Carneiro. *Gênero e artefato: o Sistema Doméstico na perspectiva da Cultura Material*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2008. p. 56.

⁹³ CASTRICIANO, Henrique. Senador Pedro Velho. *A República*, Natal, 27 nov. 1901.

⁹⁴ CASTRICIANO, Henrique. Ao Pedro Velho. *A República*, Natal, 04 mar. 1893.

Uma pedagogia utilizada fora das escolas. Nesse momento, a grande ênfase nos valores morais e cívicos foi fundamental. O plano apresentado para a Cidade Nova abrigava consigo inúmeras possibilidades para os republicanos afirmarem-se no poder. O enxadrezamento do Plano Polidreli associava as mudanças em curso, o anúncio de novas áreas para a cidade, com referências aos presidentes republicanos. Mesmo que posteriormente, após diversos presidentes brasileiros terem passado pelo poder, amiúde a República ia instituindo seus próprios símbolos.

Status de nobreza da uma camada social que emergia. Um local pensado como área estritamente residencial agregava simbologias políticas fortes. Os próprios nomes dos dois bairros da Cidade Nova, Tirol e Petrópolis, nos remetem ao governo e até mesmo ao seu líder máximo.⁹⁵ As avenidas do novo bairro, largas e projetadas pelo agrimensor italiano, abrigariam casas e elementos do novo momento político.

A auto-afirmação republicana, encarnada nas palavras de Henrique Castriciano, chegava ao paroxismo. O regime aparecia como algo sublime num cenário cujo passado era construído a cada dia como desolador. As experiências políticas anteriores deveriam ser apagadas. Assim como a construção de um novo bairro, tratava-se da construção de uma nova era para Natal.

A certeza é quase a de uma vocação. Mas ela é, ao mesmo tempo, propaganda partidária: “pode-se afirmar, sem receio de contestação baseada em sólidos fundamentos, que o Rio Grande do Norte só começou a viver como Estado digno deste nome, independente e autônomo, depois da Proclamação da República”.⁹⁶

Agonizava a velha cidade face ao novo poder. Nomes e praças eram rebatizadas ou criadas com nomes republicanos. Era a Praça Pedro Velho um



Foto 7 - Estátua de Pedro Velho, observando o progresso urbano, situada na Praça que leva seu nome (atual “Praça Cívica”).

⁹⁵ Pedro de Lima. *Cidade Nova, 1901: um espaço de representação do novo poder republicano em Natal*. Comunicação apresentada na Jornada Internacional sobre Representações sociais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1998.

⁹⁶ CASTRICIANO, Henrique. Senador Pedro Velho. *A República*, 27/11/1901

dos símbolos da Cidade Nova. Localizada em área privilegiada, era uma referência destacada nos anúncios de imóveis da década de 1920, conforme veremos nos capítulos 2 e 3.

A afirmação do status se fazia perenemente nos locais públicos. Tal momento republicano teria vindo para trazer vida nova e a figura esculpida em bronze, absoluta, velava pelo futuro, “do povo que começa a viver de recém-nascidos do progresso”.

Por outro lado, a Cidade Nova deveria ser um local da elite, ou de uma nova elite, significava uma tentativa de pôr fim àquilo que durante séculos havia marcado a vida nas cidades brasileiras, o convívio num mesmo território, e quase sempre numa mesma casa, de grupos sociais distintos. Assim, o novo projeto estava destinado a uma população que poderia pagar não só pelos lotes, mas que poderia viver sem grandes dificuldades mais distante do antigo centro urbano.

Além dos aspectos sociais que estavam presentes na concepção da nova cidade, a dimensão simbólica era visível: tratava-se de uma obra da República.

Na década de 1920 houve um impulso no desenvolvimento urbano e econômico da cidade. Muitos estavam impressionados com as mudanças trazidas pelo progresso.

O período republicano (1889-1930), portanto, foi marcado por transformações de tipos diversos, que estavam relacionadas principalmente ao desenvolvimento de novos referenciais de vida urbana num momento cuja ação afirmadora de certos grupos destacou-se no sentido de legitimar o modelo político e social republicano. Os sonhos de futuro reiteravam a visão de um passado que não poderia mais retornar, assim como o regime político que precedera a era republicana.

Capítulo 2

A Cidade Nova: capitalismo e modernidade

A formação da Cidade Nova foi resultado não só da iniciativa governamental republicana, mas do próprio desenvolvimento do capitalismo no meio urbano e da introdução dos referenciais de viver-bem entre as elites locais. Diversos aspectos podem ser apreendidos do desenvolvimento do capitalismo no espaço urbano: a evolução do mercado de bens e serviços, possibilitando o alcance da população a mercadorias e a atividades antes indisponíveis, ou de difícil obtenção; a formação de um mercado de terras urbanas, transformando cada vez mais o território da cidade em mercadorias, que passam a ser valorizadas a partir de determinados referenciais de vivência (garantia de serviços públicos, proximidade da atividade comercial e de lazer, garantia de tranqüilidade, possibilidade de recolhimento e afastamento da vida tumultuada do centro urbano, etc.).

Em relação ao mercado de bens e serviços, o período foi marcado pelo surgimento e o desenvolvimento de empresas de serviços públicos essenciais como o abastecimento de água, de energia e o atendimento de transportes. A atuação destas empresas foi responsável por alterar a relação da população com tais atividades, que antes eram realizadas por particulares ou pelo próprio Estado de maneira limitada e inconstante. Aquilo que no passado era feito esporadicamente, passou a se constituir como um direito do cidadão, que não deixava de demonstrar sua indignação quando esses serviços não eram satisfatoriamente atendidos.

No período, além dos chamados “serviços públicos”, outras atividades coletivas passaram a ser exploradas pelos comerciantes e empresários (entretenimento, lazer, saúde e educação). Ficava cada vez mais claro que esses trabalhos tornavam-se essenciais para o bom andamento da vida urbana. A maior parte deles se concentrava na cidade antiga, que aos poucos foi se constituindo como o centro da cidade. Desde os primeiros momentos, os novos bairros do Tirol e de Petrópolis se constituíram como localidades eminentemente residenciais, mas que não deixaram de exercer alguma atividade de serviço ou de comércio. Só algumas décadas depois da Segunda Guerra Mundial é que os dois bairros passaram a assumir cada vez mais essas funções.

As elites também passavam a incorporar com mais facilidade aquilo que era considerado os melhoramentos da vida moderna. Isso se definia, sobretudo através do grande investimento na moradia, não apenas na edificação, mas no conjunto de objetos relacionados à vida doméstica. Buscava-se incorporar as novas referências de conforto, domesticidade, eficiência e bem-estar ¹

A realização da Cidade Nova só foi possível graças ao desenvolvimento desses serviços e da expansão do comércio de novos produtos na cidade, ou seja, o processo que se desenvolveu no período que estudamos seria impossível sem a entrada de novos referenciais de vida, que estão associadas ao crescimento de alguns serviços.

Não poderíamos pensar os rumos que a cidade tomou, sem pensar na existência dos novos sistemas de transporte público. A vida “moderna” é sempre associada à presença de meios de transporte que se tornaram muito representativos das primeiras décadas do século XX. Também a formação de grupos responsáveis pela prestação de serviços, cujo papel do Estado passara a ser meramente fiscalizador. Já havia a formação de uma “confiança” nos prestadores de serviços urbanos. Esse processo, cheio de especificidades, mostra o aparecimento e fortalecimento de uma cultura capitalista em Natal.

No princípio do século XX, quando a experiência urbana se intensificava nas capitais brasileiras², os setores públicos e privados foram responsáveis por mudanças significativas na cidade de Natal. Durante a Primeira República, os desejos de modificação da cidade antiga, oriunda do século XIX, encontravam soluções que se relacionavam com aspectos locais dos interesses dos grupos urbanos que detinham maior poder e prestígio social e, ao mesmo tempo, se inseriam no conjunto de idéias almejadas pelas elites das capitais brasileiras de forma geral.

Voltados principalmente para as grandes cidades européias, um modelo de vida urbana considerado moderno fornecia parâmetros de habitação, saúde, higiene e embelezamento. Uma concepção de ordenamento da cidade que associava seu progresso com a esfera do mundo capitalista, que oferecia alternativas novas de modos de vida individuais e coletivos e de convivência urbana. A experiência do período estaria fortemente alicerçada em novas regras, baseadas no ordenamento, na saúde e no asseio.

¹ Para uma discussão em torno desses princípios na cultura ocidental, ver: RYBCZYNSKI, Wiltold. *Casa: pequena história de uma idéia*.

² PECHMAN, Robert Moses. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert Moses; *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, p. 331.

Além disso, as cidades passariam a ser as novas referências para a atuação comercial e política. Lembramos que Natal passara a ser a principal cidade do estado havia pouco, desde que se consolidou como centro comercial e político deste. As trocas mais frequentes e consistentes com o mundo dos produtos e de novos serviços, bem como com a chamada “civilização moderna”, trazia, em seu centro, a negação do passado.³

A estética das cidades européias influenciava na criação de novas imagens e padrões a serem implementados no espaço público. Desde a afirmação do grupo republicano na cidade, passou-se a instituir novos marcos e símbolos sociais e urbanos, de acordo, em grande medida, com modelos europeus. A imagem da cidade antiga era motivo de constrangimento e os hábitos daqueles moradores não condiziam mais com os padrões de civilidade vigente no outro lado do Atlântico.

A idéia de modernização tornou-se, então, símbolo das novas elites. Em Natal, o já apontado grupo dos Albuquerque Maranhão detinha grande parte do poder local. E, ao lado de outros setores da sociedade, como o comércio e o advento de novas referências de vida, imprimiu maneiras de experimentar a vivência na cidade.⁴

Mas as modificações não se deram apenas pela via do Estado. Eram uma alteração mais ampla que aproximavam as elites do que era considerado como moderno, orientação que remonta às grandes cidades européias e norte-americanas, tomadas, por estes, como parâmetros ideais e modelos de organização citadina. Essa concepção de ordenamento na vida das cidades remete a noções de higiene e de embelezamento.

Este avanço viria, segundo os pensadores proeminentes locais, através das reformas na cidade, com a supressão de condições de vida urbana que não mais condiziam com a de uma grande cidade, em seu caminho, como se acreditava, linear, em direção ao progresso material.

³ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. CARDOSO, Aduino Lúcio. *Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil*. In: Cidade, povo e nação. p.59.

⁴ Analisando as transformações urbanas vivenciadas pelos habitantes do Rio de Janeiro entre o século XIX e o XX, o historiador Nicolau Sevcenko afirma que “nenhuma impressão marcou mais fortemente as gerações (...) do que a mudança vertiginosa dos cenários e dos comportamentos. Ver: SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: _____ (Org.). *História da vida privada no Brasil, Vol. 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 514.

2.1. ACORDA A CAPITAL SONOLENTA

As mudanças mais gerais da cidade podem remontar ainda ao final do século XIX, as alterações imbuídas de um caráter modernizador do espaço da cidade e de suas articulações com outros mercados, bem como a tentativa de incrementar sua comunicação com outros pontos do estado e dotá-la de uma melhor infra-estrutura.⁵

Em 1909, Eloy de Souza, que fora deputado estadual até 1914, enxergava transformações ocorrendo ao seu redor. Era o despertar, um nascimento que tomava o lugar da cidade de ontem. Para ele, as ações que via acontecer ao seu redor gerou bons frutos para Natal. Era como uma nova vestimenta para um corpo em crescimento, em maturação urbana. Seu ressurgimento está relacionado com a memória que se tinha do século XIX e com a concepção positiva do progresso e da tecnologia.

O tempo do capitalismo, à medida que acessava as vias natalenses através dos programas e das ações urbanas de seus mais abastados habitantes, gerava certa dose de admiração entre os que reclamavam da sonolência desta capital noutros períodos.⁶ Segundo apreendido no texto de Eloy de Souza, a modernidade da “Belle Époque” natalense, marcada pelos transportes, pelos trabalhos urbanos, pela luz elétrica, impregnaria os caminhos citadinos de uma camada de inovação capaz de atenuar as diferenças que antes ressaltavam entre as várias partes da cidade. Nesse sentido, o capitalismo pode ser visto como, naquele momento em Natal, o criador de uma maior uniformidade na cidade.

Em 1909, o autor de *Costumes locais* comemorava as alterações em curso, dizendo que “o mesmo esforço que tem rasgado avenidas empedra o areal, ameniza as ladeiras, saneia as terras alagadas”. As impressões do escritor mostram o caráter de movimento, percepção aguda de dinamização, significações típicas de modernização. “Começou a viação urbana e o bonde cimentará de vez a obra de pacificação entre os dois bairros”, ao se referir aos antigos

⁵ Sobre o incremento dos transportes (por via fluvial e ferroviária) nesse período, quando Natal consolidou sua função de principal cidade do estado, ver RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820-1920)*. Natal, RN, 2006. 180 f.

⁶ BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985

bairros da Ribeira e da Cidade Alta. E isso, em sua concepção, já era a “agonia do velho Natal”.⁷

Esse breve comentário ainda atinava para especificidades referentes à modernização: ela implica em transformações, sugere mudança de sentidos. Dessa maneira, é interessante quando o referido intelectual, no final da primeira década do século XX, sentia os efeitos das alterações na capital. Ele escreveu, em tom talvez nostálgico, “tudo está passando. Os próprios lugares vão perdendo o prestígio antigo”.⁸ Certamente porque novos ritmos ingressavam, fazendo despertar a todos para a construção de uma urbanidade diferente, que imprimia mais possibilidade dentro do espaço local e imprimindo também a superação da cidade antiga. Era o despertar de Natal de “seu sono três vezes secular e eu sinto bem a alegria de ver que a estão vestindo de novo, para alegria de uma vida nova”.

A cidade acordava e tinha mais luz e agilidade, para que os lugares antigos fossem alterados, permitindo que a cidade se “vestisse” de algo novo, algo mais moderno. Além das iniciativas governamentais, a cidade presencia o desenvolvimento do capitalismo no mundo urbano. De agora em diante, a experiência urbana seria intermediada também por novos equipamentos que denotariam uma *urbe* afeiçoada ao progresso.

2.1.a. A iluminação elétrica e o bonde: Natal e o capitalismo.

Um dos grandes símbolos da modernidade - a luz - permitia novas formas de convivência no espaço público, antes dificultadas pela má iluminação dos lampiões. Os espaços recém criados, como os das praças, poderiam receber, com a boa luz, cidadãos desejosos de sociabilidade numa cidade moderna.

Natal se eletrificava e isso se confunde com seu ingresso na atmosfera do capitalismo, para o qual a luz é símbolo recorrente.⁹ Do cinema ao desenvolvimento de um mercado de consumo em anos vindouros, a presença da luz permitia o desenvolvimento de práticas culturais, a presença de novos serviços e trazia forte carga simbólica. A energia elétrica

⁷ SOUZA, Eloy de. *Costumes locais*. Natal: Verbo; Sebo Vermelho, 1999. [1. ed.: 1909].

⁸ Ibid.

⁹ Na década de 1910, Natal tinha aproximadamente 18 mil habitantes. Na década de 1920, tinha cerca de 36 mil habitantes.

“dotou as cidades de grandes qualidades, alterou a vida cotidiana de uma maneira talvez ainda muito difícil de mensurar”¹⁰.

Tendo governado o estado por duas vezes, Alberto Maranhão, em seu segundo mandato (1908-1913), fomentou a entrada de empresas concessionárias de energia elétrica e de transportes.¹¹ O estado, durante esse período, solicitou diversos empréstimos e auxílios do governo federal com a finalidade de incrementar os serviços urbanos na cidade.¹²

A iluminação precária dos lampiões do século XIX havia ingressado nos primeiros anos da República, momento em que esta buscava uma solução, junto com a iniciativa de moradores, para a questão da luz dentro do espaço urbano. No ano de 1905, a Empresa de Francisco Gomes Vale Miranda e Domingos Barros (Empresa de Iluminação à gás acetileno) fora contratada para trabalhar provendo a iluminação pública. Em 1908, o nome da empresa passou a ser Empresa de Melhoramentos de Natal, sob a administração dos mesmos proprietários. Dois anos depois, a concessionária passava a ser responsável pela substituição do gás acetileno pela iluminação elétrica.¹³

Os proprietários da empresa afirmavam fornecer um serviço suficiente para a cidade, que via a chegada da luz elétrica e as novas possibilidades que com ela surgiam. As mudanças trazidas pela “luz” na sociabilidade urbana iam desde a iluminação das praças até o âmbito dos transportes públicos. A administração da cidade em 1911 tinha, como um de seus papéis, fiscalizar a prestação dos serviços de iluminação. Isso aponta para ações empreendedoras de outros grupos da cidade.

Mas em 1913, “a Empresa de Melhoramentos acabou sendo absorvida pela Empresa Tração, Força e Luz Elétrica de Natal”. Esta fora fundada por Alfredo Solon e algo que nos chama atenção é a associação da mesma com “empresários de São Paulo e passando a empresa a ter sede na capital paulista”. Este fato demonstra que um tipo de ação capitalista se torna cada vez mais amplo e capaz de adaptar-se a outros locais. Ou seja, um capital externo passava a atuar sobre a cidade. Da mesma forma que as influências européias na esfera dos costumes e das maneiras de viver chegavam à capital do estado, um tipo de negócio mais

¹⁰ WILLIAMS, Rosalind. *Dream world of mass consumption*. p.84.

¹¹ ANDRADE, Alenuska. À luz da modernidade a modernidade da luz: a introdução da energia elétrica em Natal. In: DANTAS, George. DANTAS, Ana Caroline. FERREIRA, Ângela Lúcia. *Surge et ambula*. Natal, EDUFRN, 2006.

¹¹ Falas e relatórios dos Governadores de estado. 1929. p. 95.

¹² SOARES, Jamilson de Azevedo. *Fragmentos do passado: uma (re)leitura do urbano em Natal na década de 20*. Dissertação. p.43.

¹³ ANDRADE, Alenuska. *Ibid.*, p. 95.

moderno do ponto de vista econômico também aportava na cidade. Os investimentos, nessas duas décadas apontadas, passaram do poder do Estado para as mãos de prestadores de serviços locais e, por sua vez, destes para o consórcio com grupos mais especializados dentro desse mercado, o de fornecimento de energia elétrica e suas atividades específicas. Nos anos 1920, a empresa paulista passou, inclusive, às mãos de um grupo estrangeiro, a “American and Foreign Power”.¹⁴

Para alguns autores, a eletricidade é comparada a uma “revolução cultural”, pois ela permite a criação de um mundo repleto de significações do mundo da fantasia, no qual “gênios atendem aos seus mestres”. Os espaços públicos iluminados ou os bondes elétricos eram objetos domados pela ciência humana, serviços que atendiam às vontades do seu amo. Assim como era suscitado nas Exposições Universais, o mundo das cidades passava a se identificar com o capital e com os “milagres da velocidade, da emoção” e da luz.¹⁵

Era o surgimento incipiente de um mundo diferente na capital potiguar. Dando os seus primeiros passos, a cidade em estágio de modernização adentrava no universo do mercado e do consumo, os quais são geralmente identificados com serviços eletrificados, vide os poucos posteriores “slogans e letreiros de filmes”.¹⁶

Devemos lembrar também que o espaço das modernizações foi muitas vezes marcado por tensões ou contradições. A eletricidade, seja da luz ou a dos bondes, não era unanimidade. Alguns setores manifestavam insatisfação ou mesmo desconfiança em relação a tais símbolos de modernidade.

Num caso que se refere à presença de empresa na prestação de serviços à cidade, ironizava-se a precariedade das inovações urbanas e elétricas. Em jornal também de 1912, dizia-se “Viva o progresso!”, numa referência à colocação de postes em mal estado de conservação na região do Monte Petrópolis, local privilegiado do bairro da Cidade Nova, situado próximo à Avenida que levava à praia de Areia Preta. E no periódico, completava-se “temos um verdadeiro “perigo iminente” ameaçando de morte bondes, passageiros e tudo.”¹⁷

Os jornais registravam acidentes causados pelo bonde que, num episódio de 1912, esmagou uma pessoa. O título de “Lamentável desastre” relatava que um morador, “alheio ao

¹⁴ ANDRADE, Alenuska. À luz da modernidade a modernidade da luz: a introdução da energia elétrica em Natal. In: DANTAS, George. DANTAS, Ana Caroline. FERREIRA, Ângela Lúcia. *Surge et ambula*, p. 97.

¹⁵ WILLIAMS, Rosalind. *The dream world of mass consumption*. p.84.

¹⁶ *Ibid.* p.84.

¹⁷ ANDRADE, Alenuska. *Ibid.* p.102.

perigo que o ameaçava, surgia sobre o bonde”. A Empresa de Melhoramentos era citada no incidente, no qual o motorista “empregara todo o esforço para deter o veículo”.¹⁸ Mas fora em vão.

Primeiramente puxados através da força da tração animal (1908), para depois ser substituída pela energia elétrica, os bondes, meios de transportes muito representativos da modernidade nas cidades, foram, em Natal, muito utilizados nos bairros centrais, como a Cidade Alta, a Ribeira e o bairro criado nos primeiros anos do século XX, a Cidade Nova¹⁹. O jornalista e escritor local Manuel Dantas, autor da conferência “Natal daqui a cinqüenta anos”, em fotografia tirada na Av. Junqueira Aires, pouco antes da instalação de postes de iluminação elétrica no local, comentou “O bondinho de tração animal acaba de passar diante da fábrica. O lampião ainda está presente. Observa-se já, a preparação dos postes recebendo os braços que sustentarão os cabos que vão energizar as lanças dos bondes elétricos que virão em 1911”²⁰.

A iluminação pública recebeu atenção do governo Alberto Maranhão num período em que as praças e avenidas largas começavam a se articular em torno de uma malha viária mais dinâmica. A cidade se aprontava para o futuro e a luz era fundamental. A convivência no espaço público teria mais segurança e os habitantes poderiam circular à noite, iluminados pelos postes da capital. Natal estava sendo iluminada. Justamente em 1911, foi construída e ampliada uma usina elétrica que promoveu a entrada da eletricidade no meio urbano.²¹ A chegada desse tipo de iluminação ainda coincidiu com as melhorias na infra-estrutura urbana

(...) (pavimentação de calçadas e ruas, iluminação, abertura/remodelação de praças), intervenções, em grande parte, voltadas ou propícias à mobilidade do automóvel que então começa a se generalizar entre a população de classe média. É como se em ruas concebidas para maximizar o movimento²²

¹⁸ ANDRADE, Alenuska. *À luz da modernidade a modernidade da luz: a introdução da energia elétrica em Natal*. In: DANTAS, George. DANTAS, Ana Caroline. FERREIRA, Ângela Lúcia. *Surge et ambula*. p.100.

¹⁹ A Cidade Nova compreendia os atuais bairros de Tirol e Petrópolis. Divididos em 60 quarteirões, ocuparam uma área de 164,85 hectares (“Há” ou “He”). O projeto foi do agrimensor italiano Antônio Polidrelli e aprovado pela Resolução Municipal nº 15, de 30.12.1901.

²⁰ MIRANDA, João Maurício de. *Evolução urbana de Natal em 400 anos*.

²¹ Ainda foi ampliada, no mesmo ano, a rede de telefones da capital. SANTOS, Pedro de Lima. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. p.30.

²² TRIGUEIRO, Edja. ELALI, Gleice. VELOSO, Maísa. In: *Urbanismo modernizador, consolidação modernista, reuso pós-moderno: a dinâmica de transformação urbana em Natal e a dilapidação de seu acervo arquitetônico* Anais do 7º Seminário docomomo Brasil. Porto Alegre, 2007. p.6.

Além da luz, os transportes públicos também se apresentaram como facilitadores dos usos dos espaços públicos, ligando áreas da cidade com maior eficiência e permitindo, com isso, a circulação mais dinâmica de pessoas entre locais diversos, num ritmo já distinto dos habituais passeios a pé. Era um momento em que os setores públicos buscavam a integração urbana em suas diversas esferas ou segmentos. Os bondes apontavam como um meio de transporte capaz de eliminar as outrora longas distâncias entre os bairros e “valorizando os vazios urbanos entre eles”.²³



Foto 8 – Praça Pio X, situada na Cidade Nova em local onde hoje é uma catedral. Detalhe dos postes elétricos que foram primeiramente instalados na década de 1910.
Foto: Acervo Jaeci Bulhões

Podemos observar, inclusive, que essa convivência se relacionava, nas grandes capitais europeias, cada vez mais com a noção de individualidade. A idéia de uma “cidade dinâmica”, que incorpora uma nova gama de serviços e tecnologias, confere, inclusive, um estatuto novo aos indivíduos, tendo em vista que eles são vistos como parte do grande número de pessoas que se utilizam do espaço público. A atmosfera “moderna” colocou as pessoas diante de produtos e serviços que seriam, em tese, “democráticos” em seu acesso. O

²³ LIMA, Pedro de. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*, p. 49.

indivíduo, que anteriormente era pensado a partir da massa urbana, agora estaria protegido dentro dela.²⁴

Os ritmos da vida urbana moderna acenavam com a utilização, dentro das cidades, de referências novas de deslocamento e de estilo de vida, sob influência notável da modernidade parisiense.²⁵ A primazia dada à organização do espaço público significou também a inclusão de diversas vozes proferindo opiniões e soluções em torno da melhoria urbana da cidade. O Estado foi um dos principais atores nesse processo, no que concerne às propostas e intervenções. Soma-se à atuação deste o pensamento de intelectuais e a opinião de órgãos da imprensa, ou seja, os jornais, principais veículos de informação até o surgimento e consolidação do rádio, posteriormente.

Com o crescimento das cidades brasileiras desde o final do século XIX, os setores que faziam circular o pensamento que servia como parâmetro para as reformulações urbanas, como a ação pública e que pensavam a sociedade, a vida cotidiana (intelectuais), tiveram papel fundamental na definição de rumos para a *urbe*. Buscavam soluções que superassem o “atraso” dos tempos coloniais ao mesmo tempo em que sintonizariam a capital com os rumos que tomavam as grandes referências urbanas, fosse o Rio de Janeiro ou matrizes européias ou estadunidenses de onde se irradiavam propostas e modelos urbanos. Paris, Berlim, Nova York, enfim, locais cujo desenvolvimento dentro do capitalismo encontrava-se em “estágio” bastante avançado.²⁶

²⁴ LIMA, Pedro de. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. p. 265.

²⁵ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____(Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁶ A concepção de uma história linear, típica do pensamento filosófico e social do século XIX, ressoou em diversos aspectos da sociedade, de modo geral. O uso do termo “estágio” seria, por isso, adequado. Além disso, constam diversas referências em autores de época. Poderíamos citar a conferência proferida por Manuel Dantas como um dos principais exemplos, dentro da discussão sobre a inserção de uma capital nos rumos das grandes cidades do mundo capitalista.



Foto 9 - “Observa-se já, a preparação dos postes...”. Manoel Dantas, referindo-se à chegada da luz elétrica.
MIRANDA, João Maurício de. *Evolução urbana de Natal em 400 anos*.

Também como um reflexo da “superação” da cidade moderna em relação às suas características anteriores, os deslocamentos nas áreas urbanas foram importantes dentro da área urbana de Natal, cidade cujas implementações modernizantes refletiam nos trajetos percorridos por seus moradores. Passar de um bairro para outro era freqüente. Visitar ou passar pelo Monte Petrópolis era certamente um passeio, além de elegante, muito agradável, tendo em vista que aquela região nobre da cidade era aprazível, segundo as sensibilidades que as elites difundiam.²⁷

Para chegar até o Monte pelo bonde, poder-se-ia também visualizar as ruas largas da Cidade Nova e seu cenário agradável, que fomentava os sonhos de Europa no visitante, convidado a sentir-se numa área em que o passeio era prazeroso, em que flunar era possível, tornando-se, por isso, um espaço moderno e ordenado. As fileiras das casas que se desenvolviam no bairro formavam uma vitrine alinhada em relação ao passante que poderia perceber como aquele tempo era diferente: era a época do movimento e, ao mesmo tempo, do embelezamento.

Desenvolveu-se uma malha urbana que permitia mais os deslocamentos. Além disso, visitar regiões como os lugares altos de Petrópolis ou o mar, ou áreas próximas a ele, era sinônimo de corpo saudável, de vida cuidadosa.

²⁷ Faremos considerações sobre a noção dos bairros de Tirol e Petrópolis como lugares “aprazíveis” no terceiro e último capítulo deste trabalho.

2.1.b. Em busca do espaço saudável

Um dos princípios do discurso da modernidade estava calcado na idéia da saúde. Em muitos aspectos a noção de saúde estava intimamente associada à de higiene, ou seja, a garantia da saúde ligava-se ao combate a sujidade do meio ambiente e dos indivíduos. Desde a segunda metade do século XIX, muitos médicos eram vistos como higienistas.

Em Natal, a escalada do saber médico nas primeiras décadas do século XX voltou-se para a defesa de uma higiene da cidade. Em 1920, algumas considerações sobre a higiene urbana era colocada em destaque nos Relatórios do Governo do Estado. Antônio José de Mello e Souza, quando governou o estado pela segunda vez (1920-1924), demonstrava interesse pela questão. Preocupado com a saúde do estado e da capital, colocava em xeque as idéias de que no Brasil havia reformas na área de saúde por todos os cantos e que o país estaria sofrendo intervenções médicas por todas as partes: “não sou do número dos que declamam ser o Brasil “um vasto hospital”, ou sequer um hospital, nem para promovermos o progresso precisamos de chegar a tais exageros [...]”.²⁸ Uma declaração um tanto quanto ponderada, segundo a qual o governador separava esferas que por tantas vezes eram confundidas e, mais do que isso, eram associadas à formação do caráter do indivíduo.

A preocupação do governador que ficara também conhecido pela autoria de obras literárias, demonstrava o interesse por um serviço que levasse melhorias a todos os lugares, numa “onipresença” das ações do estado em relação à higiene e, também, ao embelezamento dos espaços urbanos e privados,

mas até os mais saudáveis carecem de higiene para conservar a saúde, e por incúria ou ignorância tudo quanto fazemos é para perdê-la. O serviço de higiene pública, como deve e pode ser feito, têm de agir e pela ação ensinar; há de ser onipresente para levar o asseio a todos os recantos e o conselho a todos os domicílios [...].²⁹

A obra mais importante do período sobre a questão, escrita no início da década de 1920, *Como se higienizaria Natal*, do médico Januário Cicco, denota esta preocupação

²⁸ RELATÓRIO do Governador do Estado do Rio Grande do Norte, 1920, p. 20.

²⁹ Ibid.

crecente. Entretanto, é possível encontrar no próprio ideário da Cidade Nova, concebido pelo governador e médico Pedro Velho, esta mesma preocupação. A escolha da localidade onde seriam erguidos os dois novos bairros da cidade estava fortemente marcada pela noção de higienismo do período. Os dois novos bairros localizados numa elevação favorável aos ventos litorâneos e a vegetação atlântica apareciam como espaços ideais para a vida saudável. Os próprios nomes Petrópolis e Tirol tinham referências higienistas. O primeiro fazia alusão àquela que era considerada a cidade mais saudável do Império, conhecida como sinônimo de bons ares, espaços arborizados e agradáveis.

O segundo era outro desejo de Europa, dos impérios aristocráticos, do modelo de beleza e de natureza pura, branca e assejada dos nobres. As associações das elites brasileiras com esses tipos eram freqüentes e em Natal isso se deu de forma parecida. O “Reino do Oeste” europeu (Österreich) era desejado e uma simbologia era buscada pela Republica.

Essa importância levaria o próprio Januário Cicco afirmar que o Tirol era o bairro mais saudável de Natal, e Natal a cidade mais saudável do país.³⁰

A partir deste pressuposto que a Cidade Nova foi escolhida como espaço adequado para abrigar instituições de saúde da capital como o Hospital Miguel Couto, localizado no Monte Petrópolis e a Maternidade Januário Cicco.³¹ Este hospital, inclusive, foi inicialmente pensado como uma residência de elite e, depois, transformado em local de atendimento a casos médicos. O fato de estar próximo ao mar facilitaria aos doentes a sua cura, visto ser para este de fundamental importância a participação do meio ambiente. Corria-se para os lugares altos em busca de melhoria para o corpo. Os males do corpo não teriam vez em lugares amplos e ventilados como o Monte Petrópolis. Num caso ilustrativo, assim como havia uma busca estética de Aschenbach no romance de Thomas Mann³², também existiam motivações de caráter racional e médico enquanto preceitos para um corpo em perfeita ordem.

³⁰ CICCIO, Januário. *Como se higienizaria Natal*. Natal: EDUFRN.

³¹ Atualmente os dois bairros mantêm este caráter de centro médico da cidade. São neles que funcionam as principais clínicas, laboratórios e hospitais que atendem a população do município. Além disso, constitui-se numa área de imóveis de custo residencial elevado, sendo percebido, sobretudo, no recente processo de verticalização ocorrido na região.

³² No livro *Morte em Veneza*, adaptado para o cinema pelo cineasta italiano Luchino Visconti, o personagem principal, Gustav Aschenbach busca uma completude artística e a cura de problemas de saúde próximo do mar.



Foto 10 - Monte Petrópolis, situado em ponto alto da cidade e próximo ao mar. Além do bonde, se vê o “Café Petrópolis, à direita da imagem. Nessa região foi construído o prédio que abrigaria o Hospital Juvino Barreto.
Foto: *Natal ontem e hoje* (cd).

Se a saúde era um princípio a ser perseguido, a doença era um mal a ser evitado. Em grande parte as doenças passavam a ser relacionadas à insalubridade. Em relação aos elementos insalubres, as elites urbanas, temerosas do contágio social e das doenças, bem como da moral supostamente duvidosa que seriam oriundas das classes menos abastadas, desde o século XIX buscavam seu afastamento. A cidade ofereceria a possibilidade de segregação pelos espaços.

De modo geral percebidas como fonte de problemas para a saúde e motivadora de males sociais como a promiscuidade e o alcoolismo, as camadas menos favorecidas eram as antíteses, segundo o olhar da elite, do almejado estilo de vida moderno e urbanizado. Eram aqueles que, naquele momento, “infelicitam ainda nossa pátria”. Daí surgia a necessidade de se fazer a “propaganda higiênica nas escolas, nos livros, pelo cinematógrafo, pelos cursos, nas conferências”³³, conforme publicara-se no jornal *A República* em 1918.

No mesmo artigo, atribuía-se às classes mais pobres, alguns problemas sociais graves, como o alcoolismo que estaria no cerne das preocupações sociais e seria motivo de degenerescência dos bons laços sociais. Em defesa da “extinção do álcool”, no jornal escrevia-se que “de mãos dadas com o fanatismo religioso, com a politicagem vergonhosa, o

³³ A REPÚBLICA, Natal, 10 ago. 1918.

álcool escreve páginas dolorosas na nossa história: o Contestado, o Juazeiro, e outros movimentos do mesmo ‘jaez’ que infelicitam ainda nossa Pátria”³⁴. A questão urbana era posta diante de problemas políticos de ordens distintas, estabelecendo uma relação entre movimentos políticos contestatórios e as oposições ante os novos padrões de vida difundidos durante o período republicano.

Assumindo uma idéia ainda mais radical, fora dito no artigo que “a raça negra vai pouco a pouco degenerando, não simplesmente pelo cruzamento, mas principalmente pelo abuso da cachaça”³⁵, constatava o jornal. Por último, como solução para essa questão social, a idéia proposta contemplava os anseios purificadores das elites republicanas, clamando a todos que “faça-se a propaganda higiênica nas escolas, nos livros, pelo cinematógrafo, pelos cursos, nas conferências...”. E era exatamente na Primeira República que se poderia perceber a difusão de propagandas e idéias que defendiam a saúde individual e coletiva, garantida através de instituições como a boa família e, também, por exemplo, pelas instituições de ensino.

Comportamentos desviantes ou “perigosos” precisavam de uma organização, quando se fala em sua sobrevivência no espaço urbano. Em geral, as elites temiam os velhos hábitos coloniais por parte das camadas “inferiores” e também que “os indivíduos se entregassem ao “lado escuro” das cidades, como por exemplo, os locais de prostituição e jogatina”, ações consideradas “danosas ao corpo social”³⁶ e incompatíveis, do ponto de vista oficial, com os preceitos de progresso e de evolução dentro do capitalismo.

Dentro do período que corresponde a modernização das cidades brasileiras no início do século XX, consagrou-se um tipo de pensamento baseado no darwinismo social, pensamento científico que vigorava desde o século XIX e que abriu espaço para a idéia de determinismo. Enxergando dessa maneira, o caráter do homem era delineado a partir do meio em que vivia, sendo as ações humanas condicionadas pelo ambiente.³⁷

O cuidado com a ordem e com a salubridade adentrava as residências. Nesse sentido, a Repartição Pública de Higiene chegava mesmo a impedir a construção de casas sem que preceitos recentes que pregavam por boa iluminação e pela boa circulação de ar, fossem obedecidos. Iniciativa do estado que circulava pelos jornais da época. As noções de saúde e de

³⁴ A REPÚBLICA. Natal, 10 ago. 1918.

³⁵ A REPÚBLICA. Natal, 10 ago. 1918.

³⁶ HERSCHMMAN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: _____ (Orgs.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.27.

³⁷ HERSCHMMAN, Michael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). Ibid.

higiene permeavam todo o conjunto da sociedade, que se relacionava com as iniciativas particulares no momento em que erigiam suas casas. Alegava-se um medo das moléstias trazidas por roedores e também, receava-se habitar num local onde as paredes fossem baixas, dificultando a entrada de luz e ar. Essa repartição afirmava tal necessidade e mostrava a presença do estado na regulação da moradia. Parece que todas as camadas sociais, até as menos favorecidas, já partilhavam desses valores e se indignavam quando não eram postos em prática. Em se tratando da moradia,

Diz o povo que em casa que entra o sol não entra o médico. É lamentável que... haja ainda quem faça casas com compartimentos escuros sem uma só janela que dê para o exterior. Para corrigir este e outros grandes defeitos das nossas habitações a Repartição Pública de Higiene resolveu não permitir que se inicie a construção de um prédio sem que a respectiva planta seja por ela aprovada. [...]

As habitações privadas, sobretudo as das cidades, devem ter as paredes mestras altas, de dois tijolos, e o solo ou o piso impermeabilizado, para evitar não só a umidade como também os ratos³⁸

O meio deveria permitir a crescente melhoria do habitante. A casa não era mais apenas um local de proteção, mas representava a necessidade de saúde. Para que esta acontecesse, haveria a necessidade de habitar-se em ambientes bastante iluminados e arejados. Eram condições básicas de superação da vida “colonial” do século XIX e, ao mesmo tempo, difundiam o pensamento médico, portanto científico, que determinava noções básicas fundamentais para uma habitação higiênica e saudável.

No século XIX, segundo já foi comentado, a elite da cidade habitava a Cidade Alta e a Ribeira. O modelo de residência construído até então era predominantemente um modelo colonial, executado por mestres de obras locais que não detinham o conhecimento da técnica tal qual a ciência moderna apregoaria posteriormente. O estilo e a volumetria das casas urbanas, populares ou não, eram essencialmente coloniais, geminadas e com cumeeiras paralelas à via pública³⁹. As casas de melhor padrão, tradicionalmente rurais eram essas sim, isoladas. O modelo tradicional, colonial, de casas geminadas passou a ser extremamente criticado a partir da República, quando se desenvolvem preocupações com os recuos, laterais e frontais da casa em relação ao lote, tanto por questões de estética quanto por questões

³⁸ A REPÚBLICA, Natal, 20 mar. 1924.

³⁹ TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *A evolução da casa potiguar no século XIX*: algumas considerações a partir do contexto nacional. p.121, jan/jul.

higiênicas de ventilação e iluminação naturais, seguindo, evidentemente, padrões oriundos dos países de capitalismo avançado.

Tal qual a preocupação com a habitação do operário e uma solução para a moradia coletiva, as idéias do século XIX, que, inclusive, adentrariam com força no século XX, falavam na preocupação com o saneamento do Brasil.

Como na análise das grandes cidades européias, mais especificamente a Paris oitocentista, pelo sociólogo Richard Sennett, a cidade era um reflexo daquilo que os homens procuravam evitar, era uma imagem do temor deles em relação ao desamparo das aglomerações.⁴⁰ Inclusive, as propostas da Casa do Operário, comentadas no capítulo anterior, se enquadrariam também nessa ótica.⁴¹

2.2. CASA, NOVO BAIRRO E REGULAMENTAÇÕES PÚBLICAS

É possível inferir uma preocupação da municipalidade em regulamentar os espaços dos bairros “antigos” e da região nova da cidade na década de 1920. Propunha-se a construção de casas em locais atrativos, ou seja, dentro dos limites do novo bairro, a Cidade Nova. A casa moderna e burguesa, quando aprovada pelo estado, representava a garantia de salubridade e de higiene. Para isso, o Departamento de Saúde Pública do Estado, ao analisar as plantas, procedia com a aprovação que permitia ao proprietário, assim, destacar o fato de sua casa estar dentro dos padrões vigentes, anunciando o atrativo⁴².

No que diz respeito a casas comerciais, também eram estabelecidos critérios que definiam o local onde havia se fixado, desde o século XIX, os primeiros estabelecimentos de comércio da cidade. Na urbe da década de 1920, alguns parâmetros recomendados pela Intendência Municipal, se voltavam para os estabelecimentos comerciais. A preocupação era com a elegância dessas construções. Mais especificamente em 1925, quando se estabelecia um código de posturas que tinham advertências do setor público com relação à “proibição de

⁴⁰ SENNETT, Richard. *O declino do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 176.

⁴¹ Sobre a criação de locais próprios da exclusão social dentro das cidades reformadas do início do século XX, ver também: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

⁴² A REPÚBLICA, 22 dez. 1926.

construção e reconstrução de prédios de menos de dois pavimentos nas ruas Dr. Barata e do Comércio, praças Augusto Severo e Leão XIII e nas avenidas Tavares de Lira e Sachet”.⁴³

Além da preocupação com as casas de comércio, numa Resolução da Intendência, outras medidas foram tomadas no sentido de melhorar o aspecto da Cidade Alta. Buscava-se colocar os bairros da cidade num compasso mais próximo, pondo os bairros em consonância em relação à modernização. Os donos de construções “na Praça do Mercado foram intimados pela municipalidade para recuperar ou construir os respectivos passeios no prazo de trinta dias”. Também se pretendia uma “maior regularidade nas vistorias em prédios que apresentavam algum problema na estrutura”, apontando para a preocupação mais efetiva por parte da Inspeção no cuidado, na regulamentação e no asseio da cidade.⁴⁴

A fiscalização municipal durante a década de 1920 prezava pelas regras das construções, tanto das casas quanto das repartições públicas. Por toda a cidade, observava-se e recomendava-se a atenção não apenas com a saúde, mas com padrões de elaboração dos prédios. A preocupação com o equilíbrio entre as obras construídas e o meio relacionava-se com as questões de saúde coletiva e individual, algo que ficava evidente nos artigos da Diretoria Geral de Saúde Pública.

Em 1927, falava-se em prédios que foram interditados e outros que tiveram a permissão do “habite-se” municipal. Em relação às interdições, no dia 12 de janeiro deste ano publicaram-se ações ocorridas em dezembro do ano anterior. No saldo do mês, entre 12 visitas de fiscalização a mercearias e a padarias, publicara-se a decisão de interditar três locais da cidade que não estariam cumprindo as exigências da municipalidade. Além disso, foram realizadas diversas visitas de fiscalização. Essas ações mostram, obviamente, a atuação do poder público.

As visitas não podem ser encaradas apenas na lógica de um Estado que tudo controla. Uma concepção de que as diversas esferas da sociedade participavam da teia urbana que se entrelaçava em torno das questões da “melhoria” dos espaços nos permite inferir visões complementares. É o que percebemos quando encontramos registros que apontam para a iniciativa dos próprios moradores ao chamar a visita da inspeção, mesmo que compreendida

⁴³ SOARES, Jamilson de Azevedo. *Fragments do passado: uma (re)leitura do urbano em Natal na década de 20*. Dissertação. p. 59.

⁴⁴ *Ibid.* p. 60.

como uma necessidade. Era o que faziam aqueles que “pediram visita a prédios de que são proprietários...”⁴⁵ nas ruas da cidade.

As regulamentações envolviam diferentes práticas. Além das interdições e das solicitações dos donos de determinados imóveis, nas visitas de fiscalização que pareciam rotineiras, falava-se em locais que ficariam em “observação” posterior pela Diretoria ou casos de “intimação” por parte da gerência municipal. Sobre esta última, denotando as intenções por saúde e higiene, falava-se que “foram intimados os proprietários [...] a efetuarem nos referidos prédios os melhoramentos sanitários indicados”.⁴⁶ Eram propriedades situadas na Cidade Alta. Ou apenas permaneceria sob acompanhamento do Departamento, como o prédio nº 419, situado na Rua Mossoró, que “continua em observação”.

Quanto à distribuição dos “habite-se” estava a cargo deste mesmo departamento, que vinha tomando conta das permissões. No dia 15 de dezembro de 1926, então, haviam sido concedidos entre locais diversos da cidade “habite-se para prédios de que são proprietários, os srs. João dos Santos, Manoel Marques de Souza e Cussy de Almeida”.

A fiscalização do município estava atenta às necessidades de se consolidar uma cidade limpa e ordenada. Somavam-se ao rol de alterações na vida citadina os hábitos mais elegantes dos natalenses das elites.

⁴⁵ A República, 12 jan. 1927.

⁴⁶ A República, 12 jan. 1927.

2.2.a. A diversão na capital da elegância singular

Natal estava a “sofrer os efeitos dinâmicos do progresso nacional”, ela crescia “notavelmente e se moderniza quase semanalmente”⁴⁷. Era dessa forma que ela era representada pela revista *A Cigarra*, publicada no final da década de 1920. Como uma cidade que cresceria a pleno vapor, algo bem diferente do que se pensava em relação à cidade colonial, que ficava cada vez mais num passado saudosista.

Conforme anunciava o slogan de uma loja que vendia chapéus na cidade, haveria uma “Paris em Natal”, assim desejavam os enunciadores, de uma casa comercial, “únicos recebedores” desses chapéus para “homens, mulheres e crianças”⁴⁸. E nesse tempo, as pessoas acenariam mais educadamente, ao contrário da crônica pessimista em relação ao século anterior.

Lauro Pinto, em um texto de conotação poética publicado em *Cigarra*, sob o título “Natal trabalhando” expressou sua visão da cidade de então. O artigo, com desenho de um estivador carregando mercadorias no cais, representa muito bem o desenvolvimento do capitalismo na vida urbana de Natal, através da presença de mercadorias, ingressando cada vez mais na atmosfera urbana. A alegoria, ao mesmo tempo que remete ao trabalho, remete ao movimento comercial, ao fluxo de pessoas e de bens, numa cidade articulada, dotada de meios de pulsar sua vida cidadina e desenvolver-se economicamente.

O texto louvava as qualidades que o trabalho tinha para a cidade. Do ponto urbano, a mão de obra dos homens e as grandes inovações tecnológicas davam o tom da vida cidadina. “Os atletas carregam algodão”. Os trabalhadores da Ribeira certamente foram lembrados pelo autor, que relacionava o trabalho cotidiano das ruas com os meios de transporte tipicamente modernos: “Apitos de trens, barulhos de avião”. Estabelecia um cenário capitalista para a cidade, que, vindo do “Banco do Brasil ouve-se barulho de máquinas complicadas”. A economia se mexia, dava maior dinamismo ao dinheiro e dava sentido ao comércio com o qual o banco se relaciona tão proximamente. Associava “bancos, companhias comércio, a grosso e a retalho”⁴⁹.

⁴⁷ CIGARRA. 1929.

⁴⁸ Paris em Natal. CIGARRA, 1929.

⁴⁹ PINTO, Lauro. *Natal se movimenta*. CIGARRA, 1929.

“Os bondes passam cheios”, pois a cidade dispunha de pessoas indo e vindo entre os seus diversos setores, que incluíam um bairro recente e exclusivamente residencial, a Cidade Alta dos prédios públicos e a Ribeira do comércio, além das periferias que cresceriam ao longo do século XX. Seus moradores eram pessoas afeiçoados à civilidade e tinham no espaço público um local de desenvolvimento de suas práticas urbanas modernas. Havia também as “bombas de gasolina” que “dão lavagem nos automóveis”.⁵⁰

Mas a cidade também reforçava, ainda segundo a crônica, a prática dos passeios, da reunião entre as pessoas e da fruição estética. Eram os “footings, encontros, músicas nas vitrolas” que ajudavam a animar a vida urbana. A crônica dos hábitos da cidade nova colocava em evidência o caráter de uma nova maneira de viver que, além dos referenciais médicos e de habitação, prezava por um “bem viver”, por uma definição de bem-estar que não era apenas físico, mas psicológico, levando-se em conta a relação dos indivíduos com o surgimento de bens e aparelhos antes inexistentes. Era o footing para o bem-estar, a vitrola para que a pessoa saboreasse a música, tornando suas reuniões muito mais marcadas de boas sensações. Esses modos de vida burgueses eram destacados pelos artigos dos periódicos citadinos. Interessante é que eles ressaltam outro fato apontado por Lauro Pinto em 1929: que a cidade se move, “move-se até o sol posto”.⁵¹



Foto 11 - Ilustração de Erasmo Xavier representava o tema do trabalho e da cidade “em movimento”, segundo o texto de Lauro Pinto afirmava. *Cigarra*, 1929.
XAVIER, Erasmo. *Cigarra*, Natal, 1929.

⁵⁰ PINTO, Lauro. *Natal se movimenta*. CIGARRA, 1929.

⁵¹ *Ibid.*

O meio urbano que se articulava em torno de questões novas as vida cotidiana destacava a presença de hábitos que seriam “típicos” das sociedades apegadas ao progresso material e cultural. Os encontros promovidos por membros das elites locais apontam para a recepção como um momento importante da vida social. As festas realizadas nas casas de particulares enchiam os olhos dos seus moradores. Aquele padrão de vida era estimulado. Aquele tipo de hábito, o das reuniões, demonstrava um interesse não apenas cultural, mas civilizatório. A cidade que, segundo crônicas sobre o século XIX, era marcada pela má postura de seus moradores, pelo caráter incipiente de sua instrução, era agora diferente

As festas natalenses revestem-se de uma tão espontânea intimidade, de um ambiente tão familiar, que qualquer protocolo cerimonioso desaparece diante dos sorrisos francos e da alegria sincera que aparecem em todos os lábios e se refletem em todos os olhos.⁵²

Como se afirmou em *Cigarra*, estava refletida “nos olhos” dos moradores e até as cerimônias desapareceriam diante dos bons ares das recepções residenciais que abrigavam o seio da elite nos ambientes domésticos e, ao mesmo tempo, valorizavam as práticas da sociabilidade.

Foi uma reunião elegante das mais distintas nos anais do nosso mundanismo. Os amplos salões daquela fidalga residência ostentavam os elementos da mais alta representação social, que ali foram homenagear as virtudes e a gentileza da Sra. Dioclecio Duarte e seu esposo.⁵³

Além da promoção das diversões e “rituais” cotidianos praticados pelo comércio, os habitantes, sobretudo os mais ricos, conferiam ao espaço urbano uma atmosfera de rejúbilo social à medida que reforçavam caracteres de uma vida moderna. As “virtudes da gentileza”, bem com a “alegria sincera” tomavam o espaço da apatia. Os amplos salões residenciais sobrepujavam a monotonia das casas e moradores “inertes” do século anterior.

⁵² A CIGARRA, 1929.

⁵³ A REPÚBLICA, Natal, mar. 1927.

Também colaborando com as práticas comerciais e culturais dentro da cidade, o cinema e o teatro eram locais privilegiados para se pensar a vida urbana que se forjara. Além disso, nos sugere que o lazer também passava a ser comercializado, principalmente para as elites. Aparecia em Natal um comércio requintado, voltado ao entretenimento.

O cinema desde seu surgimento despertava interesses nas populações urbanas. Na década de 1920, a cidade possuía cinemas que ofereciam ao habitante de Natal o contato com imagens de outros lugares do mundo. A aproximação da cultura local com esses lugares distantes através das imagens em movimento era comprovadamente um dos atrativos para se ir ao cinema em Natal no ano de 1927. Ainda na revista *A Cigarra*, comentava-se o apuro dos cinemas locais, que ofereciam ao expectador “fitas das grandes consagrações exibidas em Natal. As maiores Fábricas, pelo renome e pelo cuidado com que produzem, estão dando às nossas telas o que há de mais admirável e de mais sensacional.” Participávamos do capitalismo, tanto do ponto de vista material da vida urbana, como do ponto de vista dos estímulos que se inserem no viver na cidade. A revista ainda falava sobre a exigência da platéia local: “E tanto o *Cine Carlos Gomes*, como o *Royal Polytheama*, estão dando prova de que o que nos faltava eram trabalhos dignos de uma platéia culta e exigente.”⁵⁴

Outro símbolo essencialmente moderno para a cidade foi o teatro. Inaugurado em 1904, segundo um projeto de José de Berredo e posteriormente modificado por Herculano Ramos, agregava em si toda a magnitude buscada pela intelectualidade da época, além de representar um local fundamentalmente moderno, inspirado nos modelos da Belle Époque. O teatro, inaugurado com o nome de Carlos Gomes, foi profundamente reformado pelo mesmo Herculano Ramos em 1910, durante o governo de Alberto Maranhão, marcado por grandes mudanças na cidade⁵⁵.

Era um local onde as figuras de destaque desfilavam sua elegância, símbolo de uma elite que circulava pela cidade buscando espelhar-se na cultura européia. Relações que se inseriam num “movimento mais amplo, no qual deveriam funcionar como elementos articuladores para intenções de transformação urbana, da mesma forma que em seu ambiente de origem, mas com objetivos diversos”.⁵⁶ Assim, as influências externas ganhavam contornos locais, onde “uma população local freqüentava elegantemente o teatro para assistir

⁵⁴ CIGARRA, Natal, 1927.

⁵⁵ COSTA, Madislaine. *Quando a modernidade vinha de bonde*, p. 99.

⁵⁶ CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002. p. 320.

concertos e encenações teatrais. Natal transformou-se em cenário de exposição do poder de sua elite”⁵⁷.

Passar de aeroplano em Natal no ano de 1929 já era possível. Caso o pretendente tivesse boas condições sociais que o permitisse, poderia ver a cidade de cima a bordo da nave “Natal”, da qual dispunha o Aero Clube de Natal, que passara a funcionar nos limites do Tirol do Plano Polidrelli, num dos últimos pontos em que chegava o bonde antes da expansão da cidade. “Sentíamos deslumbradas, lá perto das nuvens”⁵⁸, disse uma das primeiras sócias desse clube. Deslumbrar-se com o progresso parecia uma experiência recorrente. Os espaços para as diversões haviam aumentado, já existiam em Natal “clubes, cinemas, bares, cafés, restaurantes, praias, futebol”⁵⁹

O ator de cinema norte-americano Douglas Fairbanks, que dava ao Teatro Carlos Gomes “verdadeiras enchentes” quando da exibição de seus filmes, talvez nem imaginasse o quanto a cidade buscava a modernização. Aquele era um “elegante e confortável” lugar, que “logrou desde logo a simpatia da nossa população, não somente pelo valor das películas que têm sido exibidas, como pelo ambiente de distinção que lha dá indiscutível relevo”⁶⁰. A tecnologia permitiu a concretização de idéias somente possíveis no campo da imaginação

Outro tema retratado nas páginas da revista *A Cigarra* de 1928 foi o do urbanismo em Natal. Ensejando discussões diversas, ressaltava-se a elegância segundo a qual se processava a vida natalense do final da década de 1920. Era um “progresso incansável” como se referia a revista. As belezas do espaço público em constante modernização eram reafirmadas ao lado do caráter belo de suas transformações. Associava-se a eficiência ao asseio.⁶¹

E no que diz respeito à eficiência, restava a Natal crescer em suas avenidas largas e propícias a movimentação na cidade.

A nossa capital moderniza-se com uma elegância singular. As nossas avenidas, ponteadas quando em vez por lindos jardins, são expressões maravilhosas de um progresso incansável. Tendo à frente dos seus destinos um prefeito moço, que não desanima e não cansa, Natal vai se enlarguando e se projetando cada vez mais na atividade contemporânea.

⁵⁷ PAIVA, Giovanna. *Natal, de cidade a cidade*. p. 99.

⁵⁸ A REPÚBLICA, 1929 apud SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragmentos do passado: uma (re) leitura do urbano em Natal na década de 20*. p. 153.

⁵⁹ Jamilson Azevedo. *Fragmentos do passado: uma (re) leitura do urbano em Natal na década de 20*. p. 155.

⁶⁰ CIGARRA. Natal, 1928.

⁶¹ Urbanismo natalense. *CIGARRA*, Natal, 1928.

O período em que Omar O'Grady, também um engenheiro, foi prefeito da cidade era visto por A Cigarra como uma época de profundas melhorias. Nesse texto, dizia-se que “Omar O'Grady compreendeu desde cedo que Natal, essencialmente educada, necessitava de um calçamento melhor e mais adequado ao trânsito constante de automóveis. Assim, desde logo foram calçados os trechos mais importantes da capital”⁶²

A capital potiguar era alçada à condição de grande cidade, sendo capaz de rivalizar “com qualquer cidade do Nordeste”, do ponto de vista do desenvolvimento urbano. E num outro elogio aos traços da cidade, ressaltava-se que “suas ruas limpas, de casas alinhadas e simétricas, são uma demonstração pujante de que a prefeitura tem feito o possível para contentar o povo e os viajantes que demandam o nosso porto. Não falta boa vontade a quem deseja o progresso. Não faltam o estímulo e o aplauso de todos aqueles que se interessam pelo nosso futuro, que nos auxiliam, que nos animam para ousadas realizações”.⁶³ Certamente as “casas alinhadas e simétricas” estavam localizadas, principalmente, no bairro da Cidade Nova, que, desde sua criação, fora pensada segundo um ordenamento racional.

Ao sofrer os “efeitos dinâmicos do progresso capitalista”, Natal, em sua modernização “quase semanal” via chegar às suas terras práticas urbanas ligadas ao capital. A noção de movimento presume a existência das pessoas e das tecnologias e serviços que se dispõem num ambiente que seja propício à agilidade, à maior rapidez. Não à toa que já se encontram nos jornais dos anos 1920 anúncios que fazem referências não apenas ao trabalho, mas também aos bondes, automóveis e caminhões, por meio dos quais, dentro da cidade, transportavam-se pessoas e mercadorias.

Dispor de cinemas e outras instituições que promoviam reuniões, ou mesmo a prática social mais familiar de receber visitas em suas residências, remetem à importância de uma vida de certos modos “civilizados”, que também pode ser pensada em associação a essas tecnologias citadas.

A questão é que, pouco a pouco, Natal se modificava, transformando-se “em um centro de atração de capitalistas e homens de negócio que aqui podem e precisam colaborar

⁶² Urbanismo Natalense. A CIGARRA, Natal, 1928.

⁶³ Ibid.

conosco na obra de constante progresso da nossa terra”,⁶⁴ tal qual se articulava principalmente na década de 1920.

Em sua visita à Natal no final da década de 1920, o folclorista, crítico de arte e romancista Mário de Andrade escreveu em seu *Turista aprendiz* que “natalense não se amola mais com aeroplano”⁶⁵. Enquanto fazia suas “peraltices” na água, a população, que “já” era habituada à presença daquele tipo de equipamento, mantinha seus olhares noutras partes da vida cotidiana. Era um tempo em que lado a lado com a sociabilidade das elites locais, coadunavam-se novas tecnologias aos amplos desejos de ordenamento do espaço público.

Tanto nas novas avenidas da Cidade Nova quanto nas áreas dos bairros mais antigos, buscavam-se a simetria e formas necessárias para a melhoria do movimento no espaço público. Como fora proposto, inclusive, nos dois Planos apresentados no capítulo anterior, havia uma atenção especial à largura de ruas e avenidas novas, bem como em relação às melhorias dos bairros da Ribeira e Cidade Alta, conforme o Plano Palumbo mostrara.

Era, de certa forma, a idéia contida em diversas formas de expressar a busca pela modernização. Como na ilustração e texto de Lauro Pinto já citado, “a cidade se movimentava”. Para isso, lembrava o sistema político monumentalizado na figura de Pedro Velho: “Façam o progresso, que eu mantenho a ordem”. Assim, até mesmo mantendo certos espaços mais tradicionais, como a Ribeira, porém reformulada e dinamizada pelo comércio, primava-se pela adequação da cidade às “necessidades modernas de locomoção e transportes de mercadorias.”⁶⁶

Para melhor organizar a cidade moderna, pensava-se sua articulação nas bases de uma melhor circulação conforme já foi dito. As estratégias de zoneamento visavam manter dentro de certos padrões a estrutura da cidade e sua articulação entre esses locais nos quais os movimentos eram mais ágeis do que antigamente.

Pensava-se manter mesmo a ordem urbana, para felicidade da estátua republicana situada à Praça Pedro Velho. As estratégias de tornar mais distintas as regiões ou bairros da cidade seriam explicitadas pela planta que seria elaborada por Giacommo Palumbo em 1929, no plano que levou seu nome. A cidade estaria dividida e teria a área de seu bairro residencial já

⁶⁴ Pronunciado pelo governador Augusto José Bezerra de Medeiros, durante seu período como governador (1924-1927). Ver: ARAÚJO, 1995 apud SANTOS, Pedro de Lima. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. p. 57.

⁶⁵ ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. São Paulo, Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. p. 243.

⁶⁶ FERREIRA, Ângela Lúcia. DANTAS, George. DANTAS, Ana Caroline. FERREIRA, Ângela Lúcia. Ecletismo e modernidade em Giacomo Palumbo. In: *Surge et ambula*. p. 211.

definida, de forma isolada, mas ainda assim articulada com outros serviços, como os do “bairro comercial” e os de seus “quarteirões administrativos”.⁶⁷

E como disse Câmara Cascudo em 1929⁶⁸, “a circulação será garantida pela ampliação das ruas e avenidas”. Os bondes e a energia elétrica instalados durante o segundo governo de Alberto Maranhão já poderiam circular com relativa fluidez. E já se pensava no “organismo” que era a cidade, conforme expressão de Cascudo no seu artigo “O Master Plan” de 1929, com suas partes interligadas. Mas, ainda assim, a região da Cidade Nova era um local que permitia certo afastamento, justamente em relação às também citadas no plano, regiões comercial e operária.

Dessa forma, o Estado também participava ativamente dos rumos da cidade e, mais especificamente, do bairro. Consorciado às iniciativas particulares, as regulamentações e ações públicas firmavam a busca constante pela cidade mais saudável e mais bela do ponto de vista urbano. Em seu livro *Surge et ambula*, a arquiteta Ângela Lúcia Ferreira afirma que “a preocupação estética era meio, e não fim, para a construção da cidade sã e bela, ordenada e controlada.”⁶⁹ Nas décadas posteriores consolidar-se-ia uma visão funcional da cidade e das habitações enquanto “aparelhos” ou “máquinas”, propalada pelo *Modernismo*.⁷⁰

De qualquer maneira, estavam sempre presentes as articulações entre os referenciais de vida e as práticas cidadinas apresentadas pelos moradores e pelo regime republicano.

2.2.b. A ocupação da Cidade Nova e o mercado imobiliário

“Natal, seus 35 mil habitantes... Cidadinha clara, moderna, cheia de ruas conhecidas”.⁷¹ Assim escreveu o viajante Mário de Andrade quando esteve em Natal. Hospedou-se no Tirol, do “sítio do Coronel Cascudo”, o famoso integrante do movimento modernista brasileiro da década de 20. Mas, até a cidade tomar o rumo que já despontava nos anos 1920, um processo lento e relativamente longo se processou.

⁶⁷ O Plano Palumbo apresentado pela Intendência Municipal falava exatamente em apresentar à cidade as propostas: “em aquarela policrômica, com projeção de sombras, compreendendo quarteirões administrativo, comercial, industrial, a cidade recreio e os bairros residencial e operário”. Ver: LIMA, Pedro de. Tese, p. 68.

⁶⁸ A REPÚBLICA, 7 de novembro de 1929 apud ARRAIS, Raimundo. *Crônicas de Origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 1920*.

⁶⁹ FERREIRA, Ângela Lúcia. DANTAS, George. DANTAS, Ana Caroline. FERREIRA, Ângela Lúcia. Ecletismo e modernidade em Giacomo Palumbo. In: *Surge et ambula*, p. 210.

⁷⁰ A funcionalidade, na arquitetura e no urbanismo, era um dos preceitos do Modernismo, sintetizado sobremaneira na definição da unidade habitacional enquanto “máquina de morar”, conceito cunhado pelo arquiteto Le Corbusier. Ver mais em: NOBRE, Paulo José Lisboa.

⁷¹ ANDRADE, Mário. *O turista aprendiz*. p. 232.

Desde o plano de 1901-1904, o bairro era pontuado por moradias escassas e, sobretudo, simples, correspondendo a uma parte de moradias de pessoas de menor poder econômico que, em condições condenadas do ponto de vista republicano, ocupavam Tirol e Petrópolis.

As choupanas que promoviam a desordem visual na região planejada seriam, desde o lançamento do plano, objeto de maior atenção das autoridades que “ordenavam” o espaço público. Além desse aspecto das intervenções municipais, surgiria, principalmente a partir da década de 1910, um mercado de terras que impediria o acesso a pessoas menos abastadas, os pobres da cidade.

As moradias que “não tinham nenhum valor”, bem como as “raras choupanas que coincidiam com o traçado (do plano) iam sendo desapropriadas ou vendidas” de forma a afeiçoar a região às linhas de um bairro racionalmente planejado. Como afirmou Cascudo em seu livro “A História da Cidade de Natal”, eram vendidas a “preço baixo porque não havia valor para aquelas terras e gentes”.⁷² Os primeiros anos do bairro destinado ao futuro urbanizado e embelezado da cidade davam seus primeiros passos, apesar de provocar a exclusão de outras camadas sociais.

Além dessas casas, apenas alguns sítios de moradores mais ilustres que as dispunham quase exclusivamente para seus momentos de afastamento em relação à Ribeira e Cidade Alta ou como casas “de campo” ou “veraneio”. Eram muito mais caracterizadas como propriedades rurais próximas à cidade do que moradias urbanas.

No final dos anos 1920, Cascudo rememorava a início do século XX, quando escreveu que “inda vive quem assistiu a construção da primeira residência em Tirol, das primeiras casas em Petrópolis (nomes dos sítios do governador Alberto Maranhão)”⁷³.

Nos jornais de 1905, como em *A República*, registrou-se a remoção da quase totalidade das casas, “uma vez que eram cabanas em desordem, e foram substituídas por uma série de largas avenidas e ruas, cujo aspecto já é bastante agradável”⁷⁴. Essa voz oficial anunciada pelo jornal é muito significativa das primeiras investidas contra o desasseio e a desordem no espaço público, sobretudo após as intenções publicadas pelo Estado em ordenar

⁷² CASCUDO, Luís da Câmara apud LIMA, Pedro de. *Luís da Câmara Cascudo e a Questão Urbana em Natal*. p. 80.

⁷³ CASCUDO, Luís da Câmara apud ARRAIS, Raimundo (Org.). “Crônicas de Origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20”. p. 140.

⁷⁴ Ver em LIMA, Pedro de. *Luís da Câmara Cascudo e a Questão Urbana em Natal*. p. 80 ou, também, em OLIVEIRA, Giovanna Paiva de. *Natal, de cidade a cidade*.

uma nova região de Natal. Mesmo que admitindo tensões e disputas, procedia-se a continuidade dos programas urbanos.

1909 já representa um momento diferente. Alberto Maranhão já assumira seu segundo governo, no qual instalou serviços urbanos considerados importantes, como o bonde e luz elétrica que seriam marcarem tal governo. Nesse sentido, na “pressa do progresso impaciente”⁷⁵, Eloy de Souza colocava-se no centro das transformações e já percebia um crescimento de habitações diferentes, em locais mais distantes da cidade.

Assim como as impressões do conhecido folclorista Câmara Cascudo, Eloy de Souza registrara em 1909 as suas observações, afirmando que naquele momento já se “alteiam agora habitações amplas e arejadas, dominando o vasto oceano verde. Por toda parte a visão da agonia do velho Natal, mas por toda parte também, a visão de seu renascimento.”⁷⁶

O bairro compreendendo suas características distintas e com suas funções articuladas com as demais localidades seria uma característica da década de 1910 que, conforme analisado no capítulo anterior, já convivía com novos serviços. Contudo, o processo de ocupação dava-se de forma lenta. O segundo mandato de Alberto Maranhão teve, em relação à ocupação da Cidade Nova, duas características importantes. Ainda a lentidão do seu crescimento,

Na segunda gestão do governador Alberto Maranhão (1908-1913), e com suas ruas e quadras demarcadas desde 1904, Cidade Nova manteve um lento processo de ocupação, mesmo com a criação do bairro de Petrópolis, a abertura de mais ruas e avenidas, incluindo a Avenida Oitava (atual Hermes da Fonseca), e a inauguração de novas linhas de bondes comunicando Cidade Alta, Ribeira e Cidade Nova⁷⁷

Apesar desse processo ocorrer vagarosamente, para lá já estavam se dirigindo as elites locais, como afirmou mais uma vez Cascudo, o novo bairro já “abrigava as mais exuberantes e ricas mansões de propriedade de bacharéis, coronéis e famílias ilustres da cidade”.⁷⁸ Ou seja, do ponto de vista urbano e mesmo do capital, a área nova era lugar de legitimação a qual

⁷⁵ SOUZA, Eloy de. *Costumes locais*. [1. ed.: 1909].

⁷⁶ *Ibid.*

⁷⁷ *Ibid.*

⁷⁸ CASCUDO, Câmara apud MELO, Alexandra Consulin Seabra de. *Yes! Nós temos arquitetura moderna: reconstituição e análise da arquitetura residencial Moderna em Natal nos anos 50 e 60*. p. 33. Dissertação.

se dava à medida que se transferiam para o lugar mais ordenado, planejado e inspirado nos modelos europeus de vida, as elites da cidade.

Ainda sob a ótica de uma economia que se inseria no capitalismo, a cidade passou por momentos que impulsionaram o crescimento das construções habitacionais “burguesas”, assunto a ser estudado no capítulo 3.

Na década de 1920, destacou-se a atuação da Intendência administrada por Omar O’Grady, na qual uma nova onda de preocupação do Estado com a ordenação e com a retirada da cidade de sua estagnação fora anunciada. Em dezembro de 1926 anunciou-se no jornal a aprovação de plantas para a construção, numa medida que demonstra a intervenção ou intermédio do Estado enquanto agente da organização urbana, enquanto vetor do processo de ordenamento a partir das residências.⁷⁹ As casas deveriam atender a preceitos de higiene e de moradia afinadas com a capacidade de movimento que se oferecia agora aos habitantes. O processo de ocupação da Cidade Nova se deu de forma lenta, vindo a acelerar-se a partir da consolidação dos padrões urbanos oferecidos como novidade para toda a população, entretanto, acessíveis para poucos.

No local em que se estabeleceu o bairro Cidade Nova também, além de formas de vida atreladas a um modelo “moderno”, surgiram outros elementos de capitalismo típico das cidades. A formação de um mercado específico para a questão da compra e venda de casas é muito significativa para compreendermos que esse lugar da cidade destacou-se do ponto de vista imobiliário. Isso se deveu certamente ao fato de seu prestígio e padrões de vida diferenciados, os quais foram se formando desde o início do século XX.

Ultrapassa a década de 1920 o estabelecimento de um “mercado imobiliário” em relação aos bairros de Tirol e Petrópolis. Contudo, sua gênese se funda no desejo ou a partir do desejo das elites locais em estabelecerem uma área distinta de moradia, que as afastassem da cidade “comprimida” entre Ribeira e Cidade Alta. Desde que “agonizava” a velha Natal, sobretudo a partir do segundo governo de Alberto Maranhão, afirmava-se com mais consistência o momento republicano e de consolidação de suas elites, que tinham no espaço do bairro planejado desde 1901 seu local privilegiado.

A ocupação do bairro refere-se principalmente à década de 1920, auge da “Belle Époque” natalense. Após as implementações dos anos 1908-1913, a década seguinte fora o momento da “modernidade” local demonstrar mais uma vez a sua aproximação com os

⁷⁹ A REPÚBLICA, Natal, 1927.

valores estéticos europeus e a maneira pela qual já havia adotado hábitos e formas de vida distintas do “atraso” colonial que marcava o final do século XIX e ainda os primeiros anos do século XX.

O processo de ocupação de tal região pelas elites marcou a passagem de um grupo outrora ligado à vida quase rural do século XIX para um período notadamente urbano, de forma que os grupos patriarcais do século anterior tornaram-se símbolos do progresso material e tecnológico da República. Sua afirmação se deve, em grande medida, à capacidade de adaptação dentro de uma lógica progressista, a qual consistiria em inserir-se de forma bem sucedida em meio aos novos referenciais de habitação, de vida pública e de sociabilidade.

Outro aspecto que pode ser ressaltado é que na década de 1920, o custo de vida aumentara consideravelmente. Há relatos de reivindicações populares para que se criassem mais feiras livres, em razão da alta dos preços dos alimentos. Em momentos de dificuldade por parte do poder público para dinamizar o espaço urbano, estimular os agentes privados foi também uma alternativa, quando, por exemplo, “concedia isenção de todos os impostos por quinze anos aos particulares ou empresas que construíssem na capital pelo menos um grupo de dez casas, desde que para aluguel não superior a cem mil réis, nas novas avenidas e ruas abertas”.⁸⁰ Aparecia, a partir de então, a figura do grupo ou do particular que tomava a frente no processo de ocupação. Também permitia ao indivíduo obter certas vantagens, conforme a isenção dos impostos denota.

E não eram problemas apenas de escassez de residências. Durante a década de 1920, “os preços dos terrenos começaram a sofrer uma inesperada elevação”⁸¹. Diferentes possibilidades de acesso à moradia estavam associadas aos locais de construção e a um incipiente mercado de terras. Formava-se desde essa década uma limitação à posse de acordo com uma lógica própria, um conjunto de elementos econômicos próprios.

No bairro da Cidade Nova, desde seu princípio procurou-se estabelecer normas na transferência no domínio de imóveis, outro indicativo da formação de tal “mercado”. Desde seu início, previa-se o prazo de até três anos para que o aforado construísse a edificação.⁸²

É interessante perceber que os terrenos comprados, entretanto, nem sempre tinham suas construções iniciadas no prazo previsto pela norma. Movidos por um desejo acentuado em habitar a região da Cidade Nova, as pessoas que lá poderiam viver, não transformavam

⁸⁰ SOARES, Jamilson de Azevedo. *Fragmentos do passado: uma (re) leitura do urbano em Natal na década de 20*. Dissertação. p.98.

⁸¹ *Ibid.* p.98.

⁸² *Ibid.* p. 98.

sua ânsia em construções. Ou seja, comprava-se o terreno por uma vontade que talvez tenha relação com um desejo de status social ou de distinção, mas, no entanto, não se construía dentro dos três anos previstos pela lei. A área urbana em expansão e consolidação posterior teve a compra de seus terrenos ligada a um processo de valorização imobiliário. O capitalista de terrenos também chegava à cidade.

Em relatos de jornais de 1925, comentava-se de forma convincente a postura dos compradores de melhor poder aquisitivo, sem, no entanto, cumprirem a previsão legal que buscava estimular a ocupação e construção na região. O bairro que inspirava desejos de Europa e sonhos de progresso nas elites locais estava parcialmente desocupado em razão da compra antecipada de terras indevidamente utilizadas. Ainda lembrava-se, o texto, de uma das principais características de Tirol e Petrópolis, ao mencionar que em suas “largas avenidas”, entretanto “semidesertas, pontuadas a espaços de cercados e muros alongados”, devido à inação de seus proprietários. Ressaltava a necessidade de pôr em debate a questão, para que se pesasse aos “desbastados que por amor ao progresso o aforaram”. Alguns locais da Cidade Nova seriam de uma verdadeira “civilização de muros, triste, inglória”.⁸³

De todo modo, atestava-se o poder de mudar-se de uma área para outra pelas elites, uma adaptação gestada no seio de sua afirmação enquanto classe urbana privilegiada e que lhes permitia desfrutar dos benefícios do seu tempo. E, de toda forma, fossem adquiridos como local de veraneio ou para habitação, a compra de terrenos e a construção da moradia, mostram os movimentos de grupos privilegiados. Essa tendência à formação de um “mercado de terras” seria mais visível posteriormente, como apontam outros estudos.

Segundo alguns arquitetos que analisam os processos urbanos em Natal, o estabelecimento de uma camada voltada à obtenção de renda através do solo urbano consolidou-se no início da década de 1940. Entretanto, concordam em afirmar que desde os primeiros anos do século XX, está a gênese de tal fenômeno urbano. Os que afirmam que se fala nesse parcelamento do solo a partir dos anos 40, apontam também Petrópolis, um dos bairros da Cidade Nova, como o local onde se iniciaram os lucros através da compra e venda de terrenos.⁸⁴

⁸³ SOARES, Jamilson de Azevedo. *Fragmentos do passado: uma (re)leitura do urbano em Natal na década de 20*. Dissertação. p. 99.

⁸⁴ FERREIRA, Ângela. Apud CARVALHO, Eliana Lima de. *A nova Cidade Nova: Tirol e Petrópolis, bairros em constante transformação*.

Em referência ao Plano Polidrelli, Pedro de Lima, arquiteto e estudioso da Primeira República em Natal, afirma que este projeto lançou as bases para a formação de “um mercado de terras urbanas em Natal” e ressalta o papel das tecnologias e do progresso como fundamentais para a valorização das novas áreas, tendo em vista que,

no caso de Natal, a ação do poder público e da iniciativa privada estendendo as linhas do bonde e abrindo e pavimentando avenidas em toda a área da Cidade Nova, valorizou aquela parte da cidade e contribuiu para definir, historicamente, o espaço de moradia das elites e, conseqüentemente, os territórios periféricos, onde ainda hoje habitam as classes de menor poder aquisitivo.⁸⁵

As modificações da trama urbana relacionadas à compra de terras e a referida formação de um “mercado” para este fim estão intrinsecamente relacionadas com as noções e práticas do capitalismo que chegava a Natal. E, do ponto de vista desse sistema econômico, “todas as esferas da produção, inclusive o setor imobiliário e da construção, se inscrevem no processo de acumulação”⁸⁶.

Do início da década de 1920 até o início dos anos 1930, uma parte dos terrenos e casas da Cidade Nova foram comprados por profissionais liberais (médicos e advogados). Os capitais provenientes dessas áreas, advocacia e área médica, correspondiam a uma parte do perfil dos habitantes que ou residiam na Cidade Nova ou tinham escritórios ou consultórios instalados lá. De forma tímida, alguns serviços tinham se instalado no bairro, que era eminentemente residencial. Eram setores que se expandiam naquele momento.

O setor da saúde destacava-se, pois além de atuar na prevenção de doenças, tecia considerações sobre as condições de saúde, estimulando, desde o início do século XX, a formação de um corpo e de uma mente fortes. A boa localização do estabelecimento ou mesmo da residência do médico, era um bom indicativo entre boa instalação e bom serviço, pela associação entre o bairro novo e boas casas e a “distinção” dos seus moradores.

Nesse sentido, o “Dr. Abelardo Callafange”, tinha sua “Clínica para crianças”, situada na “Rua Assú, 705”, no bairro de Tirol.⁸⁷ Eram vários os anúncios nos jornais inserindo propagandas de serviços médicos na região. O “Dr. Assis Miranda Pereira” tinha sua “Clínica

⁸⁵ SANTOS, Pedro de Lima *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. p. 49.

⁸⁶ *Ibid.* p. 49.

⁸⁷ *A ordem*, Natal, 1935.

Médica de adultos e crianças” instalada também nos limites entre a Cidade Alta e o novo bairro da capital, “Av. Deodoro, 604”.⁸⁸

Podemos considerar esse tipo de situação como relevante para nos mostrar os rendimentos que permitiam ao profissional a compra de terras na Cidade Nova. A proximidade do bairro com outros serviços também era um elemento motivador tanto para este como para toda a cidade. A questão do deslocamento aparece mais uma vez imbricada ao desenvolvimento da ocupação.

A dimensão do terreno aparece associada à sua boa localização nos anúncios de venda da década de 1920. Tome-se como exemplo a venda de um “terreno na Av. Deodoro, medindo 40 X 56m “no melhor ponto da avenida”.”.⁸⁹ O estímulo à compra e a frequência dos anúncios também parecem apontar para o aparecimento de certo “mercado”, ainda que restrito, de venda de terras nessa parte de Natal, configurando um espaço bem distinto do que compunha o lugar alguns anos antes, sobretudo até o início da década de 1910, quando Eloy de Souza comentava vislumbrar as primeiras casas amplas construídas em Petrópolis ou quando Cascudo se referia às “primeiras choupanas” da Cidade Nova.

O momento já era outro. A presença de algumas camadas nos permite inferir que além da cidade estar se movimentando por causa de bondes, automóveis e outros meios de transporte de pessoas e de mercadorias, havia um ritmo novo na movimentação por terras e casas, bem como por suas compras e vendas. Certa “disputa” pelo bairro poderia ser então percebida pelo que este conferia de status quanto de serviços, além das “virtudes” do ordenamento e do embelezamento ímpares até então.

Custódio Toscano, advogado, já havia se instalado na “Av. Campos Sales, 705 – Petrópolis”. Além dele, outros casos podem ser mencionados com fins demonstrativos dessa caminhada das elites rumo à Tirol e Petrópolis, locais prestigiados, cujas qualidades eram ressaltadas pelos anunciantes.⁹⁰ As características do bairro da Cidade Nova eram marcadas pelos próprios autores dos textos “propagandísticos”, ao destacarem a quantidade de cômodos e seu excelente estado de construção. Era assim que se procedia em maio de 1922, quando se vendia “baratíssimo uma boa casa, recentemente construída, à Avenida Potengy, com sala de visita, de entrada, três ótimos quartos com janelas, sala de jantar, despensa, cozinha, banheiro

⁸⁸ *A ordem*, Natal, 1935.

⁸⁹ *A REPÚBLICA*, maio de 1922.

⁹⁰ Alberto Amorim R. Jundiay, s/n – Petrópolis”, “Luiz Torres - Av. Floriano Peixoto, 509 – Petrópolis”, “Theodomiro de Sá - Av. Deodoro, 535 – Petrópolis”, “Vescio Barretto - Praça Pio X, 688 – Petrópolis”, “Esequias Pegado, Rua Joaquim Fagundes, Tyrol. *A ORDEM*.

e aparelho sanitário”. As marcas da boa disposição da casa estavam presentes na propaganda, que ainda reforçava a idéia da boa localização. A Praça Pedro Velho, ponto central da Cidade Nova, era recorrentemente mencionada como elemento de apoio ao comprador. Essa mesma propaganda referia-se “muito próxima da Praça Pedro Velho e, portanto na linha de bondes de Petrópolis.” O centro cívico do bairro e um dos mais importantes da cidade merecia destaque do anunciante. Além disso, tal região era dotada dos serviços do bonde, elemento que permitia o deslocamento por boa parte da cidade, correspondendo a um outro ponto a ser explorado por quem pretendia vender a casa.

Essas iniciativas que se contrapõem, em alguma medida, às críticas também presentes nos jornais de que a região era marcada por áreas “semidesertas, pontuadas a espaços de cercados e muros alongados”.⁹¹ Certamente iniciava-se, ainda nos anos 1920, um outro aspecto da Cidade Nova que se desenvolveu bastante, principalmente no final dos anos 30 e na década de 1940.



Foto 12 – À esquerda, imagem parcial do Plano Polidrelli, à direita, trecho da região da Cidade Nova (Petrópolis), com destaque na Praça Cívica.

Fonte: MIRANDA, João Maurício de. *Evolução Histórica de Natal em 400 anos* e Foto do acervo Jaeci Bulhões, respectivamente.

⁹¹ SOARES, Jamilson de Azevedo. *Fragments do passado: uma (re)leitura do urbano em Natal na década de 20*. p. 98

2.2.c. Construindo novos bairros e novas identidades urbanas

As alterações na nova região da cidade contemplavam um padrão moderno, bem como uma materialidade na vida cidadina que abrangem diversas dimensões, desde a físico-espacial – uma determinada forma urbana e arquitetônica, residencial em particular – à dimensão mais “social” – modos de vida, padrões de comportamento modernos, entre outros.

A modernidade poderia ser notada pela presença destes, ou seja, pela preocupação com o progresso da parte física da cidade e da moradia conjuntamente a uma percepção desse ideal em termos sociais, na vida cotidiana e referências de bom gosto, presentes na vida das pessoas. Ainda, a preocupação com o privado, com o particular, estava mediada pelos poderes atrelados ao estado, porquanto a vida coletiva não está dissociada do âmbito mais íntimo da existência humana. As esferas do público e do privado se relacionam de maneira inevitável, sobretudo dentro de um bairro, onde há “mais do que um conhecimento mútuo: há um contato social”⁹².

E tal contato social que o bairro estabelece pode ser bastante específico. Sua concepção remete para características “físico-espaciais”, conforme já mencionadas, mas, também, às questões que poderíamos chamar de “identitárias”. Uma região da cidade, enquanto lugar de distinção em relação às demais áreas urbanas, certamente apresenta características específicas em relação ao conjunto da cidade. Para que se possa configurar uma área enquanto lugar “exclusivo”, diferenciado do ponto de vista urbano e habitacional, certamente, o bairro em questão, deve assumir formas e estruturas com certa homogeneidade. Essa composição razoavelmente uniforme permite àquele que adentra no bairro uma melhor localização. Imediatamente se reconhece enquanto indivíduo presente em determinada região. Numa diversidade enorme de lugares que possui uma cidade, ao adentrar em área homogênea, logo se reconhece, através das suas ruas, dos seus contornos e formas presentes nas casas e nos espaços públicos, que se adentrou em novo campo.⁹³

Dessa forma, ao mudar-se para uma nova área da cidade, através do plano do governo e de uma cultura bastante específica que se formava como característica das elites urbanas, bem como através do poder aquisitivo que permitia o acesso às terras e residências, estava-se forjando uma região muito bem identificável. Por outro lado, ao longo dos anos 1910, 1920 e

⁹² PROUST, Antoine. *Fronteiras e espaços do privado*. In: História da vida privada, vol. 5. P. 116.

⁹³ LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 199. p. 74..

1930, a Cidade Nova passou a se constituir como uma localidade definida, decorrente de um processo contínuo de ocupação.

A Cidade Nova que aos poucos foi sendo estruturada ao longo das primeiras décadas do século XX se constituiu como um espaço específico, associado à “boa sociedade”, ao requinte, ao conforto, a saúde e ao bem-estar. Já na década de 1920, os bairros de Petrópolis e Tirol se consolidavam como a nova localidade da população abastadas natalense. Os novos bairros atendiam aos princípios da modernidade no que concerne ao espaço urbano - como a presença de avenidas largas, inspiradas nos bulevares parisienses – e a diversas questões relacionadas à habitação – família, consumo, saúde etc. O uso destinado a esse espaço da cidade enquanto bairro planejado e ordenado segundo preceitos urbanísticos em vigor nas grandes capitais representou uma materialização do desejo das elites em se separar do restante da cidade⁹⁴, na medida em que superavam o desenho irregular tipicamente colonial, que implicava numa mistura maior com os demais indivíduos. Além disso, o afastamento servia de refúgio contra o perigo de manter contato com as epidemias que existiam na cidade⁹⁵.

A Intendência Municipal teve atuação consistente durante o período, no que se refere aos cuidados com a Cidade Nova. Suas medidas colaboraram para a consolidação do bairro enquanto espaço estritamente residencial e urbano. Segundo suas intenções, o local seria isento de qualquer associação com o mundo quase rural oitocentista. Por isto, uma das preocupações mais prementes do governo municipal era promover a “transferência do bebedouro público para animais na área da Cidade Nova, para outro local mais distante deste bairro em expansão”. Transportando assim para as áreas periféricas desvalorizadas socialmente o papel oficial de servir de bebedouro aos animais.

Outra lei “proibia a retirada de lenha nos morros da Cidade Nova”. E esta era uma “medida antiga que não estava sendo cumprida, gerando incômodo aos moradores que já se instalavam nesse bairro e temiam a devastação das matas ou o avanço dos morros sobre seus terrenos”. Certos elementos que mantinham o bairro preservado contra as ameaças das dunas, ameaça do “perigo iminente”⁹⁶.

⁹⁴ Apesar das inovações, tanto o projeto de Antonio Polidrelli (1901-1904), quanto o *Master Plan* de Giacomo Palumbo (1929), não teriam promovido uma alteração tão profunda a ponto de separar completamente os traços da antiga cidade colonial daqueles da cidade moderna. Sobre esse assunto, ver mais em: ARRAIS, Raimundo (*organização e estudo introdutório*). Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascadianas dos anos 20. EDUFRRN. p. 24.

⁹⁵ SANTOS, Pedro de Lima. *Arquitetura no Rio Grande do Norte: uma introdução*. p. 71.

⁹⁶ Expressão que dizia respeito à duna situada no Monte Petrópolis e que serviu de elemento importante na alegoria da “Natal daqui a cinquenta anos” de Manoel Dantas.

Por outro lado, os primeiros elementos sociais que constituíam os dois novos bairros eram pautados pela recriação de uma atmosfera ao mesmo tempo de modernidade e de legitimação ou estabelecimento de tradições.

Os desejos das elites urbanas primavam pelo apreço aos elementos históricos, à estética, àquilo que era capaz de representar e recriar seu distinto modo de vida. Nesse sentido o estilo eclético⁹⁷ foi amplamente utilizado, uma vez que permitia ao proprietário criar sua própria residência, que contemplava seu gosto pessoal e, da mesma forma, atendia às exigências no que diz respeito aos padrões de construção.

A casa burguesa e eclética era o símbolo da boa família, da vida equilibrada na prosperidade e no conforto do lar. Este último elemento constituía invenção recente. Uma noção de casa que se pautava no bem-estar do indivíduo e de sua família⁹⁸.

Foi o homem burguês quem demandou avanços significativos no aparato tecnológico e no serviço sanitário da casa. Além disso, operou uma distribuição interna dos cômodos que prezava pela individualidade, por um espaço mais compartimentado de acordo com as necessidades de cada elemento, ou seja, cada célula constituinte de uma família. Perseguiu o mito do progresso e isso reverberava em sua vida doméstica de diversas formas.⁹⁹ Desde o aspecto mais amplo da construção material até o nível familiar e dos objetos que permeavam a vida privada, a casa expressava os anseios do tempo.

No processo de urbanização e nas moradias, refletiu-se o desejo das elites por auto-segregação¹⁰⁰ e ao mesmo tempo, acesso aos serviços e ofertas do mundo na cidade. Com acurada observação, Mário de Andrade, que esteve em Natal em 1929, sentiu um “um conforto praxeano, *tudo à mão* e, ao mesmo tempo, tem ar de chakra, um descanso frutecente, bólico de ventos incansáveis”. O modernista ainda encontrou nas casas da cidade elementos que provocaram sua simpatia, uma harmonia no que seria “aquela humanidade feliz de certos bairros burgueses de S. Paulo”, que “não chamam atenção”.¹⁰¹

Em torno das praças, uma vitrine composta por casas burguesas que se afastavam da rua e, lateralmente, descolavam-se, discretamente, dos vizinhos. Além disso, recuada, a segurança do lar estaria garantida. Além de salvaguardar-se das influências externas, a casa teria, nesses moldes, uma maior circulação de ar e iluminação melhorada. Certo afastamento

⁹⁷ Outras considerações sobre o Estilo Eclético serão feitas no capítulo seguinte, momento em que retomaremos a questão da moradia.

⁹⁸ RYBCZYNSKI, Wiltord. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

⁹⁹ FABRIS, Annateresa (Org.). *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Edusp: 1987.

¹⁰⁰ LIMA, Pedro de. *Arquitetura no Rio Grande do Norte: uma introdução*, p. 71.

¹⁰¹ ANDRADE, Mário. *O turista aprendiz*. p. 232.

era bem vindo no âmbito da domesticidade moderna, mais fechada em relação às mudanças no espaço público que aformoseavam a cidade. Mas além da exterioridade e ainda da presença de elementos que ligavam a vida urbana ao campo (como as muitas plantas e árvores frutíferas indicam), uma série de fatores domésticos nos mostram a preocupação com a vida privada.

A partir do referencial europeu, a importação do paradigma moderno teve diversas adaptações nas capitais brasileiras. Em Natal, um dos espaços principais onde se deu a construção de um padrão de vida “à européia” fora a Cidade Nova. Enquanto se vendiam, para a melhoria do caráter, “tônico dos músculos, tônico do coração”¹⁰², a cidade tinha seu tônico para uma vida “moderna” através de sua ampliação espacial.

¹⁰² A REPÚBLICA, 8 ago. 1918.

Capítulo 3

Maneiras de viver e sociabilidade na Cidade Nova

No século XX diferentes tipos de casas estavam presentes nas áreas urbanas de Natal. Havia aquelas cujas construções datavam de um momento em que a riqueza era ainda bastante representada pelo tamanho da residência, mas também, e a cada dia com mais frequência, compunham o cenário urbano, destacadamente da Cidade Nova, moradias cuja principal característica era ligá-la com o restante da cidade.

Mesmo assim, habitar em Tirol e Petrópolis, os bairros que compunham a região da Cidade Nova, significava - mesmo num tempo em que os transportes permitiam a circulação urbana -, certo grau de afastamento das outras partes da urbe. Essa relação de exclusividade do bairro permitiu a difusão de maneiras de viver e sociabilidades que eram sinônimos dos bons hábitos. Somavam-se a isso, a profusão das influências e os novos tipos de serviços urbanos e domésticos que convergiam, sobretudo, para o bairro criado nos primeiros anos do século XX.

Os referenciais do bem viver estavam cada vez mais ligados a uma vida confortável e permeados por novas funções e serviços que adentravam no lar. O espaço público, neste capítulo, aparece sempre na relação com o espaço privado, através do qual buscaremos entender a concretização dos ideais das elites urbanas e das classes que nelas se inspiravam.

Tais referenciais compunham o cenário da habitação das camadas mais abastadas e das camadas médias que surgiam em torno de profissões diversas, destacadamente nos órgãos públicos ou entre médicos e advogados. Esses eram alguns dos principais setores da sociedade que usufruíam das comodidades e inovações da modernização urbana e, nesse caso, das novas maneiras de viver.

Num tempo em que a riqueza não era apresentada pela posse de serviçais ou de escravos, como na época colonial, as residências não atendiam a tais desejos através do seu tamanho. Agora os critérios de gosto estavam presentes nas habitações burguesas que se consolidariam como tipo padrão da Cidade Nova. Ao longo dos anos 1910 e, sobretudo a partir de 1920, uma miríade de casas se alinharia no bairro em decorrência das largas ruas e avenidas. Construto da riqueza de alguns setores urbanos, essas casas carregavam os sinais

dos tempos em que se investiam capitais na remodelação urbana de Natal. Além disso, as moradias apresentam também sobre ideais de limpeza e de separação entre os espaços, seja da casa em relação à rua, seja no que concerne à concepção de individualidade que se fortaleceria no decurso do século XX, principalmente a partir do final da II Guerra Mundial.¹

A consolidação de bairros enquanto locais que adquiriram características padronizadas diferiam da vida citadina de tempos antigos, onde a “confusão” de ruas já foi apontada como uma característica importante em passagens anteriores desse trabalho. As relações entre passado “antigo” e presente “moderno” na cidade do século XX ainda aparecia nas formas de viver de seus moradores e nos tipos de casas que existiam em Natal.

Muito representativa dessa convivência, e ao mesmo tempo em que apontava as mudanças operadas no período republicano, eram aquelas casas de tipo “patriarcais”, cujos padrões ainda eram vistos em descrições de residências que, conforme citado, mesclavam elementos atualizados com outros anteriores. Dessa forma, alguns casos são bastante significativos, como por exemplo, o palacete do comerciante Jorge Barreto de Albuquerque que em 1910, era considerado “muito elegante para a época, com estatueta no jardim e com dois pavimentos”.² O critério da “elegância” era importante para uma casa, bem como para o seu proprietário, cuja “modernidade” ligava-se à maneira pela qual este poderia ter adentrado na esfera de uma vida privada marcada pelo apuro dos gostos, dos gestos, enfim, dos rituais da vida pública e, cada vez mais, da vida íntima.

A Europa não era aqui, mas isso era um “detalhe”. Desde o século XIX, o desejo de afeiçoar-se aos estilos de vida europeus era encontrado entre as elites nacionais, especificamente no que concerne aos padrões de vida. Em Natal, houve uma série de moradias construídas com alguns materiais importados. Isso é bastante elucidativo no que diz respeito à capacidade do proprietário de conviver com um pedacinho da Europa, mas em sua própria residência, ao mesmo tempo em que revelava seu entendimento e vontade de construir uma moradia diferente em termos estéticos.

Ainda no caso de casas do tipo “patriarcal”, já se verificava o uso de detalhes ligados aos sonhos de Europa. Nesse sentido, podemos citar a mansão do Coronel Avelino Alves Freire, citado nas reminiscências de Júlio César de Andrade, um memorialista local. Esta casa continha “inúmeras salas e muitos aposentos e cercada de um vasto sítio com muitas fruteiras”. Aqui cabe lembrar que estavam presentes certos aspectos de vida rural na cidade e

¹ Sobre esse tema, ver: História da vida privada, vol. 5.

² ANDRADE, Júlio César. *Comerciantes e firmas da Ribeira (1924-1989): reminiscências*. Natal, 1989.

nas residências antigas. Desde um momento em que o ambiente era quase “rural”, a presença de elementos da natureza será cada vez mais marcada pela capacidade do homem em “domesticá-las” ao seu uso. As imagens da cidade republicana, inclusive, mostram-nos isso.

Em relação a essa casa, especificamente, em seu livro de memórias, Júlio Andrade, dizia que “o material empregado nessa obra fora, quase todo, importado”. Esse tipo de casa era pertencente, principalmente, a uma camada de senhores vindos do campo, cuja riqueza provinha de atividades relacionadas à produção e comercialização de produtos agrícolas no interior do estado. Eram grandes grupos de famílias que tinham seu poder urbano ligado ao interior do estado e não propriamente às atividades que desenvolviam nas áreas urbanas.

Nesse sentido, algumas casas patriarcais tinham muito mais feições de palacetes, cuja volumetria importava mais do que o gosto do seu proprietário. Mas já começavam a se pautar com a incipiente entrada de serviços modernos aos quais se relacionavam.

É desta forma que o mesmo autor nos apresenta o palacete pertencente ao Coronel Aureliano Medeiros. Situado na Avenida Junqueira Aires, uma via que ocupa lugar central na ligação entre os bairros antigos da Ribeira e da Cidade Alta, este palacete possuía “salas e quartos enormes”, além de inúmeras fruteiras, garagem, cavalaria e uma capela. Ligava-se principalmente à vida oitocentista, mas já representa um tipo de habitação urbana que nos serve de parâmetro para perceber a mudança em operação no que se refere aos modos de vida na capital. Esses senhores se mudariam, pouco a pouco, para a região da Cidade Nova, assim como faziam as demais camadas mais aquinhoadas do início do século XX.

A Cidade Nova surgiu como uma área repleta de significados republicanos, que se opunha ferozmente ao que representasse o “atraso” colonial. A ambição de “civilização” surgia Ribeira acima, cruzando os limites da Cidade Alta, na medida em que a elite se afirmava e legitimava através da habitação numa nova região, bem como pela adoção de hábitos condizentes com o das grandes cidades. A Cidade Nova era construída invocando a esfera da modernidade.



Foto 13 - Ribeira acima! Cavalheiros e damas se dirigiriam à parte mais alta da cidade. Na foto, na Avenida Junqueira Aires, passam ao lado do bonde (da linha Petrópolis). Seguem a marcha do desenvolvimento e do viver bem.

Foto: “*Natal ontem e hoje*” (cd)

3.1. UMA VIDA APRAZÍVEL

Para compreender melhor como se constituíam os novos padrões de moradia em Natal, aspectos relativos à idéia de morar num espaço que proporcionasse prazer e *status* também são considerados como componentes da vida da cidade em suas primeiras décadas republicanas.

As moradias urbanas em Natal apresentavam elementos da vida abastada de seus proprietários, que habitavam em lugares aprazíveis, nos quais se poderia usufruir de melhores condições de vida. Viver nesses lugares já vinha sendo estimulado desde as alterações urbanas sem as quais não seria possível imaginar a Cidade Nova como espaço de residência das elites.

Nos discursos em prol da saúde a que se referiam os saneadores da cidade, bem como no referencial coletivo de corpo saudável, gracejava-se a inserção do indivíduo em ambientes favoráveis de moradia. A Cidade Nova fora o local destinado à ocupação das elites em busca de melhores ares, melhor cenário para o sujeito moderno. A cidade que já tinha recebido investimentos no que concerne aos discursos higiênicos tinha nos bairros de Tirol e Petrópolis a materialização dos desejos de Europa, de lugares altos e aprazíveis, sobejamente incorporados pelos sonhos dos cidadãos mais abastados.

Habitar na região da Cidade Nova passa a ser sinônimo de bem estar. Do ponto de vista da localização, essas casas representavam a concretização da busca pela saúde do corpo. Tal “saúde” também pode ser compreendida como a capacidade do homem de então, conseguir fruir sua corporeidade antes limitada pela rigidez dos costumes. Até o final dos anos 1910 e durante a década de 1920, não se falava na presença de estímulos que passavam para o campo do corpo e dos sentidos. Conforme discutido anteriormente, as novas vivências que emergiam suscitavam, além do mundo do progresso, uma relação mais prazerosa com as práticas do lazer. A cidade que já possuía alguns clubes e que era iluminada e mais ordenada, agora se tornava um lugar em que seus moradores (ao menos os de maior poder econômico) poderiam se dar ao luxo de habitar uma área privilegiada.

A própria noção de um lugar de qualidades incomensuráveis era significativa do ponto de vista do bem viver. Nesse sentido, morar em Tirol e Petrópolis adquiria ares modernos. Os próprios termos que designam os bairros da Cidade Nova apontam para as representações das elites. Haveria entre nós um “Tirol”, região oeste da Áustria conhecida por seu clima e paisagens deslumbrantes, por seus belos lagos e montanhas, ambiente de tradições construídas pelas aristocracias, por seu poder e símbolos de nobreza. A República da oligarquia de Pedro Velho e as camadas mais favorecidas dentro de Natal se inspiravam e forjavam dentro da cidade um espaço marcado pela tentativa de se legitimar através de um processo de aproximação com esses referenciais de vida européias. Os nomes escolhidos para os bairros não eram em vão.

Além do Tirol, onde ao invés da construção de castelos, ergueram-se casas ecléticas, adaptáveis ao gosto do proprietário abastado e das camadas médias urbanas, o bairro de Petrópolis representava também o sonho por um lugar aprazível. Era a região do Monte Petrópolis, elevado e próximo às Praias do Meio e de Areia Preta, sujeito as lufadas de vento que trariam o vigor e a saúde necessárias ao homem conforme acreditava a sociedade e recomendavam os médicos e higienistas.³ A “Petrópolis” de Natal era um sonho ligado também à região da Petrópolis carioca. Um lugar alto, que causa deleite pelo seu aspecto agradável e por seu clima ameno. O bairro galante da cidade seria cada vez mais almejado para a construção de “boas moradias” urbanas, embelezadas e associadas ao progresso

³ Sobre as mudanças na percepção em relação aos banhos de mar e às concepções do século XIX na Europa, apresentando diversas nuances nos esquemas de percepção em relação ao oceano, ver: COUBAIN, Alain. *O território do vazão*. Sobre as questões ligadas às recomendações de saúde em Natal, ver FERREIRA, Ângela Lúcia. Topografias Médicas. Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM..

familiar burguês.⁴ Assim, pelos desejos e ações daqueles que a construíram e consolidaram, as áreas de Tirol e de Petrópolis deveriam ser apresentadas como os pontos principais desse alívio citadino.

Ainda em sua passagem por Natal, em 1929, Mário de Andrade, pesquisador e escritor que é identificado com o Movimento Modernista Brasileiro, exaltou a região do Tirol e Petrópolis, percebendo nas ruas as características da modernidade local. Ressaltava o seu espanto com o bairro agradável em que se instalara, elogiando o clima que despertava a sensibilidade e as ruas largas e atrativas da cidade.

Os caminhos do Tirol natalense, com suas avenidas largas e arborizadas fomentavam no espírito do observador aprendiz uma sensação de bem-estar e sossego, propiciados pela região em que se encontrava. Mário de Andrade sentia-se hospedado não apenas pelo bom acolhimento dos moradores da cidade, mas pelo próprio vento, pela essência daquilo que proporcionava saúde e bem-estar ao sujeito, o ar, quando limpo e puro: “E, se o rumo foi outro, chegamos ao Tirol, altura onde moro hospedado pela ventania. Eh! Ventos, ventos de Natal, me atravessando como se eu fosse um véu”, testemunhou ele.⁵

Em suas notas, o escritor refletiu o desejo de mimetismo que certamente sentiam as elites locais. O “Tirol” era aqui, ao lado da nossa “Petrópolis”. As configurações urbanas que ele encontrou faziam-no lembrar-se de sua cidade de origem, São Paulo, onde haviam sido constituídos os “Campos Elíseos”. Refletia assim o que as elites urbanas nacionais do período almejavam, uma identidade que deveria vir do outro lado do Atlântico, a fim de imprimir aqui, aquilo que concernia à boa sociabilidade.

Ao visitar a cidade, considerou-se privilegiado por estar hospedado na região do Tirol e não deixou de observar a disposição do novo bairro em relação a outras partes da cidade, como a praia de Areia Preta, que era um local de acesso relativamente fácil, uma vez que já havia linha de bonde, ligando-o à área central, possibilitando o acesso da população aos banhos de mar. Escreveu, quando de sua passagem por aqui que o “bairro alto de Petrópolis a Avenida Atlântica se acaba no dó-de-peito dum belvedere e mostra lá embaixo, Areia Preta, uma das praias mais encantadoras que conheço.”⁶ A visão de uma paisagem marítima agradava às pessoas ávidas pelo prazer de que já eram sinônimos os banhos de mar. Aliás, era o tempo de mirar o mar, de fitar e fruir dos seus bons ares.

⁴ Sobre as denominações Tirol e Petrópolis, ver também *Cidade Nova, 1901: um espaço de representação do novo poder republicano em Natal*. Comunicação apresentada na Jornada Internacional sobre Representações sociais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1998.

⁵ ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. p. 233.

⁶ Ibid.

Essa região, definida oficialmente como região balneária em 1908, era recanto de pescadores até o ano de 1920, “quando sua popularidade e rude beleza prestigiaram-lhe a fama. Os pescadores foram vendendo ranchos e os natalenses construindo outros”. Ainda segundo Câmara Cascudo, era um local de “festas lindas, serenatas, banhos de fantasias, piqueniques espantosos”.⁷ Tornou-se área de veraneio apreciada por outros públicos, que buscavam locais mais saudáveis e ao mesmo tempo afastados e próximos ao centro da cidade. Nesse sentido, o historiador e folclorista norte-rio-grandense disse: “no tempo em que veraneava ali o comerciante Jorge Barreto, aclamado *conde de Areia Preta* pelos amigos”.⁸ Para a “praia feliz”⁹ aconchegava a elite local em busca de banhos, que eram cada vez mais sinônimo de saúde e cura.



Foto 14 - Monte Petrópolis e vista da Praia de Areia Preta.
“Natal ontem e hoje” (cd).

Nas imagens da cidade, sobretudo as fotográficas, daquele período, é possível perceber a presença de pessoas e dos “bons cidadãos” locais e sua preocupação com o mar. Essas imagens de Tirol e Petrópolis eram construídas não apenas pelos planos urbanísticos ou pelo poder dos serviços ou do capitalismo, mas antes pelo novo referencial de vida marcadamente presente entre as elites, a preocupação com a saúde. Era o ar que traria mais saúde para os corpos que necessitavam estar sempre aptos à prática dos esportes e às novas atividades urbanas, como os passeios, como o “flanar” pela cidade. Mesmo assim, o próprio Mário de Andrade chegou a advertir seus leitores sobre a sedução de caminhar incessantemente pelas

⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 260.

⁸ *Ibid.* p. 260.

⁹ *Ibid.* p. 260.

ruas dos novos bairros: “é bom não andar muito a pé, logo principiam ladeiras preguiçosas, mansas, compridas, as ruas se alargam, avenidas magníficas cheias de ar [...]. Os espaços vão se tornando cada vez mais largos.”¹⁰

As regiões altas, como as de Petrópolis eram os lugares onde se viam altearem a imponência de habitações, além da construção de espaços mais amplos e arejados, conforme escrevera Eloy de Souza em 1909, cuja vista privilegiada era capaz de “dominar o vasto oceano verde”.¹¹ O indivíduo se afirmava e, mais do que isso, consolidava maneiras de viver atreladas a elementos próprios do local em que morava, instituindo uma civilidade urbana pautada por referenciais modernos.

Ainda em seu relato, Mário de Andrade descreveu um cenário do “bairro alto do Tirol, ruas largas, abertas”, de maneira quase idílica. Comparava o local à “Florença renascente”, onde as pessoas “dedilhavam alaúde, a trompa marinha cantando sem mais fim”. O bucolismo somava-se à civilidade e ao bem-estar. Uma narrativa que constituía uma imagem de cidade almejada pelos grupos mais aquinhoados e que atendia aos anseios em conformar o bairro numa região separada da cidade, uma área que se afastava do comércio pela escolha do seu habitante privilegiado. A este eram permitidas sofisticções da vida urbana moderna, concentradas nas ruas largas da nova urbe.

Segundo a descrição do intelectual modernista, “aqui também. O povo canta, os passarinhos, a gente do povo passando. O homem que leva e traz as vacas daqui de perto, não se trabalha sem aboiar”.¹² Até os que atendiam a trabalhos subalternos pareciam contentes com os ares e o clima que a Cidade Nova proporcionava. Esse pedaço de “Florença renascentista”, cujo mecena, então, seria a família Albuquerque Maranhão ao invés dos Médici, estava sendo mesmo descrito de forma idílica...¹³ Nessa descrição, a presença das árvores, bem ordenadas e dispostas simetricamente em relação umas às outras eram reflexo da modernização dessa “cidadinha clara”. Materializavam-se sonhos de progresso, tal qual aquele oferecido por Manoel Dantas em 1909.¹⁴

¹⁰ ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. São Paulo, Duas cidades. 1976. p. 233.

¹¹ SOUZA, Eloy de. *Costumes locais*.

¹² Nesse trecho, Mário de Andrade cita a passagem de bois pela Cidade Nova. As reformas urbanas não desejavam esse tipo de elemento, identificado com os trabalhos subalternos ou com a prestação de serviços pelos mais pobres. Por outro lado, a passagem do escritor revela que o homem, assim como as vacas que leva, está “de passagem”. Aquele não era definitivamente um lugar para todas as classes morarem.

¹³ ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*, p. 231.

¹⁴ O escritor e jornalista Manoel Dantas disse em sua palestra de 1909 que Natal seria, ainda nos anos cinqüenta, uma das mais importantes cidades do mundo. Ver: LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*, p. 34.

Polycarpo Feitosa, pseudônimo do ex-governador Antônio de Mello Souza, representou em um romance em que trata da vida de uma jovem natalense moradora do Tirol, narrando a vida amorosa e familiar da personagem Adalgiza, alguns aspectos das maneiras de viver na região da Cidade Nova.

O que constituía um sujeito refinado, conforme encontrado no texto escrito em 1930, também se ligava a uma idéia de capacidade de praticar atividades muito relacionadas ao bairro, local saudável também pelos novos hábitos de seus moradores.

Um personagem do livro, Julinho Silveira, apresenta outros privilégios do viver bem no Tirol e em Petrópolis: a possibilidade de tomar o bonde Petrópolis perto de sua residência e rumar para a praia. Ele e seu amigo Castro podiam assim acordar cedo e freqüentar os banhos de Areia Preta. Chegando lá, eles se deparavam com o esplêndido ar e os benefícios do mar. Em alguns momentos chegava a hora do “banho elegante”, aqueles de recomendação dos médicos. “Não conhecem maior profundidade que a marcada pelos joelhos, e agacham-se humildemente à chegada da onda já desfeita para molhar o resto do corpo”, assim se refere no enredo o momento de plenitude da relação entre o mar e os moradores da Cidade Nova.

Tratava-se não de um banho qualquer, mas de um novo tipo, o “banho da moda”. Ele se realizava, “quando as pessoas estavam em maior número na praia e num horário em que apareciam as coragens e as proezas se multiplicam”. Era o momento do sexo masculino mostrar sua força e as mulheres os seus cuidados.¹⁵ Ou como banhos terapêuticos, ou como mero entretenimento, o banho de mar era recomendado pelas autoridades da saúde e da higiene e praticado pelas elites.

Assim, a praia e os ares do bairro eram responsáveis por deixar seus habitantes com mais saúde (“uma boa hora do recreio molhado, do qual resulta, além dos efeitos terapêuticos...”) ¹⁶ e, sobretudo, os apraziam diante de uma vida moderna repleta de novos significados. Eram os “progressos ternos” a que se referiu Polycarpo Feitosa, sobre os usos da praia, que podem ser percebidos através da difusão e da prática de hábitos novos pelas camadas que assumiam posturas mais refinadas.

Era “o ponto mais saudável de Natal”. É o que se destacava numa propaganda de fevereiro de 1924¹⁷, do “Café Petrópolis”. Este local, que funcionava como “hospedaria e restaurante”, além de estar situado à beira-mar, dispunha de uma “cozinha de primeira ordem. Bondes à porta”, seu proprietário, Severino Guimarães, utilizava para o seu negócio as

¹⁵ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*. Natal, A.S. EDITORES, 2003, p. 97.

¹⁶ *Ibid.* p. 98.

¹⁷ A REPÚBLICA, Natal, n. 31, 10 fev. 1924.

principais atrações e privilégio de quem habitava essa área: local “saudável” e com o acesso aos bondes, que permitiam o fácil deslocamento. Ordem, limpeza, saúde e beleza, elementos essenciais para a “boa cidade”.

As residências e o comércio, na Cidade Nova, já incorporavam discursos emitidos por diversas camadas da sociedade. Os referenciais da habitação permeavam diferentes níveis e esferas da cidade e, no caso da Cidade Nova, tomavam maior relevo. Naquele lugar, com suas casas, seus modos de vida, seus serviços e até em alguns dos seus estabelecimentos se percebia uma concepção de estilo de viver apegado à modernidade.

Na imagem, o bonde partindo do Café Petrópolis, de onde também se via, de outro lado, as Praias de Areia Preta e do Meio. O equipamento tecnológico que aqui chegou nos anos 1910, descia o lugar aprazível do Monte onde se estabeleceram também casas que abrigaram famílias opulentas de um sono de três séculos que se esvaia pouco a pouco.

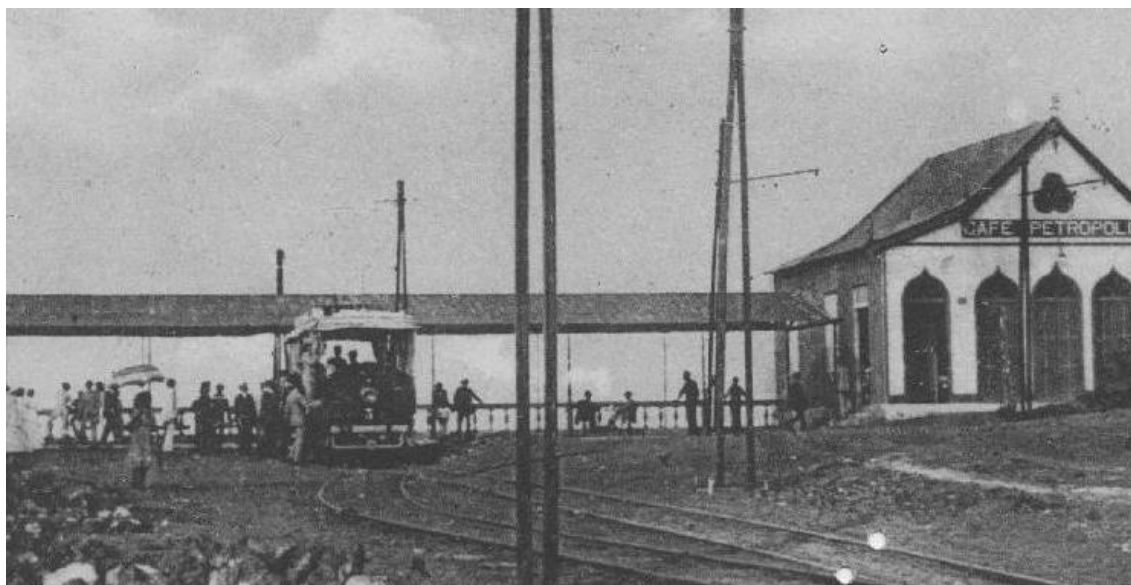


Foto 15 - Monte Petrópolis (detalhe da foto 10). “Natal ontem e hoje” (cd).

3.2. Tão longe, tão perto: a casa e o espaço público

Entre as preocupações, estava aquela de uma nova articulação entre o espaço público e o espaço privado. A mudança no acesso às residências reflete bem o nível de relação estabelecido entre o público e o privado. As casas deveriam ter locais de intermédio em relação ao espaço público. Os contatos entre a casa e a rua, apesar de limitados, eram mais amplos. As moradias que foram construídas em Tirol e Petrópolis durante a ocupação do bairro ao longo das primeiras décadas do século XX apresentavam algumas interseções entre o espaço da intimidade e o espaço do mundo que seria o da vida cosmopolita que se tentava forjar dia a dia. Já em 1900, o republicanismo, atestando a vida “aburguesada” das moradias que iriam se consolidar na região da Cidade Nova estabelecia alguns parâmetros de vivência, conforme se consubstanciou, sobretudo, a partir da década de 1920.

Nas casas das 60 quadras que foram lançadas pelo Plano de 1901-1904, pensara-se, desde então, a estruturação da maneira de viver entre as residências do bairro e a rua. Conforme se procurou estabelecer no código de construção republicano, todas as casas deveriam ter um espaço interno que servisse de anteposição à chegada direta do visitante aos cômodos mais privados. Referimo-nos às casas das elites, cuja preocupação com a planta da moradia fazia menção à presença de escadas. Sobre elas, advertia-se que não poderiam conduzir as visitas diretamente ao espaço interno da casa, nem mesmo para um ambiente específico para atendê-las. O texto era ainda mais incisivo quanto aos demais compartimentos das residências. Defendia a presença de espaços simétricos e amplos, e privilegiava a mobilidade, defendendo a facilidade de acesso entre os cômodos: “Todas as casas devem ter uma ante-sala. A porta da escada nunca deve dar diretamente na sala de visitas e muito menos na sala de jantar. Regra geral: os quartos e as salas devem ser regulares, espaçosos e de fácil acesso.”¹⁸

As camadas mais ricas possuíam, obviamente, melhores condições econômicas de realizar modificações no sentido de inovar na arquitetura das casas. Às porções menos abastadas, que pareciam ter o mesmo desejo pelo que era novo, restava imitar, na medida do possível, os elementos mais modernos.¹⁹

Nesse processo, constituiu-se, uma nova relação entre o espaço privado e a cidade. As casas, sobretudo dessas elites, inseriam-se dentro de novas relações com o espaço público, o que significava acesso a facilidades do mundo urbano. Quando um morador da Cidade Nova

¹⁸ A REPÚBLICA. 06 jan. 1900. Apud. OLIVEIRA, Giovana Paiva de. De cidade a cidade.

¹⁹ TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *A evolução da casa potiguar no século XIX*: algumas considerações a partir do contexto nacional. Caderno de História, Natal, v.3, 1996, n.1, p.121, jan/jul.

desejasse se deslocar, ele teria bondes à porta, conforme anunciavam os anúncios de jornais que contêm informações sobre a localização e, muitas vezes, sobre maiores detalhes da residência.

Para a historiadora Telma de Barros Correia, se estabeleceram novos pontos de conexão entre o público e o privado, de modo que “habitar” passara a ser um conceito reformulado pela sua relação com o urbano. E essa atmosfera da vida pública está, por sua vez, ligada às melhorias levadas a cabo pelas reformas citadinas, que objetivavam ampliar a funcionalidade da urbe conforme padrões modernos. Os equipamentos de uso coletivo conferiam aos bairros uma dimensão mais pública ao mesmo tempo em que os itinerários podiam ser selecionados pelos moradores dos bairros mais abastados.

define-se por intermédio de um novo modelo de moradia e de uma nova relação entre moradia e o urbano. Nesta nova relação a casa surge articulada a redes de infra-estrutura que alteram seu funcionamento, a equipamentos de uso coletivo – escolas, creches, etc. – que absorvem algumas de suas antigas funções e a lugares de trabalho externos à habitação, que modificam seu uso.²⁰

Desde o início do século XX adentravam na vida moderna e burguesa referenciais de higiene que se aplicavam a casa e à individualidade. Essa racionalidade referente ao lar também se manifestava em questões relativas à limpeza e asseio²¹. No final da década de 1910 e início da década de 1920, período em que aumentou, nos jornais, o número de anúncios de casas à venda na região da Cidade Nova, pode ser notada uma crescente preocupação com os ambientes domésticos.

Nesse momento, outra mudança cultural significativa se define: a noção de domesticidade. Ela se constrói através de ligação entre a vida privada e o lar, associada à moradia e ao conjunto de práticas e maneiras de viver que vemos florescer. Esta traria à casa novas significações que se associaram às maneiras de existir difundidas nas cidades que buscavam uma modernidade e, de forma mais ampla, pode-se falar numa mudança que afetou todo o Ocidente. O lar enquanto local da família, espaço de refúgio, guarida, difusor de hábitos e potencial formador do caráter, também se via na encruzilhada do progresso e do avanço das sociedades capitalistas e suas novas tecnologias. Tal conceito de domesticidade foi, segundo o historiador Wiltord Rybczynski, uma invenção do mesmo nível de qualquer

²⁰ CORREIA, Telma de Barros. *A Construção do habitat moderno no Brasil (1870-1950)*. São Carlos: RiMa, 2004, p. 121.

²¹ *Ibid.* p. 121.

outra criação humana. Ou seja, é uma noção que pode ser verificada dentro da investigação dos processos históricos. Uma construção social e, portanto, passível de ser datada. E ainda afirma o referido historiador que, “na verdade, deve ter sido mais importante, pois não afetava somente o ambiente físico, como também a nossa consciência”.²²

Portanto, é possível compreender de que maneira a cidade de Natal viu surgir uma ampla gama de novas referências sociais e modernas ligadas ao âmbito da existência urbana e individual de seus habitantes. Quando se criou a área da Cidade Nova enquanto local destinado a atender os desejos das elites urbanas e, enquanto a transformação de uma “velha” cidade numa área marcada também pela presença do moderno que se constituía, foi na relação entre esses elementos, que emergiram novos padrões de vida e de consciência dentro de Natal. Conforme contido nas queixas dos cronistas locais, Natal acordava, a partir da década de 1910, mesmo que de forma inicial, para um tipo de habitação burguesa que poderia atender aos anseios de uma camada social de maior prestígio econômico de maneira eficiente. Isso alterava o modo de viver.

O princípio da construção residencial levava cada vez mais em consideração as normas arquitetônicas estabelecidas pelos arquitetos e urbanistas. A habitação não era mais um reflexo apenas de suas proporções, conforme nos tempos do século XIX. O interesse em representar o prestígio social através das dimensões externas e dos cômodos havia sido substituído pela concepção de uma casa inserida no mundo das novas funcionalidades da cidade e da própria residência, na qual as famílias se apresentavam pelas marcas do gosto pessoal e pelo respeito às normas do espaço público, como o alinhamento das ruas. Era a mudança em que pesava a passagem de uma vida cujos laços quase rurais davam lugar àquilo que representavam novos tipos de relações sociais típicas da modernidade.²³

Nessas primeiras décadas do século XX, as alterações urbanas operadas pelo Estado e por particulares, trataram de aproximar a vida social das famílias mais favorecidas da cidade à cena “moderna”, oriunda dos grandes centros urbanos. Na década de 1920, nos anúncios de vendas presentes nos jornais locais fica claro que se trata de um tempo diferente. Referimo-nos ao discurso generalizado do que podemos chamar de elementos modernos. Neste caso, principalmente quando eles se referem à moradia.

As casas da região eram “bem construídas”, como destacavam inúmeras propagandas dessa época. Morar ali era sinônimo de conforto doméstico conforme veremos em seguida,

²² RYBCZYNSKI, Wiltord. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1986. p.61.

²³ THEODORO, Janice. *São Paulo de Ramos de Azevedo: da cidade colonial à cidade romântica*. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, p. 201.

mas também de bem-estar em viver de uma maneira ampla. O indivíduo habitava num lugar cuja identidade era marcada pela suficiência de alternativas de vida dentro do próprio espaço, sendo necessário o contato com outras atmosferas urbanas apenas em momentos específicos, como no caso das idas ao centro comercial da Ribeira e dos banhos de mar nas praias. Até mesmo algumas opções o encerravam dentro da atmosfera do bairro, que se verificam quando do surgimento de instituições e clubes na própria Cidade Nova, conforme citado no capítulo anterior.

As transições entre diferentes “níveis” de vida social e econômica eram evitadas, permitindo ao indivíduo que ali se estabelecesse uma vida afeiçoada ao padrão de moradia do próprio bairro, pensado como local de elite. As interferências do meio externo, tanto ao bairro quanto à casa eram negociadas. Ao mesmo tempo em que se vivia próximo, o homem vivia afastado dos demais meios, principalmente aqueles que geravam “suspeição”, conforme já vimos anteriormente.

O local de habitação responsável pelo bem viver significava também a manutenção de valores familiares e do que podemos chamar de uma burguesia urbana, que foi responsável pelo “aburguesamento” das casas de Natal no início do século XX.

Dessa maneira, dentro da Cidade Nova era resguardado e criado um elevado padrão de vida identificado com o apuramento dos hábitos. E o bairro conferia a oportunidade, a cada dia mais, de se proteger do universo público. Não haveria o medo em cair no universo da inexatidão ou da falta de identidade ²⁴, dentro de Tirol e Petrópolis. A área para qual se dirigiam as elites urbanas manteve um ambiente amistoso para os seus pares.

A conquista de espaços dentro da cidade apresentou como elemento importante a manutenção e a caracterização de uma camada cidadina que trouxe, além do ordenamento da vida urbana, à busca pelo estabelecimento de rituais de vida. Nesse sentido, era o tempo em que importava a maneira de morar e o local da moradia.

Na Cidade Nova, a proximidade das habitações a certos espaços centrais como elemento de apelo nos anúncios dos jornais era recorrente. ²⁵ Quando a moradia se situava próxima a praças, ou aos trilhos dos bondes, o vendedor do imóvel destacava essas qualidades, associando um novo significado ao espaço urbano. Em um dos casos, ao anunciar

²⁴ Sobre as mudanças e significados que aconteceram no século XX na relação entre o indivíduo e o bairro, ver: PROST, Antoine. *Fronteiras e espaços do privado*. In: ARIÈS, Philippe. DUBY, Georges. *História da vida privada*, vol. 5. p. 115.

²⁵ O conceito de “Pontos nodais”, de Kevin Lynch, poderia ser aqui utilizado. Ele se refere a determinados lugares de um bairro, que exercem função estratégica e central em relação aos serviços e às atividades cotidianas dos moradores. Ver: LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. p. 80.

a venda de uma residência situava nas proximidades da Praça Cívica isto ficou bem caracterizado. Assim, alguns lugares da nova região correspondiam à símbolos de uma boa moradia, em função tanto da localização quanto do que a habitação oferecia do ponto de vista de uma qualidade de vida baseada na saúde, ou na comodidade do acesso ao transporte público. O mesmo se percebe em uma propaganda de 1916. O anúncio de um abastado comerciante dizia vender “barato, uma casa nova, de tijolo, bem construída, com três quartos, com janelas para fora (...) e perto da linha de bondes”.²⁶ É possível perceber nos anúncio o quanto era necessário afirmar alguns progressos defendidos para a moradia, responsáveis por permitir o desenvolvimento pleno de um bom convívio entre moradores da mesma estirpe.

²⁶ A REPÚBLICA, dezembro de 1926.

3.3. Cenas domésticas

Outra tendência habitacional foi a maior divisão interna da casa. Parecia necessário que esta tivesse bons cômodos, que permitissem uma vida confortável, além de certo luxo, conforme o gosto apurado de seus moradores. Uma residência de propriedade do “Dr. Castello Branco” oferecia uma boa quantidade de cômodos e uma perfeita localização para uma vida próspera. “Encravada no Monte Petrópolis”, prometia um “preço cômodo” e uma “casa bem construída, toda de tijolos”. A guarnição no ambiente doméstico era agora mais sofisticada. O tempo da grandiosidade conferida apenas pelo tamanho da moradia havia passado dando lugar à necessidade de possuir boa compartimentação. A casa do “Dr. Castello Branco” é bastante simbólica dentro dessa discussão. Continha “duas salas, três quartos, cozinha, despensa”, além dos serviços de limpeza individual.²⁷

O fato de a residência possuir tais compartimentações nos é interessante no que diz respeito às relações da residência com a entrada de elementos externos. Era uma moradia que apresentava “duas salas”. Esses espaços da casa são representativos da necessidade de se “negociar” com o espaço público as idas e vindas. Uma vez que a sala era o local em que se recebiam as visitas, sem, no entanto, permitir a entrada dessas nos recantos mais íntimos da moradia. Estavam protegidos os elementos mais pessoais dentro de uma casa muito mais compartimentada. Ao mesmo tempo, o que vinha de fora recebia uma intermediação “necessária”, fechando o ambiente privado de todo tipo de ingresso.

Ainda devemos mencionar que as casas já atendiam às regras de construção que defendiam certo afastamento lateral e frontal em relação ao lote vizinho, outra maneira de se diferenciar os espaços. O que era de determinada família estaria ainda mais guardado dentro do abrigo do lar, mesmo para os olhares de vizinhos ou transeuntes curiosos. Além disso, a possibilidade de saídas e entradas na casa estava intermediada por salas, entradas principais e acessos laterais, além de varandas e jardins. A rua estava perto, mas ao mesmo tempo convenientemente afastada do ambiente doméstico. No caso da casa do Sr. Castello, cujo nome é sugestivo quando pensamos uma legitimação de certos hábitos pelas camadas abastadas da cidade, havia também um gradil de ferro que garantia a segurança dos seus.

Através dos anúncios o incremento da moradia em Tirol e Petrópolis acentuou-se na década de 1920. São inúmeros os casos de residências que apresentam as referidas características como as que apresentam o caso acima. No mesmo ano, podemos destacar um

²⁷ A REPÚBLICA, Natal, fev. 1920.

caso bastante parecido, com elementos da mesma ordem. Prezava-se uma qualidade de vida que seria proveniente do lar. Não era suficiente situar-se na Cidade Nova, mas apresentar tipologia parecida, alavancaria os bons modos do morador. Era o espaço de consolidação do novo padrão habitacional. Nesse outro caso, destacavam-se os seguintes cômodos: “duas salas de frente, uma de jantar, quatro quartos, copa, despensa, cozinha, banheiro com depósito d’água e mictório, com mais dois grandes salões fora da dependência da mesma, próprios para estabelecimentos”.²⁸ O anúncio, que ainda encaminhava os interessados a tratar com o proprietário na própria residência, apresentava as citadas “duas salas, uma de jantar”. No espaço das refeições, constituía-se o ambiente da família nas horas dos rituais estritamente domésticos, de reunião e de comer. Mais uma vez, está presente o olhar seletivo da casa para o que estava situado além dela: a rua. Se a privacidade pode ser compreendida como mostrar-se seletivamente ao mundo, a família da Cidade Nova tinha a sala de estar como filtro. Não eram todos que passavam para a sala de jantar ou para os outros cômodos da casa.

Uma passagem do livro *Gizinha* nos mostra que o espaço da sala servia, depois do muro, do jardim da frente e, em muitos casos, da varanda, como meio de ligação do visitante com o seio da vida familiar. Num diálogo entre os personagens Adalgiza e Castro, percebemos as relações entre as visitas e seus anfitriões:

A copeira veio avisar que o café estava na mesa. [...] Castro recolheu diante dessa ocorrência amável.

Na sala de jantar Adalgiza indicou-lhe o lavatório, e, enquanto ele purificava as mãos, ele gabou a largueza e a claridade da sala, o arranjo da mesa, onde várias coisas apetitosas se ostentavam.²⁹

É possível perceber que Castro estava no local de transição da casa até ser convidado a entrar em outro ambiente. Ele enalteceu as qualidades do recinto que até então não havia avistado. A outra sala estava resguardada do contato de todos os de fora. A Castro fora permitido adentrar no lar de Gizinha e seu marido Julinho. Naquele momento, passara pela antecâmara que filtrava tudo conquanto fosse obrigatoriamente vindo de fora. Nas residências, outros cômodos, como o escritório, também se revezavam nessa função.

O escritório aparece como um espaço privado bastante marcado pelo uso masculino, uma vez que muitos ainda viam as mulheres como pessoas inaptas para algumas dimensões da vida moderna, sobretudo no que concernia às reflexões políticas e a representatividade maior

²⁸ A REPÚBLICA, 1920.

²⁹ FEITOSA, Policarpo. *Gizinha*, p. 123.

da vida social da família. À mulher outros papéis sociais eram destinados, inclusive, o de ornamento. Mas “negócios” era um tema masculino.³⁰

Uma fotografia de uma residência que depois foi transformada em Hospital em 1909, durante o segundo governo de Alberto Maranhão, aponta algumas marcas da privacidade discutida aqui. Ao entrar na residência, o visitante poderia permanecer na sala ou ser levado ao escritório.

Na foto, a antiga residência, situada no Monte Petrópolis, possuía uma sala com pés direitos altos e com portas e móveis elegantes, adornando o espaço. O espaço de visitas tinha que ser também aprazível nessa relação estabelecida com a parte exterior da sociedade. Deveriam ser, conforme aponta Vânia Carvalho, “confortáveis em tudo e estar em perfeita harmonia” com a fortuna e posição social do proprietário.³¹ Diversos objetos deveriam conferir este ar ao cenário dos ambientes modernos. Constituir os ambientes domésticos estava, portanto, relacionado às lógicas das boas sociabilidades que se efetivaram nos espaços públicos.

Adentrando mais ainda na mesma residência, ter-se-ia acesso à sala de jantar, local (como dissemos) mais restrito ao visitante do que os espaços mais externos da residência. Assim, para quem visitava o lugar, entrar nos domínios da sala de jantar só era possível, ou de bom tom, se tivesse partido de um convite do anfitrião.

³⁰ Embora não pretendamos adentrar numa discussão acerca de gênero durante esse período, o tema é fundamental e diz muito sobre a vida doméstica. Para mais reflexões específicas e completas sobre o assunto, ver: CARVALHO, Vânia Carneiro. *Gênero e artefato*.

³¹ CARVALHO, Vânia Carneiro. *Gênero e artefato*. p.156.



Foto 16 - Uma sala decorada com cadeira e móvel para guardar chapéus e bengalas servia de passagem para um escritório, com detalhe ampliado à direita. Desde 1909, tornara-se o Hospital Juvino Barreto. Foto: *Coleção Bruno Bougard*.

Desta maneira podemos afirmar que a moradia da Cidade Nova continha, geralmente, diversos lugares que iam intermediando a entrada das pessoas nos demais ambientes da casa. Antes da sala de jantar, uma sala de visitas inspirada em ornamentação e hábitos europeus. A copa reunia serviços especializados e afastados do espaço social da casa e ainda mais distante ficava a cozinha. A vida doméstica era um ambiente de alguns subterfúgios. Era o olhar seletivo da vida privada em relação ao visitante, numa relação de proximidade e de distanciamento.

A sala de jantar reunia a família, instituição fundamental para a manutenção dos laços sociais e maneiras de ver estimuladas pelo regime republicano. Era objeto de constante atenção dos discursos que provinham de diversos setores da sociedade. Nos momentos de refeições, os encontros familiares reforçavam a função daquele lugar como importante elo entre a casa e a mundanidade do lado de fora desta. Era um momento que propiciava a organização da família, num ambiente que também, por sua proteção, permitia aos moradores sentirem-se à vontade com relação à vida pública.

Locais amplos em casas arejadas da Cidade Nova representavam o prazer do viver bem nas residências construídas na região a partir da década de 1910 e principalmente na década de 1920. As ruas em que circulou Mário de Andrade, fascinado pela “Florença

renascentista”, abrigavam casas que desde a entrada estavam presentes novos equipamentos e novos referenciais de vida. Esses locais destinavam-se à construção de residências que fossem povoadas por pessoas prontas a usufruir das inovações, não só do capitalismo de um modo geral, mas de uma série de refinamentos e rituais que a ele estavam se habituando ou com ele se confundindo cada dia mais. A própria sala de jantar era adornada e recebia cuidados de embelezamento. Apesar de ser um local mais restrito, demonstrava a constante manutenção de padrões de uma vida doméstica. Era necessário que os espaços da casa tivessem também ordenamento. A utilização dessas regras nas casas burguesas brasileiras, como também em Natal, aponta para uma tendência geral:

A conquista da paz interior enunciada pela casa bem decorada, que era o pressuposto mínimo, entendido como valor universal para a nova sociedade burguesa e efetivamente praticado por amplos segmentos médios na Europa e nos Estados Unidos, tornara-se uma forma de ostentação de status superior na cidade.³²



Foto 17 - A sala de jantar da residência onde se instalou posteriormente um hospital em Petrópolis. Alguns objetos que compunham os hábitos mais íntimos e de funcionalidades específicas da casa, como a mesa de jantar, a pia, um filtro de água no canto do ambiente. Também um lustre requintado e o telefone na parede completavam o acolhimento que o local suscitava.

Fonte: *Colação Bougard* (cd).

³² CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato*. p. 295.

A casa era sinônimo da conquista de paz, de sossego. Como um refúgio absoluto e intransponível para qualquer um que viesse de fora, a moradia estabelecia sua ornamentação e sua *mise-èn-scene*, com objetos e decoração capazes de serem símbolos da tranquilidade das ricas e médias camadas urbanas. A configuração dos espaços da moradia era composta geralmente pelo gosto pessoal do morador. Não era mais reflexo de uma arquitetura ainda colonial portuguesa praticada por mestres de obra sem formação precisa, mas o trabalho de erguer esses lugares passava a ser a cada dia mais valorizado do ponto de vista do valor estético. Este valor estava refletido nos prédios era obra resultante de um projeto arquitetônico especializado, fundamentado sob parâmetros científicos e artísticos.

A adoção de uma estética eclética para os espaços particulares foi uma das principais características das novas residências urbanas das elites em tomo do país. Conforme assinalou Annateresa Fabris:

O Eclétismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto.³³

Também foi esse tipo de estilo que permitiu ao ambiente doméstico, por ser representativo das inovações urbanas e da moradia, bem como da afirmação de novos grupos enquanto elites cidadinas consolidarem-se enquanto aglutinadores “de todas as expressões formais em torno do mito do progresso”³⁴. A utilização do eclétismo era assim uma forma de apropriar-se espacialmente do território, ao mesmo tempo em que estava situado também no campo das modas estilísticas.

Além de se concentrar sobre as qualidades das casas do bairro, os jornais apelavam para outras questões relacionadas à habitação. Nos periódicos, destacavam-se a localização de pontos comerciais, de casas a venda e o privilégio de ter o bonde à porta. Já haviam sido estabelecidas diversas relações entre morar nessa área e a condição social. Além disso, os fatores sociais de distinção importavam de maneira considerável, especialmente por serem novos bairros reduto de grupos sociais abastados.

³³ FABRIS, Annateresa. *Eclétismo na arquitetura brasileira*. p. 13.

³⁴ *Ibid.* p.13.

3.4. O bairro e a família

Apesar de algumas residências ainda funcionarem como local de trabalho, como por exemplo, os consultórios, ou escritórios, este tipo de configuração não constituía o elemento padrão do que se desenvolveu na Cidade Nova, e tornava-se menos desejável. Cada vez mais entrava em voga o princípio da privacidade. O trabalho passou a ser identificado com atividades cujo universo deveria distinguir-se do privado. A rua tornava-se nesse momento o lugar das atividades profissionais, enquanto a casa se fazia reduto da família. A moradia moderna passava a ser:

destinada ao uso restrito da família nuclear, cujas funções residenciais e de repouso estão agora imbricadas às questões da privacidade, como a preocupação em manter os estranhos afastados do lar.³⁵

Enquanto isto, um outro bairro da cidade foi se definindo como espaço eminentemente ligado ao mundo do trabalho, a Ribeira.

No caso da Cidade Nova, a presença das casas estritamente residenciais, proliferou principalmente a partir da década de 1920. Nesse sentido, o papel da família foi fundamental e, na consolidação dos espaços da cidade. Ela também atuou no sentido de conferir respeito e legitimidade às habitações nesse período, bem como ajudou na construção da respeitabilidade de seus moradores. Durante toda a Primeira República, a família foi uma constante nas propagandas dos jornais. Sua menção era uma garantia simbólica, a palavra de que o local era respeitoso e isento de qualquer mal. Citar a família representava uma segurança que quase se estendia ao concreto da habitação, como se a casa e a família formassem um só amálgama responsável pela manutenção dos bons costumes.

Num anúncio do jornal *A República* de 25 de maio de 1922 era oferecida uma “casa, com cômodos para família, com água, a frente de tijolos. Rua da Misericórdia, 22”. Em outra, do mesmo jornal, “vende-se casa na Rua Ferreira Chaves, 9, com cômodos para família”.³⁶ Ainda em jornal do mesmo ano, vendia-se “uma boa casa com bons cômodos, para família, contendo luz elétrica e água, à rua 13 de Maio, próximo à Escola de Artífices, de propriedade

³⁵ CORREIA, Telma de Barros. *A Construção do habitat moderno no Brasil (1870-1950)*, p. 2.

³⁶ A REPÚBLICA, Natal, n. 114, 25 maio 1922.

do Sr. Salustiano Assumpção”.³⁷ E, com dinheiro a ser dado à vista, anunciava-se o desejo de comprar “uma casa de tijolo, para família, a tratar na Avenida Jundiay”.³⁸

É possível atribuir aos jornais a propagação da imagem da família como lugar em que deveriam estar presentes valores considerados ideais como moral, honestidade, fidelidade, amor, solidariedade, dentre outros. e do estabelecimento de sua ligação à casa, cujas qualidades muitas vezes se confundiam. Grande parte dos anúncios dedicava-se a reforçar a importância da família ao propagar os modelos ideais de moradia. Inclusive na consolidação das áreas que se afastavam da Cidade Alta, estava presente a preocupação com a ordem do lar e com a distribuição interna da residência, como num anúncio de 1924, que ofertava uma casa na Avenida Rio Branco, mostrando que se situava “em um dos melhores pontos para a família, uma casa de tijolos, recentemente construída com bons materiais, tendo as seguintes acomodações: duas salas, uma cozinha, dispensa, dois fornos, aparelho sanitário, etc.”.³⁹

Arrematando a qualidade do que estava à venda, informava-se a presença de plantas e árvores frutíferas, numa referência ao que pode ser compreendida como elemento de uma vida marcada pelo bucólico ou como uma recriação do rural dentro do meio urbano. Uma propaganda do início dos anos 1920 vendia “uma pequena casa na Rua Trairí, no bairro da Cidade Nova, com 721 metros de terreno, contendo parte murada com diversas fruteiras, coqueiros, etc.”.⁴⁰

Habitar os novos bairros era garantia tanto de boa localização e satisfação que desfrutavam aqueles que viviam em uma área limpa, higiênica, bela e moderna, quanto da sobrevivência dos exaltados valores familiares, num momento em que a rua aos poucos passava a representar a dicotomia da proteção do lar.

Com a criação de Petrópolis e do Tirol e a crescente utilização do estilo Eclético, que permitia a adequação da casa à soma de diversos outros estilos arquitetônicos durante as primeiras décadas do século XX, a camada social mais abastada da cidade buscou caracterizar as suas construções recentes de forma que estas se tornassem bem distintas daquelas casas e da estrutura urbana do século anterior⁴¹. A cidade não estava mais somente “comprimada

³⁷ A REPÚBLICA. Natal, n. 1, 1 jan. 1922.

³⁸ A REPÚBLICA. Natal, n. 57, 13 mar. 1924.

³⁹ A REPÚBLICA, Natal, n. 54, 9 mar. 1924.

⁴⁰ Ibid., n. 223, 15 out. 1921.

⁴¹ COSTA, Madislaine. *Quando a modernidade vinha de bonde*, 1998. Monografia [Graduação em Arquitetura e Urbanismo] –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p. 103.

entre a Ribeira e a Cidade Alta”, como fora dito por Alberto Maranhão à Câmara Cascudo, em carta publicada por este num livro em 1940.⁴²

Aliás, era dessas duas áreas que se “comprimiam” que as elites buscaram sair. E a Cidade Nova passou a ser o local desejado e escolhido. Lá foram erguidas as casas “do Dr. João Chaves, a do major Miguel Seabra, José Pinto e outras anunciavam a preferência da região para residências, o que determinou também a Ferreira Chaves construir a Vila Cincinato e a Pedro Velho a Solidão”.⁴³ Enquanto que, o bairro do Alecrim, apesar de ter sido criado oficialmente em 1912, não era o local onde essas elites almejavam morar, uma vez que era um bairro de trabalhadores.

A casa também constituía-se como local em que se garantia a organização social e as formas de hierarquização das relações entre os indivíduos e do uso do espaço. Dessa maneira, as preocupações com a moral, o casamento, o papel social das mulheres e o progresso estavam mais bem assegurados dentro dos lares. Em sua relação intrínseca com as mudanças que ocorriam além dos muros, a casa burguesa moderna podia configurar-se como o espaço da família. Correia destaca que o lar era assim:

o lugar por excelência onde esta [família] se realiza e fortalece; o espaço apropriado à constituição de um lar, com suas trocas afetivas, hierarquias, formas de proteção e controles. À idéia do bem-estar na vida doméstica liga-se intimamente à noção da casa como uma referência espacial fixa da família: seu ponto de partida, seu invólucro, a testemunha de suas alegrias e dores, o chamado “santuário doméstico”.⁴⁴

Petrópolis e Tirol como sonhos da elite moderna, abrigando uma série de novas significações no que se refere à moradia, à saúde e à beleza, constituíam-se como locais privilegiados das transformações pelas quais passou a habitação. Como se pretendia numa propaganda de 1922, um tipo de vida moderna caracterizaria a área, associada ao tipo de casa construída, ao local em que se situava, às proporções ainda consideráveis das residências e a uma série de elementos que eram destacados nos periódicos

Vende-se: bom terreno em lugar aprazível, medindo cerca de 30 metros de frente por 50 de fundo, estando quase toda a frente murada, [...] cujo terreno presta-se para edificar-se uma casa moderna, sito à Avenida Floriano Peixoto na Cidade Nova e bem perto da Praça Pedro Velho.⁴⁵

⁴² CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. p. 352

⁴³ *Ibid.*, p. 353.

⁴⁴ CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil (1870 – 1950)*, p. 52.

⁴⁵ A REPÚBLICA, Natal, n. 113, 24 maio 1922.

Outras partes da residência, exigidas pelos sanitaristas e engenheiros desde o final do século XIX, podem ser interpretadas como vetores que atuaram no sentido do afastamento da vida privada em relação ao espaço público. O homem moderno, “narcisista”, segundo Richard Sennett ⁴⁶, voltava-se cada vez mais para si e para aqueles com quem se relacionava. Os recuos frontais e laterais propostos pela ciência moderna podem ser compreendidos também nesse sentido. Não interessava mais uma vida “conjugada” ao vizinho, que era importante apenas no sentido de criar-se uma identidade com a região.⁴⁷ Mas, ao mesmo tempo, era necessário haver certo distanciamento. Além da luta contra as doenças, construíam-se limites mais rígidos para a propriedade e a vida privada.

Esses fatores estavam presentes nas moradias da Cidade Nova, cada vez mais habitada e referida nos jornais. Sobretudo nos anos 1920, os lotes passaram a ser mais valorizados, assim como as características das modernas habitações e os serviços que eram proporcionados ao morador:

Vende-se baratíssimo uma boa casa, recentemente construída, à Avenida Potengy, com sala de visita, de entrada, três ótimos quartos com janelas, sala de jantar, despensa, cozinha, banheiro e aparelho sanitário. É quase toda alpendrada, com bastante terreno e algumas fruteiras; muito próxima da Praça Pedro Velho e, portanto, na linha de bondes de Petrópolis.⁴⁸

Através de fotografias de casas, compreendidas de 1900 até a década de 1940, encontramos, nas próprias ruas e avenidas de Natal ainda a presença de elementos ecléticos, que nos remetem ao pensamento moderno referentes às casas. Esse estilo de construção representou “um padrão de qualidade e conforto desconhecidos até então”.⁴⁹ Sobre esse universo de pensamento e de construções materiais, hábitos distintos dentro de um ambiente doméstico que se modificara, tornando-se mais iluminados, arejados e até floridos,

(...) foi retomado com vigor o ritmo das construções – agora, sob nova legislação e com o esquecimento total dos estilos ecléticos, sobretudo, o neo-renascimento difundido pelos italianos, que, de um modo ou de outro, dominaram as construções paulistas, infiltrados também nos escritórios de engenheiros ou arquitetos brasileiros, como Ramos de Azevedo, por exemplo.

⁴⁶ SENNETT, Richard. O fim da cultura pública. In: _____. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*.

⁴⁷ PROUST, Antoine. Transições e interferências. In: _____.(Org.). *História da vida privada*, v. 5: Da Primeira guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das letras. p. 115.

⁴⁸ A REPÚBLICA, Natal, n. 114, 25 maio 1922.

⁴⁹ TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. A evolução da casa potiguar no século XIX: algumas considerações a partir do contexto nacional. *Caderno de História*, Natal, v.3, 1996, n.1, p.121, jan/jul. p.115.

Conforme apontado no caso paulista, a “casa moderna” era pensada nas articulações que possuía com diversos atrativos da “vida moderna”, das cidades já iluminadas, das ruas arborizadas, da influência da Paris fruto das reformas de Haussmann, das reformas cariocas de Pereira Passos, etc. Era nesse contexto urbano que se pensava também a moradia das camadas mais ricas das cidades brasileiras.

Conforme assinalou Carlos Lemos, todas estas inovações repercutiam sobre as antigas formas de morar, que aos poucos passaram a ser vistas como coisa do passado, espaço da memória.

Novos hábitos, novos costumes, novos gostos e nova estética. Imprensa modernizada, revistas de divulgação das novidades e o recente formador de opiniões – o cinema. Agora casas iluminadas, arejadas e alegres. Casas cercadas por jardins e flores que passaram a ser chamadas “bungalows”, por influência dos filmes americanos, [...] Só o velho termo *varanda* denominando a grande sala de jantar é que resistiu galhardamente até a Segunda Guerra Mundial. Essa casa alegre é que é o tema do inspirado texto de Guilherme de Almeida, que transcrevemos em nosso livro *Alvenaria burguesa*. Nele, nosso heráldico poeta rememora a velha casa paulista de sua infância como a “fábrica do medo”. Lembra-se dos dormitórios: “Ah! Os quartos! Ah! As alcovas! Era aí que morava a insônia”. Agora, depois da guerra, com as novas leis, com o cinema dando aulas de otimismo, a casa era outra. Casa alegre e batida de sol.⁵⁰

Assim, a segurança contra esse mundo “superado” estava nos princípios modernos adotados pelo Estado, na família, na voz dos educadores e, enfim, na ciência da época. A “relativização” einsteiniana, desenvolvida nas primeiras décadas do século XX, parecia não ter promovido muitas dúvidas nesses setores brasileiros.

As novas habitações dos mais ricos atendiam às exigências e aos padrões determinados segundo parâmetros da moda, do Estado e do saber científico. Estes catalisadores sociais do progresso local estimularam a incorporação de novos paradigmas pela sociedade.

⁵⁰ LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 86.

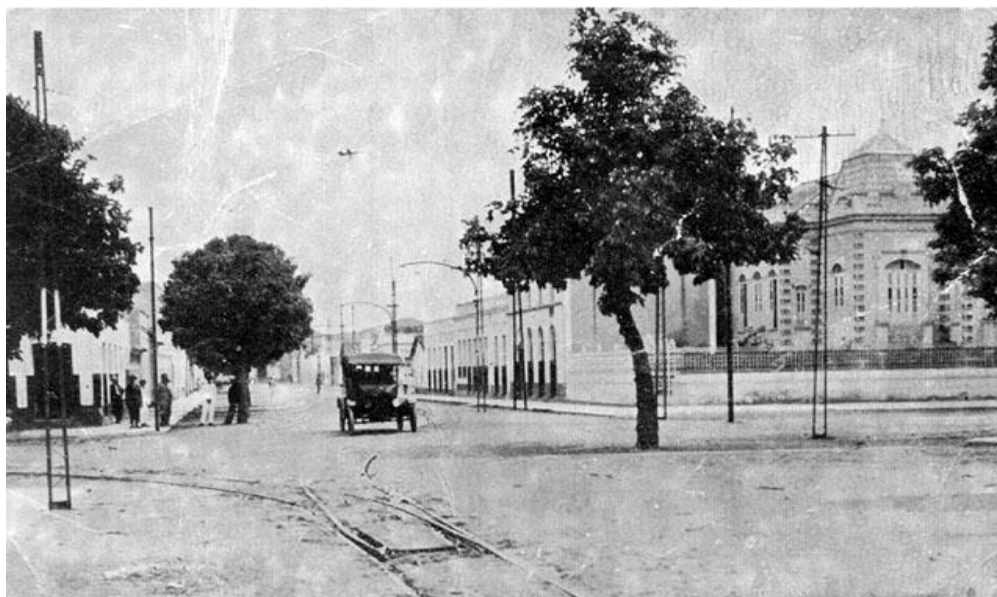


Foto 18 - O bonde que circundava quase toda a cidade, também passava pelas avenidas largas da Cidade Nova, dividindo espaço com automóveis e com suas casas ecléticas, como a que está situada à direita da imagem.

“Início do século XX”. FONTE: Digital, “*Natal ontem e hoje*” (cd)

Dessa maneira, durante as primeiras décadas do século XX, em Natal, diversas vozes se misturaram, atuando no sentido de modernizar a cidade. Os intelectuais e os jornais reverberaram ecos de modernidade em Natal. Além destes, as iniciativas particulares, os saberes científicos, bem como o Estado, atuaram na construção de uma nova cidade. Tudo isso, tal como o bonde que a circundou um dia, passou pela Cidade Nova. Decantava-se em cada canto uma nova geografia urbana, capaz de possibilitar novas feições à própria cidade. E, nessa perspectiva, analisaremos no ítem seguinte, as casas daquela que seria uma cidade moderna, priorizando seu aspecto físico-espacial.

3.5. Discretos objetos, charmosa burguesia

“Levantou-se pela terceira vez com preguiça de mudar de roupa e, como eram apenas oito horas, pôs-se a rodar pelo quarto, parando aqui e ali, olhando um objeto, pegando outro e atentando nele como se o visse pela primeira vez, mirando-se no espelho do guarda-roupa, alisando o cabelo com a mão, arregaçando os beiços para examinar os dentes.” Assim Polycarpo Feitosa descreve o dia em que Julinho Silveira, que era “um bom rapaz, sem virtudes notáveis nem vícios escandalosos, indeciso, maleável”, despertava após um “sono nada apreensivo”.⁵¹ O texto refere-se a um hábito que vinha se consolidando na cidade desde o início da década de 1920: o aumento do aparecimento de objetos na vida privada das pessoas, bem como sua natureza mais acessível no que concerne à ornamentação das residências.

No romance, Julinho é um sujeito que vivia na época em que, na Cidade Nova principalmente, as sociabilidades se identificavam com hábitos modernos de existência, como atestavam os bondes, os cinemas, as danças norte-americanas que se difundiam em Natal e ainda, uma sociabilidade das festas e dos clubes particulares, dos gestos articulados nos espaços públicos, dos banhos de mar e do desenvolvimento do comércio. Esse personagem poderia ser caracterizado como um indivíduo possuidor daquilo que o sociólogo Richard Sennett caracterizou como um traço da personalidade moderna: o “narcisismo”.⁵² Ele seria aquele sujeito que a cada dia estava mais se voltando mais para as questões da vida privada, à medida em que declinava as questões predominantemente relacionadas com a vida pública. O indivíduo, conforme a própria natureza do termo, passaria a investir seu tempo e suas energias muito mais na pessoalidade.

Era ele um personagem que já podia dar-se ao luxo de ficar a sós em seu quarto, ou fitando-se no espelho, “com preguiça de trocar de roupa” e observando objetos que o rodeavam. O tempo passava sem muitas angústias para esse cidadão urbano. A vida abastada, garantida por sua situação, ou o aparecimento de segmentos médios citadinos e, sobretudo o crescimento da cidade geraram na vida do indivíduo a necessidade de desenvolver hábitos, tanto de valorização individual, quanto um desejo, senão um culto à vida voltada para o lar e a

⁵¹ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 27.

⁵² Esse processo envolve discussões sobre os rumos tomados pelo século XX, quando “explode”, principalmente a partir da segunda metade deste, um acúmulo de interesses e olhares voltados eminentemente sobre a vida privada e sobre os interesses individuais que levariam o sociólogo norte-americano a entender tal processo como de declínio do homem público. SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*.

intimidade, mesmo quando ainda era visível na cidade manifestações de caráter cívico com considerável participação dos habitantes e, portanto, coletivas.

Mas o fato é que, paralelamente, quase de forma subjacente e principalmente em Tirol e Petrópolis, desenvolvia-se o caráter individual e as casas da Cidade Nova foram os lugares mais propícios para esse tipo de processo. Como vimos no exemplo extraído de *Gizinha*, lá estava Julinho observando-se no espelho, cuidando do seu asseio. A compartimentação dos cômodos favorecia as atividades puramente pessoais, pois ele não era um morador da Casa Operária de Natal (C.O.N.) sobre a qual pensara Câmara Cascudo. Julinho não habitava numa casa popular, ao contrário, tinha uma vida diferente naquelas ruas largas, ordenadas e embelezadas, com bondes passando à porta e com “ares de Florença renascentista”, conforme sugeriu Mário de Andrade.

Polycarpo Feitosa deixou claro em seu romance *Gizinha* a presença dos objetos nessa vida burguesa em ascensão. Tratava-se de um meio social de maior poder econômico, daquela camada que surgia e ocupava também a Cidade Nova, compondo parte das elites urbanas. Eram as “camadas médias”, o segmento social formado também por profissionais de diversos tipos, entre eles, as profissões liberais, advogados, médicos, jornalistas; e também por uma boa parcela de funcionários públicos. Assim, surgia o que poderíamos chamar também de “classe média” urbana. Ou seja, não se tratava de barões, nem de coronéis, nem de grandes proprietários rurais, mas de diversas atividades ligadas a um novo tipo de vida urbana.

Também data desse período um crescimento do comércio, conforme discutimos no segundo capítulo. A dinâmica da vida social e do trabalho que “se movimentava”, segundo Lauro Pinto, ou de acordo com o olhar de Mário de Andrade e dos jornais, repercutiria no final dessa “ponta do universo” do consumo urbano. Eram pessoas como Julinho, tomadas como representativas de toda uma atmosfera de indivíduos que se alinharia na esteira do consumo.

Há uma ligação muito intrínseca entre as casas burguesas de influência eclética e a relação das pessoas com o desenvolvimento de referenciais de vida privada em Natal. Podemos considerá-los como processos simultâneos, é o caso, por exemplo, da preocupação com a ornamentação da casa que se insere nessa discussão. A questão posta é a da crescente “democratização” dos investimentos na casa pelas pessoas que viviam na área mais nobre da

cidade, essas seriam camadas médias, com seus referenciais de vida privada em processo germinal de crescimento.⁵³

Conforme se anunciavam nos jornais da cidade, proliferavam as vendas de objetos ornamentais e móveis nas páginas dos periódicos. Eles serviriam para adornar a vida privada das habitações, ou ainda como fonte de conforto. Em 1923, propagandeava-se pelo jornal a venda de “dois guarda vestidos de peroba com espelho, três mesas de cabeceira, duas étagère (“estantes” tradicionais, de maneira maciça), um guarda louça, um guarda comida, uma estante para música, um piano “player”, um filtro fiel (filtro de água), 1 mobília com encosto de couro.” Os objetos rodeiam a discussão sobre os prazeres do viver bem, sobre a constituição de uma existência marcada pela presença de objetos que trariam essencialmente fruição, conforto e sensação de bem-estar, influenciada também pelas concepções, inclusive, de saúde que se propagavam naquela época.

A vida confortável de Julinho Siqueira era rodeada por uma mobília que compunha não apenas sua moradia, mas o seu próprio quarto, onde poderia abrir a janela para o jardim ou voltar à cama e ficar espichado, olhando o teto e refletindo, ou simplesmente fazer as refeições no quarto, no aconchego proporcionado por sua mesinha de cabeceira, “depois de tirar dali o despertador e o castiçal de porcelana com uma vela quase consumida.”⁵⁴

Toda a vida de Julinho parecia estar impregnada nos objetos presentes em seu aposento individual:

pelo arranjo e pela decoração, demonstrava esse gosto de ordem e regularidade que às vezes se encontra nos espíritos mais rudimentares, como nos mais elevados e complexos. A mobília, toda de madeiras claras e do mesmo estilo, era quase nova, e os vernizes brilhavam, sem poeira que os empanasse. Além da cama e do guarda-roupa, um lavatório e uma cômoda alta faziam-se frente, encostados às paredes. No meio do aposento, uma mesinha redonda, coberta por um grosso pano vermelho de ourelas bordadas, continha alguns livros, romances, versos nacionais, um almanaque e revistas ilustradas do Rio.⁵⁵

⁵³ A questão que Rosalind Willians nos propõe, sobre a democratização da reprodução dos objetos e dos investimentos na vida particular é: “se um rico pode sonhar em ter acesso a determinados objetos, por que os mais pobres também não podem?” Essa questão ilustra um processo típico do século XX no Brasil, que foi (é) o de “democratização” à possibilidade de compra dos objetos. Em palavras assim explica a autora, em relação à Europa e EUA: “A vida moderna permitiu a reprodução dos objetos. *They make more people happy*. Artificialidade e imitação superabundam nos mercados. Ao invés de ficarem frustrados, todos poderiam agora desfrutar a sensação de ser rico. As invenções mecânicas diminuíram significativamente as diferenças de classe ao modificar a relação tradicional entre a utilidade dos objetos e seu valor de uso.” Ver mais em: Williams, Rosalind. *The dream world of mass consumption*.

⁵⁴ FEITOSA, Policarpo. *Gizinha*, p. 28.

⁵⁵ *Ibid.* p.31.

A conquista de espaços dentro da cidade apresentou como elementos importantes à manutenção e caracterização de uma camada cidadina que trouxe, além do ordenamento da vida urbana, a busca pelo estabelecimento de novos rituais de vida. O conforto doméstico não era apenas uma tentativa de embelezar a casa, tratava-se também de compor uma distinção social. Esses processos de diferenciação, de constituição de identidades a partir dos objetos que adornavam as residências, possuíam também um caráter simbólico. Ao ordenar a casa, se instituíam valores e hierarquizações do espaço.

Nas palavras de Vânia Carvalho “como qualquer forma de apropriação humana, o ato de decorar implica selecionar elementos num universo complexo, contínuo e caótico, transformando-o em algo compreensível e praticável.”⁵⁶ O que implica dizer que aos objetos eram dadas atribuições específicas e não aleatórias, sendo uma de suas funções, o adorno, revestida de mensagens simbólicas que tratavam de compor o cenário do conforto e do bom gosto domésticos.

Num outro caso de espaço pensado enquanto residência e que, no entanto, depois passou a ser uma instituição, a Escola Doméstica, demonstra a presença de elementos do tipo que indicam o refinamento, conforme pode ser observado numa fotografia de Bruno Bougard.



Foto 19 - Exposição de trabalhos na sala de visitas da Escola Doméstica, 1927. Este local fora projetado para ser residencial e, posteriormente, atendeu às exigências e abrigou a Escola Doméstica de Natal.
Fonte: *Coleção Bruno Bougard*.

⁵⁶ CARVALHO, Vânia Carneiro. *Gênero e artefato*. p. 275.

Nessa escola fundada pela figura eminente de Henrique Castriciano em 1914, que teve uma atuação destacada do ponto de vista de sua participação no governo republicano, ou por seus artigos nos jornais e na educação do Estado, é possível enumerar sucintamente três princípios que fizeram dessa instituição de ensino feminino um lugar pela busca do refinamento e de uma vida distinta para as elites urbanas. O primeiro deles pode ser percebido através da sua própria proposta fundadora, que se baseava num modelo de escola suíço trazido para Natal, também de acordo com motivações e desejos de, assimilar-se à modelos europeus de vida. O segundo estava no caráter exclusivamente feminino da escola, cuja principal finalidade educacional era dotar as moças para o exercício da vida doméstica e de sua posição em relação ao masculino, especialmente os cônjuges e os filhos. Desempenhavam, assim, papéis distintos e muitas vezes subordinados às decisões dos seus respectivos esposos. Seu aprendizado tinha por objetivo prepará-las de forma especializada para as atividades da casa. Em terceiro lugar e associado aos dois princípios destacados acima, podemos afirmar que boa parte das moças formadas pela Escola Doméstica era de pessoas vindas das elites locais, muitas residentes na Cidade Nova, principalmente depois de 1920.

Dessa forma, a imagem de Bougard, nos revelando, uma exposição de trabalhos relacionados à costura pelas jovens alunas, nos mostra, ao mesmo tempo, uma sala de visitas repleta de objetos decorativos e de conforto que remetem à discussão sobre a composição da casa como cenário do viver bem.

Nas almofadas provavelmente preparadas pelas alunas que se vêem em primeiro plano, cenas de pássaros, de elementos bucólicos simbólicos que permeavam também o cenário dos ares e “que ventos!” do Tirol e de Petrópolis, são referenciais incorporados pela sociedade como um todo. Além disso, a presença de vasos, cadeiras, abajures, chapéus (até mesmo um busto de uma “melindrosa” que, nos anos 20, era a mulher que se distinguia por estar sempre na moda, ao mesmo tempo em que era graciosa e afetada), na sala de visita, compunham um ambiente em que era presente uma considerável profusão de objetos. Ali estão também presentes as janelas amplas, para a entrada e circulação do ar, e as cortinas com ornamentos em suas beiradas, mais uma evidência do requinte e da preocupação com a contemplação dos objetos. A historiadora Vânia Carvalho considera que, “é nesse sentido que o embelezamento da casa pode ser considerado como uma forma específica de conforto ambiental. [...] parece correto supor que a visão é o sentido norteador da decoração, cujos efeitos articulam o prazer visual às suas mais profundas dimensões simbólicas”.⁵⁷ Para Telma

⁵⁷ CARVALHO, Vânia Carneiro. *Gênero e artefato*. p.275.

de Barros Correia, os objetos que adornavam a residência também eram elementos importantes na composição do “santuário doméstico” do homem no início do século XX.⁵⁸

Os móveis assim como as residências também se tornam objetos constantes de anúncios de vendas nos jornais, como destaque para a sua variedade e oferta. Em setembro de 1923, uma família, que iria mudar-se para o Sul, anunciava a venda de seus móveis, “todos em perfeito estado”, “uma carteira americana, uma estante para livros, um relógio de parede, um guarda louça, um guarda comida, uma mesa de jantar, uma cama de ferro para casal, um contador de eletricidade, um guarda-roupa e um bidet”.⁵⁹

A distinção e a individualização, bem como a especialização nos cômodos e a formas de convivência daí resultantes, são fatores importantes desde o início do século XX e podem ser percebidos nessas novas casas. Numa rua da Cidade Nova, uma residência cujo grau de compartimentação dos cômodos é notável era anunciada à venda. A divisão entre cômodos distintos dentro da casa mostra-se pela sua área para receber visitas bem definida como separada do “quarto para empregado”. A presença de equipamento recente, como o equipamento sanitário, também compunha parte fundamental da habitação “boa para a família”. Na Av. Campos Sales era oferecida uma “ótima casa” em um terreno 638 metros “contendo uma sala, uma saleta, dois quartos, salas de refeições e copa, cozinha, quarto para empregado e banheiro com aparelho sanitário. O dito terreno contem diversas árvores frutíferas”.⁶⁰

A casa burguesa foi pensada como um lugar no qual a boa saúde, as relações familiares e a privacidade relacionavam-se com a produtividade no trabalho e com uma série de novos significados atribuídos à vida doméstica e individual, no âmbito da moradia. Para isso, concorreram os objetos cada vez mais consumidos e a maior facilidade de importação de materiais de construção.⁶¹

A “Movelaria Loja da Noiva” oferecia, em 1923, “Grande sortimento de móveis de estilos modernos e elegantes, fabricados de ótimas madeiras secas para todas as dependências de uma casa”⁶². Havia já uma oferta de bens capazes de deixar a moradia repleta de objetos, o estilo era sempre “moderno e elegante”, conforme o apuro do gosto de seus compradores.

No mesmo sentido, uma propaganda da “Casa Sion”, de propriedade de “Tobias Palatinik e Irmãos”, em 1921, preocupava-se com a ornamentação, com o luxo e com o

⁵⁸ CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil (1870 – 1950)*, p. 53.

⁵⁹ A REPÚBLICA, Natal, 13 set. 1923.

⁶⁰ Ibid., n. 79, 08 abr. 1924.

⁶¹ TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *A evolução da casa potiguar no século XIX: algumas considerações a partir do contexto nacional*. Caderno de História, Natal, v.3, 1996, n.1, p.121, jan/jul. p.126.

⁶² A REPÚBLICA, Natal, n. 22, 28 jan.1923.

conforto das residências de seus clientes. Esses irmãos que foram, de certo modo, “pioneiros” no comércio a “prazo” na cidade, afirmavam, nos anúncios, ter em seus estoques uma diversidade de acessórios para “todas as dependências de uma casa”. Contemplavam o quarto de dormir, a cozinha, a sala de visitas, etc. Na Loja era possível encontrar:

Dormitórios completos, porta casacas, toaletes, Psychés Guarda-roupas, guarda-louças, cama de madeira; mobiliário completo para sala de visita, idem para sala de jantar, em diversos tipos desde o mais moderno até o mais simples. Espelhos, quadros, relógio de parede, jogos de níquel para lavatório, cadeiras de vime [...].⁶³

Podemos afirmar em relação à casa burguesa que se erigiu nos bairros de Tirol e Petrópolis dos sonhos austríacos, que sua construção se deu numa relação direta com os seus habitantes, permitindo a afirmação da individualidade dos proprietários e moradores, bem como uma crescente difusão dos gostos, enquanto expressões de originalidade dos sujeitos que estavam dentro da casa. A relação com o simbólico era muito próxima e os objetos da moradia transmitiam incessantemente mensagens de um universo povoado pela tentativa de constituir um mundo marcado pelo requinte. Não encontramos nenhum castelo como o de Neuschwanstein, nem uma Florença renascentista, afinal a Europa nunca foi mesmo aqui. Mas, vimos, sim, uma miríade de casas que ansiavam em conter o charme burguês por trás de seus muros, dentro de seus mundos particulares.

⁶³ A REPÚBLICA., n. 206, 24 set.1921.

Considerações finais

“Natal: cidade? Não há tal”. A ironia dos cronistas oitocentistas adentrou o século XX, deixando uma impressão de que se superavam os “atrasos coloniais” através da chegada do regime republicano. Na cidade, um cenário de modernização se instalou nos primeiros anos do século vinte, construindo o que seria a cidade do amanhã, do progresso.

Neste trabalho procuramos demonstrar a ascensão de um novo discurso e de novas práticas, que tomavam por base a criação de uma série de ordenamentos na área urbana que fariam com que se alavancasse Natal do seu “sono”. Segundo a visão republicana do grupo liderado por Pedro Velho, a cidade passaria por uma era de progressos infundáveis, “quase semanal”, conforme foi afirmado na revista *A Cigarra*. Uma áurea de crença nos progressos da humanidade chegava à capital potiguar outrora condenada por Polycarpo Feitosa, Lindolpho Câmara e outras vezes por Eloy de Souza numa série de vozes que acusavam a letargia urbana e a falta de atrativos.

Confundindo-se com o advento da implementação da República, também chegara outro momento, um tempo em que viver na cidade significava estar moldado a gostos e padrões de vida novos. Natal era civilizada. Era o tempo da cidade receber com empolgação, desde a primeira década, os hábitos que a tornariam mais “moderna”. Um tempo sonhado por Manoel Dantas, que desejava, assim como muitos dos seus contemporâneos, um futuro dourado dentro do capitalismo. O maravilhamento com a concepção de progresso construiu uma fantasia urbana que viria a se consolidar posteriormente no chão, nas ruas da cidade e também em suas casas.

Um discurso do “saudável” permeou as sociedades ocidentais naquele momento, com efeitos extremos, que poderiam ser danosos. O ideal de um corpo puro e vigoroso deu origem a preocupações científicas através das quais a humanidade teve contatos sombrios. Certo nível desse discurso nós consideramos como um traço das mudanças modernizantes em diversos espaços por onde adentravam os referenciais que também podem ser chamados por “capitalistas”. Suas relações com o afã pelo desenvolvimento que foi típico àquela época, nós

procuramos observar no ideal daqueles que viam a cidade levantar-se de seu sono e “movimentar-se”.

Dialogamos com duas esferas possíveis dentro da construção desse trabalho. De um lado, uma concepção que atina para esse progresso como algo que marcou diversas sociedades, atreladas aos interesses de governos, de urbanistas, de médicos, bem como de boa parte da sociedade que se embasbacava pela ciência e pelo progresso da humanidade. Caminhada em escala crescente, o corpo “mais saudável”, as crianças “mais patrióticas”, os adultos “mais cosmopolitas”. A cidade, “mais articulada”.

Nesse sentido, a lógica de uma vida do natalense confundida com a falta de asseio, de polidez nos modos e nos gestos, ausência de referenciais de gosto mais apuros, dentre outros, foi cada vez mais associado, pela República, com o passado brasileiro.

As mudanças de âmbito urbano demonstram um fato interessante sobre as pesquisas que se voltam para Natal nas décadas de 1910 a 1930: houve grandes alterações nos modos de vida antes da década de 1940, que foi o momento no qual os Aliados instalaram bases militares na cidade e isso trouxe uma nova onda modernizadora para Natal. O mercado de imóveis que se constituiria forte na região, iniciara-se antes da chegada dos estadunidenses. Pensamos numa cidade que, a partir da Segunda Guerra Mundial e da presença de forças militares, teve seu crescimento acelerado com o ingresso maciço de capitais e da influência cultural que se mesclava à paisagem urbana e ao cotidiano local. Isso é um “fato” entre os pesquisadores da área. Entretanto, uma série de estudos, muitos dos quais citados ao longo do texto, encontram outra “etapa” das mudanças modernizadoras desde o início do século. Ou seja, se “yes”, tínhamos uma modernidade, suas bases foram gestadas num período de tempo relativamente longo.

Mudanças como as que concernem o espaço público e das habitações não podem ser pensadas, em Natal, sem se levar em conta, do ponto de vista dos padrões de vida estimulados pelas elites, o momento republicano das primeiras décadas. A ocupação de Tirol e Petrópolis nos mostrou isso: havia uma grande transformação urbana em curso, motivada desde a chegada de estabelecimentos “chiques” na cidade, como o “Café Petrópolis”, como a compra e venda de terrenos e casas na Cidade Nova, passando pela propaganda, a charge que mostrava a força do trabalho para o progresso urbano, até experimentações novas em torno das sensibilidades urbanas trazidas junto com os bondes, como os aviões, com os automóveis, com as práticas da cidade higiênica, com a limpeza e alinhamento das ruas, etc. Ela trouxe consigo os elementos desejados pelas elites para “superar” o atraso.

E, mais ainda, construiu-se um espaço que deve ser pensado na articulação com os citados referenciais da vida moderna. A velocidade e a beleza estavam ligadas intimamente aos anseios das camadas mais ricas da sociedade. E tal co-relação não pode ser vista dentro de uma cidade inerte. Natal já não era mais sonolenta, parecia estar desperta. Nesse sentido, podemos afirmar que, ao contrário do rápido crescimento dos anos 40, as modificações ocorridas no primeiro período republicano levaram mais tempo para acontecer, mas, mesmo assim, implicaram na mudança da percepção e da experimentação de maneiras de viver na cidade e nas residências. Um momento de alterações importantes dentro da história urbana de Natal no século XX.

A concepção subjacente de cidade não envolve mais a idéia de algo que é fixo, de algo que não se move no tempo e não é recortado por múltiplas temporalidades, que constituem jogos de poder próprios. A cidade não pode mais “ser museografada”, assim como seu passado “não é fechado, não é uma coisa morta (...), mas, pelo contrário, permanece sempre aberto a novas atribuições de sentido”.¹ Do ponto de vista teórico, incorporou-se a idéia de que o espaço urbano é “escrito no cotidiano”, como diria Certeau.²

Também pensamos esse trabalho através da relação estabelecida entre a vida pública e a vida privada. A habitação burguesa, eclética, inseriu-se, então dentro desse espaço coletivo em que se convidava o indivíduo ao passeio, ao deslocamento, às “transições”, conforme suscita o texto de Antoine Proust ao destacar o bairro europeu como lugar de constituição de uma identidade por parte daquele que o habita. A cidade era algo “orgânico”, articulado entre os diversos “ambientes” que a conformavam. E o bairro era o lugar de reconhecimento, de saída do desconhecido rumo cada vez mais ao próprio lar.

As “interferências” já deveriam ter sido devidamente sanadas ou afastadas, conforme também sugere o processo gradual de investimento das elites na Cidade Nova. É o que nos mostraram algumas das crônicas quando afirmaram ter retirado de lá “as primeiras choupanas”, os primeiros casebres. A “limpeza” do bairro também atendeu às necessidades e sonhos da elite por um lugar mais aprazível, mais identificado pelo bom gosto e pelo conforto.

Então, ao passo em que se tirou uma parcela da população desses bairros, as antigas e as novas elites cidadinas puderam se transferir para um lugar mais arejado, mais próximo ao mar e com aquelas avenidas que convidavam à caminhada, conforme nos diz Mário de

¹ DOSSE, François. História e Ciências sociais. p.217.

² É o que Michel de Certeau afirma Ver: CERTEAU, Michel. *Caminhadas pela cidade*. In: _____. A invenção do cotidiano.

Andrade ao registrar suas impressões em *O turista aprendiz*. Era um espaço, o da Cidade Nova, não mais de retraimento, mas sim de casas adornadas e afeiçoadas com idéias de luxo e embelezamento.

O culto ao indivíduo pode ser metaforicamente e historicamente percebido dentro das linhas enxadrezadas da Cidade Nova. A simetria do bairro era a simetria também da ordem da vida pessoal, da beleza e dos prazeres do corpo, e dos valores sofisticados dos seus moradores. No turista aprendiz viu-se até mesmo a Florença renascentista. O líder Pedro Velho, cerca de trinta anos antes, já vinha sonhando com a Europa também. Então, estão imbricadas as sensações individuais, com a chegada de um capitalismo de mercado na cidade, que trouxe não apenas novos produtos, mas também novas maneiras de viver em Natal no início do século XX. Para as elites talvez a frase fosse reformulada: “Natal, agora há tal!”. Cidade Nova e maneiras de viver modernas estariam cada vez mais de mãos dadas ao longo do tempo. Seria um longo passeio e, quiçá, aprazível.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades; Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia, 1976.

ANDRADE, Júlio César de. *Comerciantes e firmas da Ribeira (1924-1989): reminiscências*. Natal, 1989.

A CIGARRA, 1927, 1928, 1929.

A GAZETA DO COMÉRCIO. 1900, 1901, 1902, 1903.

A ORDEM, 1935.

A REPÚBLICA. 1897, 1901, 1914, 1918, e década de 1920.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. [1. ed.: 1946].

CASTRICIANO, Henrique. *Sobre “Educação da mulher”*. Natal, Tipografia do Instituto – 1911. Conferência.

CASTRICIANO, Henrique (e outros). Crônicas publicadas no jornal A REPÚBLICA. CD-ROM.

FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*. Natal, A.S. EDITORES, 2003.

_____. *Vida potiguar*. Natal, Sebo Vermelho

FOTOGRAFIA. *Natal Ontem e hoje*. Preto e branco. CD-ROM.

FOTOGRAFIA. BOUGARD, Bruno. *Coleção de fotografias de Natal e do estado*. Preto e branco. CD-ROM.

MELO, Veríssimo de. *Natal há 100 anos passados*. Natal, Sebo Vermelho, 2007.

PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. Imprensa Universitária, 1971.

RELATÓRIO de Presidente de Província do Rio Grande do Norte, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1929, 1930.

SOUZA, Eloy de. *Costumes locais*. Natal: Verbo; Sebo Vermelho, 1999. [1. ed.: 1909].

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. *O século do moderno: modos de vida e consumo na República*. In: GOMES, Ângela de Castro Gomes; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: FGV.

ARRAIS, Raimundo (Org. e Estudo introdutório). *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. Natal, RN: EDUFRN - Editora da UFRN, 2005.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

BREWER, John; PORTER, Roy. *Consumption and the world of goods*. Whashington: Rotledge, 1994.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

CARVALHO, Eliana Lima de. *A nova Cidade Nova: Tirol e Petrópolis, bairros em constante transformação*. Monografia.

CARVALHO, Vânia Carneiro. *Gênero e artefato: o Sistema Doméstico na perspectiva da Cultura Material*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2008.

CERTEAU, Michel de. *Caminhadas pela cidade*. In: _____. *A invenção do cotidiano*. 2 vols. Rio de Janeiro: Vozes. P. 169-191.

CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil: 1870 – 1950*. São Carlos: RiMa, 2004.

COSTA, Madislaine. *Quando a modernidade vinha de bonde*, 1998. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CORBAIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

DANTAS, George. DANTAS, Ana Caroline. FERREIRA, Ângela Lúcia. *Surge et ambula*. Natal, EDUFRN, 2006.

DOSSE, François. *História e Ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

FABRIS, Annateresa. *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1987.

FERREIRA, Ângela Lúcia. Topografias Médicas. Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder(Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MIRANDA, João Maurício Fernandes. *Evolução Urbana de Natal em 400 anos: 1599 – 1999*. Natal: (S.E.), 1999

LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.

MELO, Alexandra Consulin Seabra de. *Yes! Nós temos arquitetura moderna: reconstituição e análise da arquitetura residencial Moderna em Natal nos anos 50 e 60*. Mestrado em Arquitetura - Curso de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

NESI, Jeanne Fonseca Leite. *Caminhos de Natal*. Natal: IHGRN, 1997.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal, 1889/1913*. Natal: EDUFRN, 2000.

PINTO JUNIOR, Armando. *A invenção da “Manchester Paulista”*: embates culturais em Sorocaba (1903-1914). Campinas, SP: [s.n.], 2003. Dissertação.

PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada. v. 4 - Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PROUST, Antoine. *Transições e interferências*. In: _____; VINCENT, Gérard (Org.). *História da vida privada. V. 5 - Da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das letras. 1992.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX*. Brasília: Ed. da UNB, 2002.

RIBEIRO, Luíz César de Queiroz. PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Potengi: fluxos do Rio Salgado no século XIX*. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

_____. *Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820-1920)* Natal, RN, 2006. 180 f. Mestrado em Arquitetura - Curso de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

RYBCZYNSKI, Wiltord. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

SANTOS, Pedro de Lima. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. Natal: EDUFRN, 2001.

_____. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Cooperativa Cultural Universitária; Sebo Vermelho, 2000.

_____. *Arquitetura no Rio Grande do Norte: uma introdução*. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002.

_____. *Cidade Nova, 1901: um espaço de representação do novo poder republicano em Natal*. Comunicação apresentada na Jornada Internacional sobre Representações sociais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1998.

SENNETT, Richard.. *O fim da cultura pública*. In: _____. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 317-328.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOARES, Jamilson de Azevedo. *Fragments do passado: uma (re)leitura do urbano em Natal na década de 20*. Mestrado em Ciências Sociais - Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 1999.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *A evolução da casa potiguar no século XIX: algumas considerações a partir do contexto nacional*. *Caderno de História*, Natal, v.3, n.1, jan/jul., p.114-138, 1996.

TRIGUEIRO, Edja. ELALI, Gleice. VELOSO, Maísa. In: *Urbanismo modernizador, consolidação modernista, reuso pós-moderno: a dinâmica de transformação urbana em Natal e a dilapidação de seu acervo arquitetônico* Anais do 7º Seminário docomomo Brasil. Porto Alegre, 2007.